ASSIS CINTRA

NA MARGEM DA HISTÓRIA

Ex
Libris
Liber et audax
Luis Valentin C Vallejo

Assis Cintra

NA MARGEM DA HISTÓRIA

2ª Série
de
Histórias que Não Vêm
Na História

Edição Digitalizada
2019

Digitalização, capa, composição
e notas adicionais por

L Vallejo – 2019

http://cloneclock.blogspot.com.br/

Índice

1 - PALAVRAS DE RUI BARBOSA
2 - UM BENEMÉRITO DA REPÚBLICA
3 - FIBRA ANTIGA
4 - A GEOGRAFIA DOS MITOS
5 - A ALMA PORTUGUESA E O BRASIL
6 - A ORIGEM DA EUROPA
7 - SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DOS FERIADOS
8 - DETRÁS DOS SÉCULOS
9 - A PODEROSA CONSPIRADORA
10 - UMA MENTIRA HISTÓRICA
11 - A DIVISÃO DO REINO-UNIDO
12 - O CASO DO DESCOBRIMENTO
13 - O NOSSO PRIMEIRO HISTORIADOR
14 - O HERÓI DO IPIRANGA
15 - OS EVANGELIZADORES DO BRASIL
16 - O ROMANCE DE LADY ARABELA
17 - O “GRANDE” BONIFÁCIO
Apêndice

1 - Palavras de Rui Barbosa

(Carta publicada pelo "Jornal do Comércio", do Rio, em 11/05/ 1921)

"Petrópolis, 1.° de Fevereiro de 1921.
Meu caro Professor Assis Cintra.

Na parte dessa obra que assim me deu a conhecer, tive a prelibação de um trabalho, que virá notabilizar ainda mais o seu já tão notável autor.

A reputação que lhe têm acareado os seus escritos escusa novos elogios, ou cumprimentos, mormente de pessoa tão desautorizada como a que me tenho em conta de ser.

Mas o meu hábito de admirar e aplaudir o merecimento, sobretudo aos moços, para com os quais nisso vai um dos mais agradáveis deveres da velhice, não me consente deixar passar ocasião de lhe render homenagem, de lhe bater palmas, embora inutilmente, quando se me depara ensejo de me entregar a esse desinteressado e inocente gozo, sem ares de presunção ou importunidade.

Em cada uma das suas produções, que se vão sucedendo tão rapidamente, meu jovem e brilhante professor, novos sinais vejo das qualidades, menos

vulgares e mais úteis nas duas províncias do saber, a que as feições de sua condição intelectual o propendem: a história e a filologia.

Para essas duas altas especialidades o talharam as prendas, que lhe são nativas, de uma vocação beneditina: a paciência investigativa, a pertinácia no estudo, a abstração de interesses, o amor e senso da verdade, a intuição crítica, o faro e adivinhação das fontes, dos veios da mina, dos tesouros soterrados, ignotos ou esquecidos, a isenção de espírito, a franqueza da palavra, a coragem das realidades, mal vistas, pela rotina da ciência de compilações e convenções.

Sendo estes dotes mentais e morais os que mais pela raiz atacam e são capazes de cernar até o mais rijo do âmago a dureza dos erros consagrados; sendo eles os que mais se opõem à esclerose da consciência pela mentira; sendo eles os que arrostam, sem tremer, a cerdosa e agressiva hispidez das tradições falsas, eles os que reagem contra o sonolento, encharcado e maligno convencionalismo a cuja sombra medra essa vegetação ruim da preguiça e da inveja, do ranço e da mediocridade, - naturalmente a carreira literária não lhe será chã e desempeçada.

Hostilidades e hostilidades lhe surgirão e ressurtirão a cada passo, como os espinhos e répteis que enxameiam no solo crestado ou lodoso dos pragais, charnecas e alagadiços, quando os começam a trilhar plantas de gente civilizada e, com elas, os primeiros tentames de saneamento ou cultura.

Mas não se lhe dê nunca das investidas e bravarias, das pequenezes e maldades, que deve esperar e estimar como contraprovas seguras do seu valor, e descontos inevitáveis na sua colheita de triunfos e honras.

Respeite e discuta com conhecimento as contradições honestas e sinceras, as divergências plausíveis e leais, as objeções competentes e raciocinadas, as censuras temperantes e corteses.

Esse gênero de oposição constitui o mais necessário auxiliar dos prezadores da verdade. Sem ele falece o debate, em cujo cadinho ela se acrisola e reluz.

Dos antagonismos de outra casta não se importe. São estéreis e impotentes contra o verdadeiro mérito, contra o saber verdadeiro.

Vá por diante, confiante no poder do trabalho e da probidade, da inteligência e da justiça. Fuja da intolerância e busque recatar-se do amor próprio.

Junte à sua capacidade rara de escavação, averiguação e fecundação o culto da clareza, o zelo do método e o amor da ordem, que o vício do seu temperamento caloroso e exuberante poderia, talvez, prejudicar.

Observe essas condições de higiene literária, de atividade sã, de produção esmerada, e, com os privilégios de que a natureza generosa lhe ornou o entendimento, podemos augurar-lhe pela certa, dando-

lhe Deus vida e saúde, o destino de um bom semeador no campo das letras pátrias.

É o que lhe deseja e entrevê, no futuro, este seu admirador.

Ruy Barbosa".

2 - Um Benemérito da República

Promotor público da Corte Imperial aos 24 anos, neste posto permanecendo 6 anos, Sampaio Ferraz nele se portava com tal brilho e retidão que, apesar de se manifestar publicamente republicano, o imperador D. Pedro II, por duas vezes, recusou a sua demissão, solicitada pelo Conselho de Ministros, o que só aconteceu em 1888, quando, ao lado de Silva Jardim, defendeu à mão armada o ideal republicano, na célebre mazorca da travessa da Barreira, - o mais sério e o mais heroico de todos os raros combates travados na propaganda e em cujo terrível conflito o promotor público do Império foi ferido à bala.

Demitido, não esmoreceu. Assentou imediatamente formidáveis baterias contra a monarquia, fundando, com grande dispêndio de dinheiro, o "Correio do Povo", folha francamente revolucionária, onde, ao lado de Silva Jardim, padre João Manuel Xavier da Silveira, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral e Aníbal Falcão, se revelou um jornalista eloquente, desassombrado e cavalheiresco.

Propagandista, o seu temperamento combativo e arrojado, servido por extraordinários dotes oratórios, lançou-o logo numa campanha de movimento e de audácia.

Assim foi ele o grande companheiro de Silva Jardim, com quem viajou pelo sul do Império, ora colhendo triunfos, ora arriscando a vida, como no ano de 1888, no terrível conflito de S. João d'El Rei, Estado de Minas, em que o heroísmo de Sampaio Ferraz foi narrado pelo próprio punho de Jardim em sua obra "*Memórias de um Propagandista*".

Neste livro, elaborado quando o heroico pregoeiro da Democracia amargurava, no exílio, a mais negra das ingratidões, ele esboça, à página 414, o interessante retrato de Sampaio Ferraz:

"Tenho muitas vezes feito referências a este bravo companheiro de propaganda republicana. A sua fisionomia política é, porém, de tal modo característica, que eu chamo de novo para ele a atenção do meu leitor.

Já era então bem conhecido o futuro chefe de polícia da capital. Uma natureza de escolha, no corpo e no espírito: um rapaz alto, gordo, forte, elegante, atlético; cor bronzeada de caboclo, como ele se chamava, cabelo preto, um tanto hirto e revolto; olhos grandes de uma doçura enérgica, um ligeiro bigode a deixar ver os lábios vermelhos e compostura desimpedida e correta.

Espírito alegre e comedido, tão expansivo na intimidade quanto reservado diante do mundo, uma inteligência lúcida, capaz de, num relance, abranger as questões: uma palavra fácil, quente e persuasiva.

Sampaio era um rapaz bem equilibrado, um bom cérebro, solidamente firmado em um sangue robusto.

Chamava-se "caboclo" na conversação, quando queria dizer-se homem decidido, capaz de se sacrificar pelos ideais. Daí veio que espontaneamente formássemos um núcleo de boa e sadia palestra que denominamos "Clube dos Caboclos".

Eram caboclos, sob a presidência do "caboclo-mor" Xavier da Silveira, o padre João Manuel, Aníbal Falcão, Teixeira de Souza, eu e mais uns três cidadãos". (Memórias de um propagandista, página 415).

Paremos aqui. O estilo vivaz e pitoresco, a atração do assunto nos levariam longe.

Revolucionário em 15 de Novembro de 1889, a sua abnegação desdobra-se nesse dia decisivo em atos de verdadeira bravura.

Transfigurado em tribuno-soldado, arenga, a cada momento, às tropas indecisas, incitando-as a fazer a República, em discursos memoráveis, alguns dos quais São lembrados no livro de Ernesto Sena "*Subsídios para a História da República*".

Aos batalhões formados no campo de Santana, hoje campo da Aclamação, justamente no quadrilátero em frente da atual Escola normal, dizia, com veemência, o tribuno revolucionário:

"O sol que ilumina estes canhões hiantes, estas espadas ainda limpas de sangue, não se esconderá atrás das nossas montanhas, no seu ocaso, sem que primeiro se resolva a empolgante mudança do regime político para o Brasil. Soldados! Peço que me acompanhem num brado uníssono e vitorioso: Viva a República!"

Essas palavras produziram tal entusiasmo e sobressalto nas fileiras que dentro de minuto o Marechal Deodoro mandava a Sampaio Ferraz esta simples frase: *Ainda é cedo!*

Um homem de tal têmpera não podia ser esquecido.

Organizado o ministério, no Instituto dos surdos-mudos, de que era diretor Benjamim Constant, o Marechal Deodoro mandou chamar Sampaio Ferraz para ocupar o cargo que, naquele momento, era talvez o mais importante de todos – o de chefe da Segurança Pública da República.

Nenhum momento houve, em nossa história, mais perigoso do que o da implantação do novo regime, pois era certo que o imperador gozava de estima popular e de não poucas dedicações nas classes armadas, principalmente na Marinha.

Cada um tinha, pois, que jogar a sua vida. Foi bem o momento psicológico em que se acentuavam as grandes energias morais.

A nomeação de Sampaio fora medida acertadíssima. Um pulso de ferro, desmedida

coragem, aliados à proverbial sagacidade e inquebrantável sentimento de justiça, deram-lhe um tal relevo que o seu nome, quase legendário, começou a correr célere e foi aclamado por todos os recantos do Brasil!

Falta-nos espaço para recordar aqui todos os feitos dessa polícia memorável, a mais famosa de todas que tivemos, bastando lembrar o acontecimento mais empolgante: - a tremenda e vitoriosa campanha contra os célebres capoeiras, desordeiros contumazes, muitos dos quais eram facínoras que, impondo-se pelo terror, dominavam vários antigos bairros da cidade e, quando o queriam, o próprio centro da Corte.

As crônicas do tempo referem que o capoeira constituía no Rio de Janeiro uma verdadeira potência, estranhamente indebelável!

Nas campanhas eleitorais, nas festas de formaturas de batalhões, armavam luta feroz a navalha, ferindo-se, deformando-se e, por vezes, fazendo cair sem vida o adversário.

Formavam grupos poderosos entre os quais se destacavam os Ganoas e Guayamuns. Da rivalidade entre eles nasciam lutas sanguinolentas.

Ao lado destes, havia o grupo dos capoeiras amadores, os "cordões elegantes", cuja especialidade era promover conflitos e desordens nos teatros, clubes de jogo e demais lugares frequentados pela alta roda da Corte.

A polícia imperial, em sucessivas campanhas, destacando-se a desfechada pelo enérgico desembargador Siqueira, jamais conseguira dominar essa terrível malta que, ao lado da febre amarela, constituía então uma verdadeira calamidade nacional.

Pois o que o Império não conseguiu em 20 ou 30 anos, Sampaio Ferraz realizou em menos de 6 meses!

Como medida preliminar, porém, começou dando o exemplo: não mandava prender e atacar os redutos mais poderosos; ia, pessoalmente e não raras vezes, usava de sua conhecida robustez e agilidade física.

Além deste recurso valioso, usou de outro, mais decisivo ainda, o que lhe assegurou, talvez, o triunfo da campanha: começou prendendo todos os capoeiras amadores, da alta roda, espécie de "meninos bonitos" avalentoados e, sem fazer exceção de espécie alguma, trancafiava-os no xadrez da polícia, ao lado dos mais reles desordeiros.

Em seguida, deportava-os para as fortalezas da Barra e para o presídio de Fernando de Noronha, nas costas de Pernambuco.

Assim, com as duas grandes armas, raramente empunhadas pelos homens de hoje – a coragem moral e a justiça, Sampaio Ferraz, amparado pela opinião pública, triunfava desde o primeiro dia numa campanha e cujo êxito muitos duvidavam.

Não tardou, porém, que surgissem grandes contrariedades e aborrecimentos, alguns dos quais se tornaram memoráveis e realçam o ânimo varonil de Sampaio Ferraz.

O primeiro desgosto quem sofreu foi Lopes Trovão, o grande tribuno da propaganda, amigo íntimo do chefe de polícia.

O conhecido republicano teve, sob o Império, de afrontar nos "meetings" o punhal ameaçador dos adeptos do trono.

Em uma dessas ocasiões foi um dos mais terríveis capoeiras então conhecido, o braço forte que o livrou generosamente de um golpe mortal.

Nestas condições, sabendo da prisão e iminente desterro do homem que lhe salvara a vida, o ardoroso tribuno tentou em vão libertá-lo, não só junto a Sampaio Ferraz, como mais tarde perante o próprio Generalíssimo Deodoro, Presidente da República, nada, porém, conseguindo.

Este fato, passado com um dos maiores amigos do chefe de polícia, produziu tal impressão no espírito público que, dias depois, fugiam do Rio de Janeiro, vários capoeiras importantes, entre os quais um filho de conhecido e estimado almirante, a fim de não cair nas malhas da polícia.

Estes fatos vêm citados na obra de Dunshee de Abranches – "*Atos e Atas do governo provisório*".

O acontecimento, porém, mais ruidoso e célebre da campanha e no qual Sampaio Ferras se houve com extraordinária energia e desassombro, foi o da prisão e desterro de José Elísio dos Reis, filho dos Condes de São Salvador de Matosinhos, importante capitalista e figura da alta roda carioca, prisão esta que provocou uma crise ministerial.

"Bela figura de rapaz forte, estroina e maneirosos, trajando sempre com apurada elegância, José Elísio dos Reis – o Juca Reis, como era mais conhecido, tinha-se tornado famoso nas vielas do crime, por seus constantes conflitos e violências, freqüentes espancamentos em mulheres decaídas e pela autoria ou cumplicidade de um assassinato ocorrido em meados de 1888, na rua dos Andradas, junto ao largo de S. Francisco de Paula".

Pouco antes da proclamação da República ele havia partido para a Europa, onde ainda se encontrava, quando foi encetada a enérgica repressão daqueles perversos delinquentes.

Conhecendo as estreitas relações de amizade entre o saudoso chefe Quintino Bocaiúva, então Ministro do Exterior e o Conde de Matosinhos, Sampaio Ferraz lembrou ao chanceler republicano a conveniência de um aviso da família para que José Elísio não regressasse ao Rio de Janeiro, pois que estava disposto a não deixá-lo pisar impunemente as ruas dessa capital.

Foi, pois, com grande surpresa que, no dia 8 de Abril de 1890, Sampaio Ferraz deparou com o famoso valentão, todo de cartola cinzenta e luvas, bem em frente da Confeitaria Paschoal, na rua do Ouvidor, havendo desembarcado horas antes de um vapor da "Messageries".

Sampaio Ferraz dá-lhe imediatamente voz de prisão e fá-lo recolher ao xadrez da polícia, junto com os demais capoeiras.

Ao mesmo tempo que o ministro do Exterior se mostrava profundamente constrangido e pedia a liberdade do preso, filho do seu protetor e antigo proprietário do "O País", Sampaio Ferraz declarava positivamente ao governo que, ou Juca Reis seguia o destino dos demais capoeiras, ou ele abandonaria o cargo de chefe de polícia.

No primeiro despacho coletivo com Deodoro, em 12 de Abril de 1890, declarou-se a crise ministerial.

Quintino Bocaiúva solicitou a demissão do cargo de ministro das Relações Exteriores, declarando que as relações pessoais, que o ligavam à família do moço encarcerado, determinavam a sua retirada do governo.

O Marechal Deodoro levantou-se e disse não consentir na retirada de tão ilustre companheiro. Campos Sales e Rui Barbosa defendem o ato do chefe de polícia, enquanto outros ministros o julgam excessivo. ("*Atos e Atas do Governo Provisório*" – D. de Abranches).

No dia seguinte, houve a entrevista entre o Marechal Deodoro e a Condessa de Matosinhos, digníssima matrona, de excelsas virtudes pessoais, e que, em tão angustioso momento, ia interceder pelo filho.

Deodoro chamou em seguida Sampaio Ferraz ao palácio Itamarati, e, grande coração que era, narrou a sua penosa situação, referindo haver-se a ilustre fidalga ajoelhado a seus pés, aljofrando-os de lágrimas e suplicando comovedoramente a poupassem de ver o seu filho em um afastado e lúgubre presídio de criminosos vulgares, e acrescentou que, compungido diante de tão emocionante cena, ele havia prometido acudir àquele angustioso apelo.

A estas palavras do ditador enternecido, respondeu Sampaio Ferraz:

"Tudo está bem, General, mas permita-me ponderar a V. Excia. neste doloroso momento, que, igualmente já sofri a funda mágoa de ver aos pés uma porção de outras mães intercedendo por filhos estremecidos, a quem resisti em nome dos sagrados interesses sociais e da dignidade da República.
Eram humildes criaturas, pobres mulheres do povo, algumas talvez fieis companheiras de bravos soldados do Exército Nacional e, entretanto, mães tão extremosas e dignas de compaixão quanto a venerável Condessa de Matosinhos!".

Fitando Sampaio Ferraz com as fulgurações de um olhar que se umedecia e apertando-lhe as

mãos com carinhoso afeto, o valente cabo de guerra exclamou comovido:

"Tem razão, tem razão. Mande o homem!"

No dia seguinte, Glicério e Campos Sales, no intuito de conciliar os interesses em jogo e pôr fim à crise ministerial provocada por Bocaiúva, que insistia em seu pedido de demissão, propuseram ao chefe de polícia o alvitre de fazer embarcar Juca Reis até Pernambuco e dali facilitar o seu regresso para a Europa, mediante petição despachada pelo próprio chefe de polícia.

Sampaio Ferraz, porém, disposto desde o primeiro momento a não recuar, a tudo resistiu e, por fim, venceu.

E no dia 1° de Maio de 1890 era Juca Reis deportado, com os demais capoeiras, para o presídio de Fernando de Noronha, a bordo do vapor "*Arlindo*", ali permanecendo, encarcerado, durante 6 meses.

Quintino Bocaiúva, mais conformado, resolveu continuar no posto de ministro do Exterior.

Em consequência desse ato do chefe de polícia, o Conde de Matosinhos resolveu abandonar a propriedade de "O País", passando-a ao conselheiro Mayrink.

Estes acontecimentos, que tanto agitaram, no momento, a opinião pública, a qual se manteve unânime ao lado do chefe de polícia que dela

recebeu grandes e festivas demonstrações de aplauso, vêm longamente narrados nos "*Atos e Atas do Governo Provisório*", de Dunshee de Abranches"; "*Subsídios para a História da República*", de E. Senna e nas "*Reminiscências*", publicadas por Sampaio Ferraz no jornal "A Noite" do Rio de Janeiro.

Almeida Nogueira em seu interessante trabalho "*Tradições e Reminiscências*" (9ª série), narra, à pág. 260, um outro fato histórico passado na administração Sampaio Ferraz e que também merece ser lembrado:

"De outro serviço menos celebrado por ser menos notório, são devedores a Sampaio Ferraz os primeiros dias do Governo Provisório.
Infelizmente o desatino alheio não se demorou em vir desfazer a sua obra de benemérito patriotismo. Referimo-nos ao assalto brutal, na noite de 29 de Novembro de 1890, ao escritório e oficinas da "Tribuna", instalados na rua do Ouvidor, ato este que ocasionou o pedido de demissão coletiva do ministério."

Os antecedentes desse verdadeiro desastre político, que tanto maculou a vida do governo provisório, vieram, ao contrário, pelo eloquência mesmo do contraste, realçar o sincero liberalismo de Sampaio Ferraz e a sua têmpera varonil na mais difícil emergência.

Como ainda se acha na memória dos contemporâneos, a "Tribuna", sucessora da "Tribuna Liberal", movia, sob a direção de Antônio

Medeiros, violenta oposição ao governo do Marechal Deodoro.

Este, e ainda mais do que ele, os seus parentes e alguns oficiais militares, sofriam com mal contida paciência aqueles ataques. Não tinham a mais tênue intuição do que fosse a liberdade de imprensa!

Em certa ocasião, foi o Dr. Sampaio Ferraz procurado em seu gabinete por dois oficiais militares, sendo um de patente superior – o General Piragibe – e outro, o então Capitão Hermes da Fonseca, sobrinho do Marechal Deodoro.

Ao Dr. Sampaio vinham declarar que haviam deliberado pôr cobro à injuriosa campanha da "Tribuna" contra o Marechal e por isso preveniam a polícia de que estava assentado para "a noite seguinte" um assalto à mão armada àquela redação e às suas oficinas.

- *Jamais consentirei nesse atentado!* Interrompeu-os com severidade Sampaio Ferraz.

Piragibe sorriu com ligeiro laivo de zombaria e depois perguntou:

- *Mas não consente, de que modo?*

- *Opondo-me... por todos os modos. Farei sair à rua, com as armas embaladas, toda a força da brigada policial, à cuja frente pessoalmente me colocarei. Mandarei fazer fogo contra os*

perturbadores da ordem e na ação procederei com a maior energia: prenderei e mandarei processar os criminosos, quem quer que sejam, mandantes e mandatários. Se tiver de enfrentar forças superiores, lutarei sem pavor, sucumbirei, talvez, cumprindo o meu dever, mas sucumbirei em defesa dos direitos do cidadão, da liberdade do pensamento e da honra da República!

Esta nobilíssima resposta, proferida com firmeza e energia varonil, teve o efeito de conjurar, por algum tempo, a medonha borrasca que devia mais tarde desabar.

Com efeito, dias depois, por desavença com o governo, a propósito de um ato administrativo que o contrariava, Sampaio Ferraz pedia demissão do elevado cargo que exercera com tanto zelo, nobreza e patriotismo.

Com a sua saída desapareceu o mais poderoso amparo da "Tribuna" e esta, a 29 de Novembro de 1890, cerca de um mês depois, sucumbia vitimada pelo ignominioso atentado que contra ela perpetraram amigos ursos do ínclito fundador da República.

Tais atitudes, assumidas por um homem ainda na flor da mocidade e cheio de natural ambição, em face de uma poderosa ditadura militar, constituem seguramente lições de civismo, de desassombro, dignas de ser divulgadas no seio da mocidade brasileira para que ela, retemperando-se nesses belos gestos do passado, não deixe

estiolar e morrer a antiga, sólida e valorosa fibra brasileira.

Deixando a Polícia, coberto de louros e em meio de manifestações populares, das mais estrondosas realizadas no Rio de Janeiro, o povo, agradecido, quis presenteá-lo com um palacete.

Sampaio Ferraz mandou imediatamente sustar a subscrição popular, pedindo que ela revertesse em favor de um dos asilos da cidade, no que foi atendido.

Querendo premiar os extraordinários serviços por ele prestados, o governo provisório galardoou-o com a patente de Coronel do Exército brasileiro.

Quase ao mesmo tempo era ele feito Coronel comandante da Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio.

E, mais tarde, em 1892, ao fundar o famoso Batalhão Tiradentes, foi ele aclamado Coronel-comandante do mesmo.

Nessa época Sampaio Ferraz já se havia tornado a individualidade mais querida e popular do Rio de Janeiro. Por toda a parte celebravam e aplaudiam a sua coragem, decantavam-lhe a energia indômita e o invulnerável sentimento de justiça.

Muitas outras figuras surgiram depois, algumas com feição mais nacional, se quiserem; porém todas com os seus adversários mais ou menos

extremados, enquanto Sampaio Ferraz conseguiu o milagre da unanimidade absoluta.

A natureza do cargo, as excepcionais qualidades do homem, eram das que mais facilmente empolgam a massa popular[1].

[1] O que se acabou de ler foi publicado na imprensa, como colaboração anônima. Esse belo retrato expresso nessa crônica, nos dá bem a idéia do que foi o grande republicano Sampaio Ferraz, figura inconfundível nos primórdios da república. Reproduzindo aqui esse esboço histórico, e portanto, perfilhando-o, queremos que tenha maior duração, revivendo nas páginas de um livro.

3 - Fibra Antiga

Quando alvorecia o regime republicano no Brasil, fora, pelo Governo Provisório, nomeado Governador de Sergipe o Coronel Luiz Mendes de Morais, morto há pouco tempo com os bordados de Marechal.

Esse paulista de fibra espartana, cuja vida foi um exemplo de patriotismo, atirou um dia aos pés da política o alto posto de Governador de Estado, para não fugir ao cumprimento de seus deveres cívicos.

Interessante é, agora, relembrar esse episódio dos primórdios da república. Recordar é reviver. Revivamos, pois, um varão de Plutarco, cujo nome é um patrimônio sagrado do Exército Nacional.

Enquanto, em Sergipe, o Governador Luiz Mendes de Morais, com esforço e energia, propugnava pelo progresso da pequena, mas gloriosa terra sergipana, no Rio de Janeiro, a política, guiada pelo Ministro Barão de Lucena, enrodilhava-se nas mais complicadas intrigas e cambalachos.

Da Capital do país o polvo das ambições estendia os seus formidáveis tentáculos às diferentes unidades da Federação.

Um dia, chegou a vez de Sergipe. Tratava-se de um candidato imposto pelo Barão de Lucena, que nesse movimento dizia interpretar a vontade toda poderosa do Generalíssimo Deodoro.

Dois partidos digladiavam-se em Sergipe: o Nacional e o Democrata. Candidato de um era Vicente Ribeiro; de outro o Dr. Tavares.

Com este último estavam a maioria da Assembléia Estadual e os chefes de grande prestígio, quais eram, no tempo referido, o Senador Coelho de Campos, Leandro Maciel, Barão da Estância e Tomaz Cruz.

Se o Partido Nacional tinha a seu lado a quase totalidade dos eleitores, o Partido Democrata gozava da proteção do Governo Federal.

Aproximavam-se as eleições.

Os amigos de Vicente Ribeiro apelaram para o Generalíssimo Deodoro e este telegrafou ao Governador de Sergipe, relativamente à situação política daquele pedaço da Pátria.

O Governador Luiz Mendes de Morais respondeu em telegrama de 26 de Fevereiro de 1891:

> "Generalíssimo Deodoro. Rio.
> Minha conduta tem sido muito imparcial. Tenho envidado esforços particular e oficialmente para que a eleição transcorra livremente".

Deodoro, no mesmo dia, telegrafou ao Governador de Sergipe, respondendo-lhe:

> "Governador de Sergipe
> Imparcialidade nas eleições".

E assim, imparcial e sereno, o Coronel Luiz Mendes de Morais ia assistindo aos preparativos para a luta, que prometia ser renhida.

Entretanto, tais foram os empenhos junto ao Governo Federal, que em 28 de Abril de 1891 o Ministro Barão de Lucena telegrafou ao Governador de Sergipe, pedindo-lhe sua intervenção no pleito. E assim impunha:

> "Governador de Sergipe.
> Ao Governo é agradável concurso de V. Excia. favor candidatura Coronel Vicente Ribeiro. A bem harmonia amigos e conveniências da situação, não duvido sua leal e dedicada cooperação".

Luiz Mendes de Morais reuniu em palácio os chefes dos dois partidos e procurou harmonizá-los. Não o conseguiu.

Consultou os chefes do interior, e estes na sua maioria recusaram apoio à candidatura do amigo do Governo Federal.

Então, em 2 de Maio de 1891, o governador respondeu ao telegrama do Ministro:

> "Barão de Lucena. – Rio.
> Respondo telegrama de V. Excia. 28 passado. Segundo informações exatas que tenho, Partido Nacional, com grande maioria na Assembléia, tem por candidato Dr. Tavares, há muito indigitado e sustentado pelos respectivos chefes Coelho Campos, Leandro Maciel, Barão da Estância e Tomaz Cruz. Política aqui tem corrido sob ação da liberdade e a isso atribuo a tranquilidade que tem gozado este Estado durante minha administração. Não intervirei na eleição e entendo não poder nem dever intervir nas deliberações da Assembléia em favor qualquer candidato. Todavia, se este modo de apreciar pode prejudicar conveniências da situação, que V. Excia. invoca, rogo que se digne obter minha exoneração, fazendo-me substituir por quem melhor corresponda intuitos Governo".

O Governo Federal insistiu ainda para que Luiz Mendes de Morais, Governador de Sergipe, interviesse no pleito.

Mas o valoroso cidadão da República, o nobre e abnegado paulista, era feito da fibra heroica dos bandeirantes. Não cedeu e continuou, firme e resoluto, a manter a sua neutralidade.

Preferia deixar o palácio de Aracaju, abandonar o cargo de Governador, a cabalar eleições.

Foi então, que recebeu em 22 de Maio de 1891 este telegrama do Ministro do Interior:

> "Coronel Luiz Mendes de Morais.
> Por decreto de hoje foi concedida exoneração pedida. Governo agradece vossos bons serviços louvando vosso patriotismo e dedicação causa pública. Passai administração ao 1° vice-governador".

E o chefe do governo federal telegrafava ao nobre Presidente de Sergipe em 27 desse mês:

> "Governador Sergipe.
> Atenta a divergência manifestada Congresso Constituinte e convindo quanto antes resolvê-la para que o Estado se possa constituir e tendo-vos declarado que preferireis vossa demissão a trabalhar candidatura Vicente Ribeiro, o Governo julgou de bom alvitre conceder, bem a seu pesar, a exoneração pedida, e ainda uma vez agradecer-vos os bons serviços que prestastes a esse estado e à União durante a vossa administração. Assumirá o governo o 1° Vice-Governador até que o Governo resolva substituir-vos".

E assim, para manter a neutralidade, para não marcar os ditames de sua consciência cívica, o Coronel Luiz Mendes de Morais, sobrinho de Prudente de Morais e amigo do Generalíssimo Deodoro, tendo diante de si mil probabilidades de

triunfos políticos, abandonou a política, atirou aos pés do Governo federal o cargo de governador de Sergipe, voltou ao Rio e, inteligente e bom, destemeroso e sem mácula, reverteu às fileiras do glorioso Exército, de onde saíra e para onde voltava com a mesma imperecível dignidade.

Eis aí uma bela página de nossa história política, um grande exemplo de civismo e dignidade, um episódio que bem merece ser recordado nestes tempos de agora, em que o apego ao poder e o amor às posições avassalam as consciências, corroem o caráter, aniquilando um dos mais nobres sentimentos humanos: o patriotismo.

4 - A Geografia dos Mitos

Na Idade Média a geografia não passava de um acervo de lendas e verdades, mal delineadas, extraídas dos ensinamentos geográficos de gregos, romanos e árabes.

Os romanos, gente eminentemente prática, entendiam que geografia era um conjunto de guias, roteiros e cartas itinerárias, das quais, ainda hoje, existe um exemplar, conhecido pelo nome de Quadro de Peutinger, espécie de mapa-roteiro do Império Romano, feito na primeira metade do século IV, constituindo uma cópia, ligeiramente modificada, dum modelo anterior, de vários séculos. E por ter pertencido ao fidalgo Peutinger, grande senhor de Augsburgo, deram-lhe o nome citado.

Os gregos, muito propensos aos grandes problemas da inteligência, eram mais teóricos.

Discípulos dos egípcios, professavam um culto apaixonado à geografia, e, séculos antes da era cristã, já acreditavam na esfericidade da Terra, ensinada por Hiparcos (125-160 A.C.), Tales de Mileto (640-548 A.C.), Anaximandro (610-547 A.C.), Anaximeno (588-534 A.C.), Heródoto (484-408 A.C.) e Aristóteles (384 – 322 A.C.).

Nos séculos medievais os conhecimentos geográficos da Europa eram profundamente míticos, constituindo um amálgama de relatos gregos, de indicações romanas, de descrições árabes encontradas em várias fontes, tais como a Cosmologia de Tales; a Teoria do Infinito, de Anaximandro; o Ar, de Anaximeno; o Oceano, de Possidônio; Questões naturais, de Sêneca; Meteorologia, de Aristóteles; Montanhas e Rios, de Ctezias; História Natural, de Plínio; Geografia de Estrabão; Topografia Cristã, de Cosmos Indicopleuste; Geografia, de Zemarco; Geografia, de Hiparcos e as Peregrinações de um curioso ou Exploração das maravilhas do mundo, do árabe Edrisi.

Desses livros tirou a sabedoria geográfica dos séculos medievais o seguinte ensinamento sobre a terra:

"A terra é plana e divide-se em duas partes: ecumena ou parte habitada e anecumena ou parte desabitada.
A primeira subdivide-se em três regiões: Ásia, Líbia e Europa, sendo esta última a mais extensa das três.
Limita-se a ecumena da seguinte forma: ao norte, com o círculo polar, além do qual se estendem os
gelos eternos; ao sul, com o tópico, marco das regiões do fogo; ao oeste, o mar Ocidental ou mar Tenebroso, povoado de duendes; a leste, o mar Oriental, misterioso e insondável.

Os extremos habitáveis são as ilhas da Britânia, ao norte; o Sudão e a terra dos grandes lagos, ao Sul; a China, a leste; e as ilhas Fortunadas, ao oeste.

O sol corre por cima da terra e, à tarde, esconde-se detrás de uma grande montanha para obrigar os mortais ao descanso.

Os homens têm vários aspectos, conforme a região que habitam.

Há homens de cabeça de pássaro; outros, de pés de porco; outros, de uma só perna; outros, de um só olho na testa, há viragos, mulheres guerreiras, mulheres metade peixe e metade gente, anões belicosos e gigantes antropófagos.

O mar Tenebroso tem águas negras como breu, bravias como a ira divina. Suas ondas furiosas suspendem-se no espaço imenso e obscurecem a luz solar.

Quem navegar o mar Tenebroso, perde a noção do tempo. Nele se encontram ilhas misteriosas, antecâmaras do inferno.

Ao longe, onde as encapeladas ondas se rebentam em turbilhões negros, se levanta a ilha do castigo, pejada de árvores vermelhas, grande e pavorosa, na qual Judas sofre a pena de sua vil traição, recusado pelo inferno, e Nero cavalga um corcel de fogo, galopando doidamente.

Gritos horríveis daí se levantam em clangores, num ecoar lúgrube e agoniado que gela o sangue nas veias dos atrevidos navegantes".

Os árabes, senhores do caminho da Ásia, inteligentemente compreenderam os proveitos que adviriam para eles da conservação dessa geografia lendária e ampliaram-na com o mito de Adamastor, assim descrito:

"Do lado do poente, ex-abrupto, o mar se convulsiona e se abre, surgindo das águas ensanguentadas o guardião milenar do mundo inatingível, dizendo apenas, com seu aspecto horrível, em voz de trovão:

- Não se passa aqui: Eu sou Adamastor.

E o geógrafo Edrisi falava do Atlântico ou mar Tenebroso da seguinte forma:

"Ignora-se o que existe além do Mar tenebroso, nada se sabe a seu respeito por causa das dificuldades que opõem à navegação a espessura das trevas, a altura das vagas, a frequência das tormentas, a multiplicidade de animais monstruosos e a violência dos ventos.

Há, contudo, neste oceano, grande número de ilhas ou sejam habitadas ou desertas; mas nenhum navegante se tem aventurado a atravessá-lo, nem a cortar o mar, limitando-se todos a seguir as costas, sem nunca perder a terra de vista.

As vagas deste mar têm altura de montanhas, e embora se agitem e se comprimam, ficam sempre inteiras e insulcáveis".

Tal era a sabedoria dos geógrafos notáveis da Idade Média, antes dos gloriosos descobrimentos da gente ibérica.

Coube aos portugueses a missão grandiosa de ir aniquilando, aos poucos, essas lendas esturdias, que faziam da geografia medieval mais um tratado de mitos que uma descrição verdadeira de terras e gentes.

E foi quase no fim de um portentoso período da História Universal, anos depois das viagens magníficas de Colombo e Cabral, que surgiu a figura extraordinária do arrojado e formidável Fernando de Magalhães.

Já era fato conhecido e aceito a esfericidade da Terra, embora a intolerância de alguns espíritos sectaristas ainda procurasse contrariá-la.

Virgílio, bispo de Salisbury, no ano de 711, fez um livro procurando demonstrar a esfericidade da Terra e a existência dos antípodas, e de outros continentes, além dos que já eram conhecidos no século VIII. Era a repetição de uma conjectura do grego Hiparco.

Tal afirmação contrariava os textos bíblicos e a Cúria Romana formulou contra ele veemente acusação de heresia.

O famoso Bonifácio, cognominado o apóstolo da Germânia, foi encarregado de articular o libelo. E somente graças a uma formal retratação, conseguiu o bispo de Salisbury o perdão do papa Zacarias.

Séculos depois surgiu uma nova tentativa para o esclarecimento da verdade geográfica. O cardeal Nicolau de Krebs, natural de Cusa, em sua admirável obra *Docta Ignorantia* repetiu, no meado do século XV, o ensinamento do bispo Virgílio.

Convidado pela cúria romana a comparecer em Roma, para se ver processado, não chegou até lá, porque morreu em viagem.

E no princípio do século XVI, o cônego Nicolau Copérnico expôs em Traneburgo os mesmos princípios já ensinados por Krebs e Virgílio de Salisbury.

Mas desta feita ia forte a reação contra o romanismo, e a teoria do prussiano de Thorn, cônego de Cracóvia, conseguiu grande número de prosélitos, tornando-se vitoriosa em toda a linha do ano de 1543, com a publicação do de *Orbium Celestium revolucionibus*.

Contudo, já em 1510 se imprimira um folheto com a sua teoria sobre a esfericidade da Terra. Leu-o o navegante português Fernando de Magalhães.

E daí a sua idéia de contornar o mundo, tentando a primeira viagem de circunavegação.

Soldado destemido, foi um dos capitães das hostes portuguesas que, sob o comando do grande Albuquerque, conquistaram Malaca em 1510.

Depois de ter arriscado sua vida em benefício do seu país, regressou a Portugal, requerendo a D. Manuel uma gratificação de 6 escudos (96 tostões, ou sejam 9$600).

Alegava grandes serviços prestados na conquista de Malaca, dizendo que a Índia bem valia alguns tostões que el-Rei desse aos capitães que a conquistaram.

Seu requerimento foi indeferido e não somente D. Manuel lhe recusou a gratificação pedida, como também o afastou da sua graça.

Indignado pela ingratidão do monarca, Fernando jurou vingar-se cruamente daquele que o desprezara.

Sabendo que era grande a vontade de D. Manuel para a descoberta de um novo caminho para a Índia, e acreditando na esfericidade da Terra, Magalhães foi à Corte espanhola, onde então brilhava um sol político em fulgurantes irradiações – Carlos V.

Expôs o seu programa de atingir o oriente pelo ocidente, contornando o mundo, e discutida a possibilidade pelos cosmógrafos do Rei-imperador, acertou-se a realização do empreendimento.

Deu-lhe Carlos V uma frota de cinco navios com uma guarnição de 250 homens. E com eles, em 1519, Magalhães deixou as águas espanholas.

Chegando às proximidades do Rio de Janeiro, a marinhagem começou a sentir os efeitos desoladores de um calor insuportável.

O esgotamento vencia a coragem daquela gente. Sobreveio a indisciplina, que ameaçava o chefe da expedição com um levante geral. O retorno para a Espanha era insistentemente pedido pelos descontentes e desanimados.

Foi então que Magalhães deu provas de sua formidável coragem. Tendo apenas um terço de marinheiros fieis, não se intimidou, e no meio dos próprios descontentes, prendeu os seus cabecilhas Mendonza e Quexada e ali mesmo os executou como exemplo.

Deteve-se junto a um cabo situado a 5 graus de latitude, onde logo apareceram aborígenes de talhe gigantesco. Eram os focalenses.

Batizando esse cabo com o nome de Cabo da Virgem, por ser o dia de Santa Úrsula, descobriu um estreito, com a largura de uma légua mais ou menos, marginado de lado a lado por montanhas escarpadas. Aí penetrou, navegando cerca de cinquenta léguas, até encontrar outro estreito, maior que o primeiro, que desembocava nos mares Ocidentais da América. Batizou-o com o nome de Jasão Português, e prosseguiu sua marcha.

Depois de ter navegado cerca de 500 léguas, desde a sua partida do cabo da Virgem, o capitão encontrou várias ilhas (hoje ilhas Marianas e Filipinas), habitadas por gente inculta, idólatra.

Os espanhóis foram bem recebidos pelo soberano malaio da ilha principal, que, com seu povo, se fingiu convertido ao credo espanhol. Era a terra de Cebu.

Achando a ocasião propícia para vencer um inimigo, que era soberano da ilha de Matan, o príncipe de Cebu pediu o auxílio dos espanhóis e com ele venceu os soldados de Matan.

Contudo, desconfiado e previdente, tendo observado que os espanhóis procuravam absorver a soberania da ilha, armou-lhes uma cilada, na qual pereceu Magalhães em 1521.

E dos seus navios somente um pôde escapar, regressando à Espanha pelo cabo da Boa Esperança, sendo o primeiro que fez a volta do mundo.

A nova descoberta do estreito nos mares do sul da América causou profunda sensação em toda a Europa e imensa mágoa na Corte portuguesa, pois fora o descobrimento feito por um português naturalizado espanhol, sendo o único ponto (então conhecido) de comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico (a descoberta do estreito de Le-Maire data de 1616).

O estreito foi desde logo sulcado por diferentes navios e batizado com o nome que ainda hoje conserva – Estreito de Magalhães.

5 - A alma portuguesa e o Brasil

O Dr. Antenor Francisco da Silva, acompanhando o jornalista Antônio Torres, num movimento de mal disfarçada fobia, escreveu um artigo sob o título de "A alma portuguesa", em que ataca Portugal e os portugueses.

Clama por uma lei contra os estrangeiros, aos quais chama de *carunchos da nossa nacionalidade, bactérias raciais* e outras *amabilidades* mais ou menos deste jaez!

Esse ódio contra o alienígena é injustificado. O Brasil tem necessidade do braço estrangeiro, da gente de fora, porque possui um território imenso, um solo feraz pedindo a semente bendita do trabalho.

Mas por aí além, na multidão, palpita um movimento febril de jacobinismo, relembrando aqueles tempos vermelhos do governo de Floriano.

E o mais censurável é que esse sentimento de combate se atira contra uma gente que formou a nossa gente, um povo que sempre amou o nosso povo, uma nacionalidade forte que dum obscuro condado da península ibérica fez, a golpes de energia, trabalho, tenacidade e coragem, uma nação brilhante, que produziu os Nunos Álvares para o fragor das pelejas, os Vieiras para os

relâmpagos da eloquência, os Fernões Lopes para a justeza das crônicas, os Camões para a fulgência do verso, os Vascos e Cabrais para a conquista dos mares, os Pombaes para os triunfos da diplomacia.

É lastimável que se grite e que se insulte o povo português. Das nações amigas não há uma que mais nos ame, que mais nos estime do que o velho Portugal.

Fala-se que o português absorveu o comércio, dominou a imprensa, abocanhou a indústria, avassalou o capital no coração do Brasil, que é o Rio de janeiro. Que prova contra os portugueses tudo isso? Nada.

Então se levante também uma campanha formidável contra o italiano de S. Paulo, o polaco e o austríaco do Paraná, e o alemão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por lá, também, o estrangeiro avassalou o trabalho nas multíplices manifestações.

Por lá também a energia estrangeira atacou o colo. Os Estados Unidos recebem anualmente mais de cem mil estrangeiros que se atiram à luta pela vida, absorvendo o trabalho.

Em New York, 1/3 da população é de estrangeiros. No comércio, na indústria e na lavoura, encontramos preponderando indiscutivelmente, o irlandês em New York e Philadelphia; o alemão em Chicago, o português em S. Francisco, o francês em St. Luiz, o espanhol

no Novo México. Nem assim há jacobinismo nos Estados Unidos.

Possuindo uma população de 130 milhões de habitantes, carrega a nacionalidade americana do norte com a parcela de 25 milhões de estrangeiros, conforme há pouco tempo indicava um publicista no New York Herald.

O português é rico de vontade de trabalhar. E nós precisamos de gente que trabalhe. E não há trabalhadores melhores que os portugueses.

Amemo-los, portanto, e com alegria dividamos com eles o trabalho nacional, e folguemos com o seu triunfo no domínio da pecúnia, pois souberam trabalhar e guardar.

Ódios e inveja porque prosperaram, isso é que não. É um povo irmão, é um povo que fez a nossa nacionalidade, desbravando as selvas, vencendo a pujante natureza brasílica.

Lembremo-nos que foram portugueses aqueles valente marujos da "Mindello", de Castilhos, o qual, num surto de coragem, arrostou a fereza do governo de Floriano, e asilou em sua barca a brilhante oficialidade da Armada Nacional, prestes a sucumbir ingloriamente varada pela fuzilaria dos florianistas ou envenenada pela crueza de carcereiros tigrinos.

E não será digno de colaborar conosco o povo lusitano? Certamente, sim, ele nos honra com a sua colaboração.

Há um episódio na vida da nação portuguesa, que simboliza a coragem, o arrojo, a dignidade desse pugilo de navegantes que plantou um jardim à beira da Europa, no cantar do poeta D. Jayme.

Referimo-nos ao incidente entre o Marquês de Pombal e o embaixador inglês.

Em 1759 o almirante inglês Boscowen violou os princípios de neutralidade da nação lusitana: nas águas portuguesas da baía de Lagos saqueou e queimou navios franceses.

Pombal pediu imediatamente satisfações à Inglaterra. O ministro inglês, em nome do seu Rei, negou as satisfações, alegando que um país protegido, como Portugal, não deveria, nem poderia pedir satisfações àquele que o protegia.

O ministro português retrucou dizendo que *"a amizade e o auxílio inglês não passavam de uma hipocrisia, à sombra da qual a Inglaterra se havia engrandecido, depredando os portugueses"*.

Insistiu pelas satisfações pedidas e concluiu sua carta célebre, verdadeiro título de honra para Portugal, com as seguintes palavras:

- "Muito melhor podemos nós passar sem vós que vós podeis passar sem nós: uma só lei pode transformar vosso império. Não temos mais que proibir com pena de morte a saída do nosso ouro e ele não sairá.

Verdade é que a isto podeis responder-me que apesar de todas as proibições ele sempre sairá, como tem saído porque vossos navios de guerra têm o privilégio de não serem revistados na sua saída: mas não vos enganeis com isso; se eu fiz que se degolasse um duque de Aveiro, porque atentou contra a vida d'El-Rei, mais facilmente farei enforcar um dos vossos capitães por levar uma efígie contra o determinado por lei.
Há tempos, em que nas monarquias um só homem pode muito. Vós sabeis que Cromwell, em qualidade de protetor da República Inglesa, fez morrer o irmão do embaixador d'El Rei Fidelíssimo: sem ser Cromwell eu me sinto também com o poder de imitar seu exemplo, em qualidade de ministro protetor de Portugal. Fazei logo o que deveis, que eu não farei tudo quanto posso".

A ameaça do Conde de Oeiras (Marquês de Pombal), diz um historiador inglês, não era uma fanfarronice; fundava-se nos recursos que ele havia criado para o país, de que era realmente protetor, e na coligação preparada com a França e com a Espanha contra a Inglaterra.

Os estadistas ingleses desse tempo analisaram a situação, descobriram o manejo do Marquês de Pombal, e intimidados por uma guerra contra Portugal, Espanha e França, em ação conjunta, enviaram imediatamente para Lisboa lorde Kinoud, como embaixador.

E este, em audiência pública, conforme exigira Pombal, deu todas as satisfações exigidas, concluindo que o Rei de Inglaterra, imensamente

penalizado, começara a responsabilizar o capitão atrevido pelo desacato à nação lusitana.

Um povo que gerou um Marquês de Pombal não é um povo covarde. Um povo que desbravou as rechãs e os socavões do Brasil, não é um povo fraco. Um povo que deu vida à nacionalidade brasileira, não é um povo ignóbil.

Por que odiá-lo, então? Amemo-lo com sinceridade, e juntamente com o italiano e com o alemão, trabalhemos de mãos dadas, conjuguemos todas as energias em benefício da pátria, do nosso Brasil querido.

E jamais insultemos os portugueses que aqui trabalham, porque a gloriosa alma do velho Portugal sente e palpita com a alma brasileira, sua filha, que lhe é orgulho e padrão de glórias.

6 - A Origem da Europa

Sergi, quiçá o mais fecundo etnólogo da atualidade, localiza os germens da civilização europeia na África e não na Ásia, como ensina César Cantu. E diz:

"E quindi, infine, non esitiamo de affermare che i primi germi della civiltá siano portati dall'Africa, culla della stirpe, che per noi é una specie umana ben distinta e com caratteri bem definiti – l'eurafricana".

E como ficará então a engenhosa teoria ariana criada pela crítica histórica do século passado?[2]

Admitir-se com Sergi e outros, os germens da civilização européia na África é destruir-se um século inteiro de brilhantes investigações, é, na expressão sugestiva de Maspero, fazer-se dos ensinamentos históricos de grandes mestres de outrora, um belíssimo castelo de cartas, cuidadosamente arquitetado e depois, num segundo, derrubá-lo com um pequenino sopro...

As famosas migrações arianas, contadas pelos sábios Retzius, Pruner-Bey, Le-Palay, ED.

[2] Lembrar que esse livro foi escrito pelo Prof. Cintra de acordo com os conhecimentos da década de 1920. No século XXI, muitos conceitos mudaram e o quadro atual apresentado pela Ciência é um pouco diferente daquele deste livro (NE)

Demolins, Léon Poinsard, Roberto Pinot, Préville, Paul Bureau, Ronsiérs, Tourville, não passam de uma fábula também aceita por Cesar Cantu e outros mestres eminentíssimos, como Sayce (Princípios da Filosofia Comparada, apêndice, 2ª edição, 1893), Huxley (A questão ariana e o homem pré-histórico, 1891), Rudolf von Ibering (Les indoeuropéens avant l'Histoire, Paris, 1895), Arbois de Jubainville (Les premiers habitants de l'Europe).

Mas é tal o destino da ciência: construir e destruir.

Pois Guilherme Harvey, com um panfleto de 15 páginas, publicado em 1619, provando a dupla circulação do sangue e as comunicações veno-arteriais, negadas pela Medicina, não derrocou vinte séculos de sabedoria médica?

Pois Nicolau Copérnico, com uma simples preleção numa célebre universidade alemã, não destruiu a ciência astronômica de dezenas de séculos, demonstrando o duplo movimento dos planetas sobre si mesmo e em volta do sol?

E Jorge Stahl com a sua teoria do flogístico e Lavoisier com sua lei da matéria não revolucionou a química?

Assim as lições de Sergi não devem causar assombro. A falibilidade da ciência é uma verdade.

Sergi contesta a teoria ariana e localiza o gérmen da civilização na África e não na Ásia. Esse homem, encerrado numa das melhores bibliotecas etnológicas do mundo, depois de ter passado dezenas de anos medindo crânios e decifrando ruínas, ora tenta a solução do eterno problema: donde vimos, o que somos e para onde vamos.

Assim diz Luiz Büchner, improficuamente. Se Sergi, como Büchner, não conseguiu resolver a eterna incógnita, ao menos, com as dezenas de seus volumes publicados, destruiu totalmente a famosa história das migrações arianas, como origem da civilização européia.

As civilizações chinesa, indiana, egípcia, babilônica, ibérica, greco-romana e americana, já se acham esclarecidas por centenas de obras.

Os egípcios do norte criaram a civilização babilônica e expandiram-se, no período áureo de sua história, até o rio Indo, conforme se depreende dos ensinamentos de Sergi, Jacolliot, Possin, Hermann, Renouf, Brugsch, Navolle, Otto, Alberti e outros.

A decantada civilização do Irã (ariana ou ária) é de origem africana.

No tempo em que a civilização da Índia se extinguia, os povos do ocidente e norte da Índia determinaram assim a divisão do país em duas partes, com profundos caracteres diferenciais, tais como ainda hoje existem.

Depois, precipitaram-se numa grande migração (não em três como afirmam os historiadores) e atravessaram o Cáucaso.

Os iranianos, impropriamente chamados árias ou arianos, eram descendentes dos egípcios do alto Egito e sua civilização o reflexo da civilização egípcia.

Foram eles que invadiram a Europa, há 9.000 anos, carregando consigo indianos já modificados pela conquista e pela mistura de sangue, e encontrando na Europa gente civilizada.

Como se pretender, então, que o europeu é um descendente do legítimo asiático? Pois o próprio povo ariano não é de origem africana?

A verdade é que não foram os fabulosos árias ou arianos ou fautores da gente e da civilização da Europa.

Houve, na Europa como na América, uma selvajaria, mas é preciso convir, com o sábio Poussin, que muitas selvajarias têm detrás de si um longo passado, que pode ocultar uma civilização extinta.

A hipótese ariana, que relata a migração, da Ásia para as florestas germânicas, dos árias, gente nobilíssima, formosa, com uma língua rica, e que das selvas germânicas se espalharam pela Europa toda, criando os atuais povos europeus, não pode ser aceita agora nas lições de História, porque o sábio Sergi, com a publicação de seus livros,

frutos sazonados de um estudo etnográfico de 40 anos, deu-lhe o golpe de misericórdia.

A gente ariana, como chamavam os gregos o povo do Irã, era grosseira, cruel, amante da guerra e da destruição e sua língua era de radicais hamíticos.

A origem do nome árias ou arianos diz tudo, pois é o vocábulo grego Aries, significando o deus da violência e da destruição. E por serem cruéis os habitantes da região irânica, os gregos chamavam-lhes Árias (de Áries) e sua terra: Arianis.

Hoje, a crítica histórica restringiu a significação do termo ária, outrora empregado como sinônimo indo-europeu.

Alguns etnólogos querem que signifique apenas o ramo oriental da chamada família indo-européia, isto é, os indianos e iranianos.

Mas, tanto sob o ponto de vista da religião, como da língua, os indianos e iranianos constituem um grupo separado do europeu, embora com esse apresentem pontos comuns.

É que os pontos dissemelhantes são mais profundos e mais nítidos. O que é rejeitável, *in-limine*, é a denominação dada aos povos da Europa de povos arianos ou indo-europeus.

Por que arianos ou indo-europeus?

A designação inexpressiva. Não se trata, como querem alguns filósofos, de uma simples corruptela (iran-airianam). O Irã era uma vastíssima região ao oeste do Indo, mencionada nos textos bíblicos.

A geografia antiga, dá-nos informação do país ariano com os seguintes limites: a Média, ao oeste; o rio Indo, a leste; a Hicarnia e Bactriana, ao norte: os mares Pérsico e Arábico, ao sul.

Compreendendo o ocidente do Afeganistão e o oriente da província de Khorosan, estava a Aris, comumente confundida com a Ariânia.

Os gregos deram tais nomes a essas regiões, porque seus habitantes eram maus, bárbaros e traidores, qualidades essas inerentes ao deus Aries, da mitologia grega. É a explicação de um geógrafo da antigüidade.

Houve, em verdade, uma grande migração de asiáticos no oriente europeu, porém num tempo em que na Europa já havia povos civilizados. Daí a afirmativa de que os arianos foram os fautores da civilização européia há uma grande distância.

Em uma época remotíssima, que se perde nos sombrios e indecisos recantos da pré-história, foi a Europa invadida pelo homo-afer, saído do Atlas.

Esse dominando o continente, criou um civilização soberba, que ainda existia 6.000 anos antes de Cristo, conforme um relato de Heródoto, confirmado atualmente pela arqueologia e

etnografia. Depois chegou à Europa o homo-asicus.

A análise geo-histórica, com seus perfeitos métodos de pesquisa, delineados nas obras magistrais de Sergi, destrói a lenda dos árias, criada artificiosamente.

No século XX, um estudante de história ou de etnografia não deve repetir o erro que se acha nos compêndios usuais, qual o das três fantásticas migrações dos árias, pseudo criadores da atual civilização européia.

A Europa, há milhares de anos, já viu uma grande civilização, extinta pela força irredutível do tempo, pela convulsão de grandes cataclismos sociais.

A semelhança existente entre os radicais das línguas faladas, desde o Turquestão até o cabo Finisterra, não pode traduzir migrações de árias, mas apenas revela as relações de uma origem comum, qual seja a africana.

Mas, não é somente Sergi que combate a hipótese ariana. O professor Alberti, de Roma, insubordina-se contra essa fábula, que durante muitos anos dominou soberanamente a consciência da História:

"Premesse queste cose, il famoso problema Ario che per um secolo quasi non solo agitó la mente di tutti

gli etnologi e fiolologi, ma che, dato per risolto com verdute eminentemente nazionaliste,
aveva inebriato di orgoglio i tedeschi, permettendo loro di parlare de una grande stirpe Indo-Germanica che avrebbe portato la civilitá a tutta l'Europa, il famoso problema Ario, adunque, é oggi profondamente modificato nel modo con cui deve venir porto e con cui puó essere veramemnte risoluto.
Le cose (e il Sergi lo ha dimostrato con una poderosa opera di indagine e di riconstruzione) andarono molto diversamente. Vi fu dunque in Asia un grande focolare di vera e originale civiltá aria, che si avolse da remotissimi tempi fra gli Indiani e gli Irani, ma questi popoli erano di stirpe decisivamente propaginata dal ceppo dell'homo afer; la loro origine era adunque perfettamente analoga a quella della varietá mediterranea. Indiani ed Irani non mandarono mai direttamente orde o colonie proprie in Europa". (Popolos, pág. 198).

Deniker, em sua obra Races de la Terre, pág. 379, diz que – "*la question arienne n'a plus aujourd'hui l'importance qu'on lui prêtait jadis*".

Nega que houvesse influência ariana na constituição do tipo fisico e na civilização do europeu.

Um outro antropologista notável, Paul Topinard, ensinava, em 1900, na pág. 229, de L'Anthropologie et la Science Sociale que "*il n'y a pas de race arienne".*

Numa celebre conferência realizada em Novembro de 1902, na Escola de Antropologia de Paris, o ilustre etnógrafo Zaborosky proclamou que *"on peut affirmer que les races blanches n'ont eu ses origines en l'Asie Centrale*". Depois de admiráveis considerações terminou dizendo que "*la théorie aryénne est plus litteraire que scientifique*".

Os maiores responsáveis pela disseminação da teoria ariana foram Quatrefages e Letourneau, este na suposição de que os arianos afluíram à Europa para se misturarem aos primitivos habitantes.

Mas os primitivos europeus não eram selvagem e exerciam influência nos adventícios que, no ensinamento do sábio Luis Poussin, "*ont probablement subi l'influence des autochtones* (da Europa*), qui n'etaient pas tous des sauvages*".

Assim, pois, digamos com o grande Sergi, que a gente e a civilização europeias saíram da África e não da Ásia, e que a afirmação de Cesar Cantú e outros historiadores, ensinando que os arias foram os fautores dessa gente e dessa civilização é falha, improvável, inverídica.

Os defensores da teoria ariana dizem que os arias eram um povo formoso, pacifico civilizado, possuindo uma um língua própria.

A gente ariana diziam os escritores gregos da antiguidade era bárbara, grosseira, cruel, amante da guerra a da destruição, falando língua hamítica e, portanto não lhe sendo própria.

Onde está então a sua nobreza?

Se sua língua tem radicais hamíticos, onde está a sua língua riquíssima, independente?

Se era um povo civilizado, como se foi localizar em selvas e florestas virgens da Germânia, formando tribos guerreiras, aliás crudelíssimas, enquanto na Grécia, na Itália e na Ibéria os povos gozavam em cidades, os confortos da civilização?

A palavra germano é de origem céltica e significa vizinho, de onde Germânia quer dizer povos ou nação da fronteira (ou da vizinhança).

Além disso, é preciso dizer-se que os germânicos, denominados bárbaros do ocidente pelos civilizados europeus de há 2.000 anos, em suas invasões ou migrações, não absorviam os povos vencidos, pelo contrario, foram por eles absorvidos.

Dominaram Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, etc.

Entretanto, os povos desses países e suas respectivas línguas não têm estrutura germânica.

O falar da Escócia, do País de Gales, da Irlanda é francamente céltico; o da Grã Bretanha é o antigo bretão transformado, e o bretão, dil-o notável filólogo, não é língua da Germânia.

A verdade é que os primeiros germens da civilização europeia provêm da África (e não da

Ásia), transportados para a Europa por uma espécie humana perfeitamente distinta, com caracteres bem definidos.

7 - Significação histórica dos feriados[3]

Os países civilizados despertam na alma do povo, através de festas e comemorações, a nobreza de três grandes sentimentos: o amor da pátria, a fraternidade humana e o culto da liberdade.

Em 15 de Novembro de 1889, com a queda da Monarquia, surgiu a República, promissora e forte.

O primeiro governo do novo regime teve a lembrança feliz de prestar homenagem, em festas cívicas, aos grandiosos acontecimentos do Brasil e do Mundo. Daí os feriados de nossa pátria, oriundos do decreto de 14 de Janeiro de 1890.

Em 1° de Janeiro festejamos a confraternização dos povos, a paz universal, a solidariedade dos homens.

Em 3 de Maio[4] comemoramos a descoberta do Brasil. Ela constitui, em verdade, a fecunda

[3] Esse capítulo aparentemente foi escrito pelo Prof Cintra baseado na história oficial, antes que ele tomasse conhecimento das verdades históricas e escrevesse livros sobre, por exemplo, Tiradentes e a Independência, contradizendo totalmente o que se narra aqui. (NE)

semente que, na feraz terra da América, germinou, cresceu, frondejou, explodindo, afinal, em luxuriante vitalidade de uma pátria nova: o Brasil independente.

O 14 de Julho relembra um dos maiores acontecimentos do mundo: a queda da Bastilha, em 1789.

A Bastilha, fortaleza imensa, negra e triste, era olhada pelo povo de Paris e do Mundo como símbolo terrível do despotismo real, do poder absoluto do Rei.

Mas houve um dia em que a gente humilde cansou de sofrer, e inflamada, então, pela flamejante eloquência de Camillo Desmoulins, jovem advogado de 20 anos, enfrentou os canhões poderosos da fortaleza, canhões que olhavam a cidade como buldogues ameaçadores e, numa arremetida heróica, destruiu-os, destruindo, assim, o poder do Rei, esmagando a tirania, calcando aos pés o absolutismo.

Foi em 14 de Julho de 1789 que o povo de Paris destruiu a bastilha, proclamando, dessa forma, que os povos não são propriedade de ninguém, porém senhores de seu próprio destino.

Em torno dessas notáveis comemorações agruparam-se, em brilhantes modalidades, todas

[4] Na época de 1920 a descoberta do Brasil era tida como 3 de maio. O Prof. Cintra no Capítulo 11 relata que o Brasil foi descoberto antes de 1500 (NE)

as outras. É o conjunto comemorativo que ensina ao povo a santa trindade sentimental das civilizações modernas: Pátria, Paz e Liberdade...

***

Nossas comemorações podem constituir três grupos: o da fraternidade universal, o da pátria e o da liberdade.

No primeiro grupo sobressai o 1° de Janeiro, dia do ano bom, na pitoresca linguagem popular.

Em torno, com semelhante feição comemorativa, então o 12 de Outubro, o 2 de Novembro e o 25 de Dezembro...

Em 2 de Novembro é a gloriosa lembrança do Passado que nos merece a devoção. E na inevitável fraternidade da morte, oferecida pelos cemitérios, no Dia de Finados, nossa alma tristemente retorna ao passado, em pungentíssimas reminiscências.

Nesse dia, que ao mesmo tempo alanceia e punge todas as almas, os homens sofrem, na fraternidade de um único sentimento: a dolorosa saudade dos mortos queridos, a cruciante lembrança de criaturas amadas que já se foram para sempre...

No dia 25 de Dezembro comemoramos a fraternidade humana, não mais na homenagem plangente das brancas casinhas dos mortos, no

plácido cemitério, porém nas ruidosas e ridentes festas de nosso lar, no carinho e na alegria de pessoas queridas, revendo, entre beijos e risos, num passado de dezenove séculos, lá em Belém, em terras encantadas do encantado Oriente, um berço humilde, simples manjedoura.

Coberta de palhas, em que uma linda criancinha repousa na humildade de seu agasalho. E assim, comemorando o nascimento de Cristo – o homem-Deus – entre risos e alegria, os civilizados se fraternizam num mesmo sentimento festivo, nas laReiras santas dos lares, iluminados pelos sorrisos das mães, das irmãs, das esposas e das filhas – divinas arquitetas da felicidade humana.

***

Destaca-se do segundo grupo – o da Pátria - a data 3 de Maio, em torno da qual gravitam todas as comemorações patrióticas; é o 21 de Abril, comemorando os precursores da nossa independência; é o 7 de Setembro, data do grito do Ipiranga; é o 15 de Novembro, proclamação da república, democratização do Brasil; é, finalmente, o 19 de Novembro, festa da bandeira nacional.

Em 21 de Abril de 1792 foi enforcado Tiradentes, no campo de S. Domingos, Rio de Janeiro. Não foi a única vítima dos tiranos, o único mártir da independência. Houve outros, igualmente dignos. Porém, o governo da República escolheu a figura de Tiradentes para símbolo dos precursores.

Se pudéssemos mergulhar nossas vistas curiosas nas páginas escuras do passado de nossa pátria veríamos, se tal pudéssemos, nobres figuras de precursores da liberdade, heróicas vítimas da tirania, admiráveis mártires do absolutismo.

Esclarecido o passado pelo sol de nossa imaginação, os quadros surgiriam com suas gloriosas revelações.

Em pleno S. Paulo, ano de 1641, veríamos um Borba patriota concitando os patrícios para a criação de um Reino do Brasil, vencido pela eloquência dos frades de S. Bento, e mais tarde morrendo de frio e de fome, numa das lúgubres masmorras da metrópole.

Depois, dentro do mesmo século, já em terras maranhenses, encontraríamos, em 1685, um corpo de brasileiro pendurado na forca: Manoel Beckmann, o "Bequimão", que levantara sua gente e sua terra contra a prepotência metropolitana.

Transpondo o marco do século XVII, ainda no alvorecer do século XVIII, em 1711, vamos encontrar no Recife, terra gloriosa, um herói de cabelos brancos, pondo em pé de guerra 3.000 homens.

Era a revolução de Bernardo Vieira de Melo. Não foi uma "Guerra dos Mascates", foi um levante republicano. E na própria ata lavrada pelos revolucionários está exarado o objetivo liberal – a República.

Transpondo os mares, nossa imaginação irá encontrar, pouco tempo depois, esse desditoso Vieira de Melo, acorrentado na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, inerte na laje fria e úmida, com as vísceras queimadas pelo veneno do carcereiro, sob a ordem do potentado.

Envenenaram-no, quando uma voz piedosa em seu favor se levantou, ao lado do Rei.

***

Retornando ao Brasil, na incipiente Vila Rica de 1720, vemos um vulto erguer-se imprecando os tiranos e vivando a liberdade.

Esse herói expulsa da capital de Minas o representante do Rei, e, positivamente, declara que é seu objetivo fazer uma república.

O governador, Conde de Assumar, do seu refúgio, apela para o Rio, para a Bahia e para S. Paulo. Reúne tropas e marcha contra o rebelde Felipe dos Santos.

Não valia a coragem e o arrojo. A força bruta prevaleceria, e prevaleceu... Amarrado à cauda de cavalos bravios, foi o herói despedaçado e suas

carnes laceradas foram expostas para escarmento dos povos da Colônia.[5]

Se é verdade que os homens morrem, também é verdade que suas idéias não morrem, sobrevivem...

Nessa mesma Vila Rica, em 1789, vamos encontrar, inflamando a alma das melhores inteligências da terra, a idéia republicana de Felipe dos Santos.

Conjurava-se. Mas os olhos de lince do governador, Visconde de Barbacena, não se fecharam jamais. Ele espionava. Sedento de sangue, queria que amadurecesse a idéia, para a conspurcar.

Depois da denúncia do vil Silvério dos Reis, os conspiradores foram encarcerados.[6]

O chefe, Dr. Cláudio Manoel da Costa, em cuja casa se reuniam os patriotas, tinha amigos poderosos em Portugal e papéis importantes que comprometiam o próprio Visconde.

[5] Está comprovado hoje que Felipe dos Santos era um simples empregado do Chefe da Revolução, que não queria Independência, mas sim perdão de dívida de impostos. Sendo pobre – um bucha de canhão – foi tomado como bode expiatório e enforcado. Esse história de execução com cavalos, bem como suas famosas últimas palavras são falsas (NE)

[6] Como já dissemos, depois de pesquisar os arquivos históricos, o Prof Cintra escreveu um livro (Tiradentes Perante a História) de desmente o que aqui escreve (NE)

Mataram-no na prisão e apresentaram-no como suicida. Os outros sofreram a pena de degredo, com exceção de Tiradentes.

Era o mais humilde, o mais cristão, o mais piedoso dos conspiradores. Não teve ninguém que implorasse por ele: foi por isso enforcado na capital do Brasil, no campo de S. Domingos (hoje Praça Tiradentes), em 21 de Abril de 1792, num lindo dia de sol e de festa, segundo rezam as crônicas do tempo.

Em 8 de Dezembro de 1799, sobem os degraus do patíbulo, na cidade da Bahia, os republicanos João de Deus do Nascimento, Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas e Manoel Faustino dos Santos Lira. Foram eles os inconfidentes baianos.

Deixando o século XIX, vamos encontrar na Bahia, em 1817, um homem, do qual se arrancam as vestes talares, junto a uma negra muralha de fortaleza, fronteando um campo. Depois, diante dele se enfileiram dez soldados do Rei. Ouve-se a voz de comando: "*Preparar, armas*!".

No mesmo instante, o Condenado arranca da sua face o lenço que lhe vendava os olhos, e diante dos soldados do Rei, grita, intemeratamente:

- *"Viva a República!"*

- *"Fogo!"* brada o comandante do pelotão.

E o corpo do Padre Roma, varado pelas balas reais, pendeu para a muralha negra, salpicando-a

de sangue, e escorregou para a esquerda, com os braços no ar, como que pelando para Deus contra a tirania dos Reis, pedindo as bênçãos do céu para a sua pátria escravizada.

Aí passaram todos os precursores de nossa independência, todos os mártires do absolutismo, até o arrebol glorioso de 7 de Setembro de 1822, resumidos na figura de Tiradentes.

Em seguida, é o 7 de setembro que nos conta a epopeia grandiosa do grito do Ipiranga, dia em que um príncipe, verificando não mais ser possível subjugar o povo brasileiro, com ele fez causa comum contra o seu próprio pai, D. João VI; contra sua própria pátria, Portugal.

E proclamou a independência do Brasil, às quatro e meia da tarde de 7 de Setembro de 1822, na colina do Ipiranga, repetindo as palavras que estavam gravadas na alma dos brasileiros: Independência ou Morte!

Nesse grupo ainda se vê o 15 de Novembro, com a figura imponente e heroica do Marechal Deodoro, em frente ao Quartel General, diante das tropas, saudando a República e colocando o Brasil no templo augusto da Democracia.

Finalmente é o 19 de Novembro que surge, ensinando-nos a bem querermos a pátria e por ela fazermos todos os sacrifícios possíveis: é o dia do símbolo nacional, a Festa da Bandeira.

***

Agora, o terceiro grupo, - o da Liberdade dos homens. Nele refulge o 14 de Julho, circundado pelo 13 de Maio e 24 de Fevereiro.

Em 13 de Maio comemoramos a queda e destruição de uma lei bárbara e cruel que transformava seres humanos em simples mercadorias: a "escravatura", abolida em 1888.

Em 24 de Fevereiro festejamos o advento da Democracia Brasileira, através de uma Constituição liberal como a do mais livre país do mundo – a consagração última da igualdade de direitos sociais:

"Perante a Lei todos os brasileiros são iguais, quer seja o chefe de Estado, quer o mais humilde operário. Nenhuma classe é privilegiada".

8 - Detrás dos Séculos

Há monumentos antigos que perturbam o espírito humano.

Na China vemos as célebres muralhas que protegiam o Império do Sol Levante e sobre as quais assim falou, há quatro séculos, o clássico Fernão Mendes, em sua "*Peregrinação*":

"Diz a História que em vinte e sete anos se fechou o extremo destes dois impérios de ponta a ponta, que é distância de setenta jãos, que por nossa conta, a razão de quatro léguas por jão, são ao todo trezentas e quinze léguas, obra na qual dizem que trabalharam contínuos setecentos e cinquenta mil homens. Este muro vi eu em algumas vezes, e o medi, que é por todo geralmente de seis braças de alto, e quarenta palmos de largo no maciço de parede".

E mais do que isso, a célebre Torre de Nanquim, monumento de 60 metros de altura.

As placas desta admirável torre são de porcelana colorida de todas as cores e os tijolos dourados, que resistiram à ação destruidora de 30 séculos, ainda hoje se vêem com as juntas tão perfeitas que só a lente revela.

Na Índia, a famosa gruta dos elefantes, em Bombaim; o soberbo templo de Virnola-Sah; o

formidável monumento de Tandjore de Faggernat, ante o qual as maiores basílicas do Ocidente se desprestigiam, humilhadas; os misteriosos asilos de Tahianlobrom Mahabilopone; Madora; e outros.

No Irã, o glorioso Irã, cujas populações atuais representam a sombra mesquinha de uma civilização morta, há o templo de Susa, cujos capitéis causam a admiração profunda da arte soberba do século XX.

No Egito, o maravilhoso templo de Dendera, com suas estátuas magníficas que serviram de inspiração a grandes buriladores do século passado.

E as pirâmides? Ao defrontá-las no grande mistério do Deserto, a potente civilização europeia queda-se humilhada...

Na América, na Bolívia, quase em nossas fronteiras, o famoso templo de Tihuanaco, à beira do lago Titicaca, ostentando seus formidáveis monólitos, suas magníficas escadarias, gastas pelas peregrinações de milhares de gerações anteriores à descoberta do continente americano; seus imensos altares assombram, suas enigmáticas imagens perturbam a imaginação dos visitantes; suas originalíssimas torres espantam.

E quem seria essa gente que arrancou da Cordilheira dos Andes colossais blocos graníticos de dezenas e dezenas de toneladas e os

transportou para a região de Tihuanaco, vencendo a distância de 40 ou 50 léguas?

Na Europa, os monumentos de Meklenburgo, as descobertas arqueológicas feitas em Hallstadt na Alta-Áustria, em Tena, na Suíça, oferecem um vasto campo aberto às conjecturas dos nossos sábios.

Afirmemos, pois, a existência de civilizações milenárias, anteriores à nossa, não somente na Ásia, como na América, na África e na própria Europa.

As trinta e tantas cidades soterradas pela aReia no deserto de Gobbi, descobertas por Prejevalsky e estudadas proficientemente pelo sábio orientalista Dr. Stein, com monumentos incompreensíveis, são um extraordinário livro aberto para o estudo das civilizações mortas.

E as formidáveis muralhas do rio Khan-Ke, no vale do Kara-Karoum, bacia do Tarin? E as ruínas majestosas de Tchertchen, a 4.000 pés acima do nível do rio do mesmo nome, ruínas que escondiam três mil e tantos esqueletos gigantescos de gente afastada dos nossos tipos?

E com eles, vasos de porcelana, guarnições de ouro, objetos de uso desconhecido, e outras coisas que assombraram os investigadores.

Considerando tudo isso, a etnografia moderna pode exclamar com o sábio Poussin:

"Les races humaines dépassent les cataclismes au milieu des transformations produites dans la structure terrestre, les suivent en quelque sorte; et à chaque convulsion géologique, succéde une convulsion ethnique, si nous pouvons nous exprimer ainsi".

Suponha-se (e a suposição não é absurda) que os quatrocentos e tantos milhões de chineses, empurrando diante de si as bárbaras populações do centro e do noroeste da Ásia, se atirassem como formidáveis avalanches sobre os europeus, ora enfraquecidos pelo terremoto social que se chamou expressivamente conflagração...

Guiados por novos Gengiskans, Tamelões ou Átilas, que não fariam eles?

Se a erva não crescia por onde passava o corcel de Átila era porque o rastro desse corcel significava a ruína, o saque, o morticínio, o incêndio, a destruição...

E esse mongol que se disse – o flagelo de Deus – arrasou setenta cidades da Europa e mais arrasaria se não fora o seu fim prematuro.

Imagine-se um Átila chinês comandando 50 milhões de asiáticos, marchando triunfantemente sobre a extenuada Europa; destruiria, não 70, mas 700 cidades prósperas do velho mundo.

Os cataclismos sociais, não somente os cósmicos, abalam e fulminam civilizações, que são como os seres vivos: nascem, vivem e morrem...

E civilizações sucedem-se a civilizações. O que acontece com as águas do mar sucede com os povos da terra; há também fluxos e refluxos na multidão humana. É isso o eterno vai e-vem das coisas, o infindável círculo vicioso que se observa em tudo, tanto na vida dos astros, qual a lei de Schiaparelli, como na vida da matéria, qual a de Lavoisier: nada se cria e nada se perde, seja na superfície da terra, seja na imensidão do céu.

Mas quantas civilizações já desapareceram na voragem dos milênios? Novel classificou-as. Jacolliot tentou expô-las:

1. civilização austral, 500 séculos antes de Cristo;
2. a atlântica, 450;
3. a do Gobbi, 350;
4. a do Tibete, 250;
5. a da China, 150;
6. a da Índia-Védica, 100;
7. a do Egito, 50;
8. a da Babilônia, 10.

E a da América? Talvez se distancie dezenas de séculos da civilização cristã.

Sergi, um dos mais profundos etnógrafos modernos, acredita que a civilização européia tenha saído da África, de um povo extinto: os atlantes.[7]

[7] Comprovadamente a suposição dos atlantes é lenda. Aqui o Prof Cintra se apoia em conhecimentos falhos do século XVIII (NE)

Estes prosperaram numa região outrora feraz e rica, hoje o deserto imenso do Saara. Ernest Bosc, o admirável e erudito autor do "Dictionnaire d'Orientalisme" e da "Egyptologie", escreve que *"autrefois le Saara était un pays fertile et trés peuplé, parce qu'il était arrosé abondamment avec des eaux provenant des lacs du centre de l'Afrique, lacs qui formaient les sources mêmes du Nil"*. (Doct. Es., vol I, pág. 272).

É aliás a suposição de Scott Elliot, soberbamente exposta na "*The History of the Atlantis*".

Os atlantes estendiam-se desde os montes Atlas até o lago Tchad, desde o mar Vermelho até o oceano Atlântico.

Houve um formidável cataclismo telúrico e as águas do mar submergiram grandes cidades atlânticas. Outro movimento cósmico afastou águas, deixando, na África, o imenso deserto coberto de areia, que vai desde as dunas de Iquidi até as terras de Dongola.

Os atlantes que se achavam nas montanhas do Atlas, ao norte (Mauritânia, Numidia) e do Gondar, a leste (Etiópia), conseguiram salvar-se e espavoridos, baldos de recursos, dos píncaros que a água não atingira avistavam, saudosos, a plácida superfície aquosa que sepultara a sua soberba civilização.

Os sobreviventes do norte emigraram para a Ibéria; os de leste desceram as montanhas,

povoaram as margens do Nilo e fizeram a civilização egípcia.

Essa inundação é perfeitamente entrevista na lenda do dilúvio universal, ficção que existe em quase todas as religiões antigas.

A civilização pré-diluviana dos atlantes oferece um interessante paradoxo: é evidente, apesar de hipotética... Dessa fecunda civilização já se vislumbra algo do célebre livro de Platão: A Atlântida.

Sobre a passagem dos atlantes para a Ibéria comenta o erudito Perestelo, em seu magnífico trabalho – "*A antiga Lusitânia*". (D.G.H., 1850, tomo II, pág. 325):

"Autores há que pretendem demonstrar por observações geológicas feitas nos dois pontos da Europa e África, separados pelo estreito de Gibraltar, pelas produções dos Reinos orgânicos, por tradições concordes de mitologia e história, que a península Ibérica fora unida à África e dela a separara o canal que hoje conhecemos pelo nome de Estreito de Gibraltar, ocasionado por algum cataclismo, transbordamento do oceano ou explosão vulcânica.
Acrescentam que os Atlantides Espérios (povos que habitavam as cercanias do Atlas), entraram a pé enxuto na península Ibérica; após estes, os celtas ou Turdetanos desceram pela vertente cantábrica ao longo das margens norte e ocidentais da Ibéria até o Douro, Tejo e Promontório Sacro, que a este chamaram

Ibérios; e a outros da mesma família que se dispersaram pelas cabeceiras do Ebro se deu o nome de celtibéricos".

Nas lendas dos povos antigos há referências a uma raça de gigantes cuja civilização foi destruída pelas águas. Daí é que os gregos tiraram a legenda mitológica de Deucalião.

Veja-se a lenda de Hércules, aproveitada pela mitologia grega: o gigante separa os montes de Calpe e Abyla e as águas mediterrâneas, que eram fechadas (medi-terrâneas, no meio das terras) encontram um caminho para o Oceano.

Examinando-se a natureza geológica das rochas de Gibraltar (Calpe) e de Tanger (Abyla) verifica-se que elas não poderiam ser vencidas pela erosão marítima, pois muitíssimo mais frágeis eram as de Panamá e de Suez e essas não foram destruídas pelos embates do mar, e sim pelo gênio do homem.

Os mais velhos documentos dos mais antigos povos referem os trabalhos de Hércules, representando este nome a extinta civilização atlântica. E durante milênios chamaram colunas de Hércules ao Calpe e Abyla, entre as quais fica o Estreito de Gibraltar.

A lenda de Hércules roubando os pomos de ouro do jardim das Hespéridas é expressiva. Sabe-se hoje que o fabuloso jardim das Hespéridas, indicado há trinta séculos, é a península ibérica. Aí está a lenda confirmando a emigração dos atlantes representados por Hércules.

Uma terceira lenda: a de Prometeu. Prometeu é na mitologia o iniciador das civilizações. Simboliza o povo atlântico e não se pense que é uma lenda genuinamente grega, pois é egípcia, tendo sido aproveitada pelos gregos.

É, pelo menos, a sugestão do famoso egiptólogo Adolfo Hermann, cuja obra sobre o Egito antigo é um dos maiores monumentos de reconstrução histórica do século passado.

Prometeu tenta roubar o fogo do céu (a civilização) e Júpiter castiga-o, prendendo-o no píncaro dum rochedo, onde um abutre lhe rói as entranhas, sem cessar. E Hércules livra-o desse suplício.

Hércules representa os atlantes do norte. Quando uma grande perturbação cósmica produziu as inundações (o dilúvio), os povos atlantes do leste, imitando os seus irmãos do norte que cortaram o istmo de Gibraltar, já haviam iniciado trabalho idêntico para comunicar as águas do Mar Vermelho com a do Mediterrâneo.

Hermann, que esteve em Suez, com uma comissão geológica, muito antes de para lá se dirigir o engenheiro Lesseps, notou que as águas do mar Vermelho entravam por uma abertura feita em rocha firme, abertura essa que não poderia ser produzida senão pelo trabalho humano.

Prometeu, preso ao cimo do rochedo por querer tirar o fogo do céu, representa o povo atlante do leste isolado no alto dos montes de Gondac,

cercado pelas águas que submergiam a sua civilização.

O atlante oriental tentou cortar o istmo; é, na lenda, o roubo do fogo sagrado, pois é da alçada divina, a disposição das terras e águas.

O atlante oriental, no alto da montanha, sofre o suplício de ver sua civilização morta: é, na lenda, o suplício do abutre.

O atlante do norte refaz uma civilização na Europa (primeira civilização européia) e transporta-a para o Egito; é, na lenda, a libertação de Prometeu.

Ah! Se o passado pudesse falar, quantas revelações!

Quem faria, por exemplo, o "Colosso de Rodes", a maior maravilha do mundo, destruída por um terremoto? Era uma montanha de bronze ante a qual se anularia, vencida, a estátua da Liberdade, de New York.

Provavelmente foram os atlantes, esses mesmos que cortaram o istmo que ligava, ao norte, a África com a Europa.

Muita razão tinha Ledain, perplexo ente as civilizações antigas: "*Nós já fomos maiores do que somos agora!"*

Se as ruínas falassem... elas nos contariam que as revelações de Sergi, Jacolliot, Poussin,

Hermann, Renouf, Neville, Otto, Alberdi, e outros sábios, ainda não disseram nem, a metade do verdadeiro passado dos povos da Terra.

É que as civilizações são como os homens: nascem, vivem e morrem. Civilizações sucedem-se a civilizações... e detrás de cada selvajaria quase sempre se esconde uma grandiosa civilização morta.

9 - A Poderosa Conspiradora

Não há mais quem possa negar à Maçonaria um papel preponderante na emancipação política do Brasil.

Realmente, desde 1815, com a fundação da loja "Comércio e Artes", a idéia independencista começou a agitar os espíritos brasileiros. Em 1820, descoberta uma conjuração, foram perseguidos tenazmente os "maçons".

Porém, no ano seguinte, conseguiram eles triunfar, organizando lojas pelos quatro cantos do país. E em princípio de 22, com a criação do "*Grande Oriente*", os "*carbonários*" adquiriram um formidável prestígio político.

Nesse movimento maçônico em prol da independência distingue-se uma figura extraordinária de agitador: Joaquim Gonçalves Ledo.

Este glorioso fluminense ainda não recebeu a gratidão de seus patrícios pelos serviços prestados à causa da nossa liberdade.

Enquanto Pedro I e Bonifácio têm estátuas que os relembram à veneração pública, o patriota Ledo, esquecido pelos seus próprios conterrâneos do estado do Rio, jaz no mais injusto dos olvidos.

Entretanto foi ele quem preparou a Maçonaria para a luta política da qual resultou o 7 de Setembro.

No “Livro de Atas” das sessões do “Grande Oriente Brasileiro”, ano 1º , ata de 20 do 6º mês maçônico de 1822, conta-se que, tendo sido convocados os maçons, membros das três lojas metropolitanas, em uma sessão extraordinária, presidida pelo primeiro Grande Vigilante (Joaquim Gonçalves Ledo), no impedimento do Grão-Mestre, aquele proferiu um veemente discurso, demonstrando, com sólidas razões, que as circunstâncias políticas da pátria, do rico, fértil e poderoso Brasil, demandavam e exigiam imperiosamente que a sua categoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da independência...

Explicou o mesmo Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo a necessidade de ser a sua moção discutida, para que aqueles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da pátria ficassem convencidos, pelos debates, de que a proclamação da independência era a âncora da salvação do Brasil.

Em consequência do que, dando a palavra a quem quisesse especificar seus sentimentos, falaram vários membros e TODOS APROVARAM A MOÇÃO, RECONHECENDO A NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE FAZER A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”.

Em ata do 7º mês desse mesmo ano, dia 14, há esse passo:

> "... foi o GRANDE ORIENTE a primeira corporação que tomou a iniciativa da independência do Brasil, dando todas as providências ao seu alcance por meio de seus membros para ser levada a efeito em todas as províncias..."

O intendente da Polícia informava ao ministro, em 1821:

"Permita V. Excia. que diga ser impossível agir sem tropas fiéis, pois as que temos estão na maioria filiadas aos conspiradores, sendo conveniente mandar vir outras do Reino de Portugal, pois o movimento da independência é por demasia Generalizado pela obra maldita dos maçons astuciosos, com a chefia do Gonçalves Ledo".

Vinte e um dias depois desta declaração, outra era expedida, nela dizendo o "Javert" brasileiro daquele tempo:

"É de fonte segura que a Maçonaria pretende fazer a Independência..."

E despendia três folhas de papel em considerações policiais e políticas.

Em virtude disso, D. Pedro, Príncipe Regente, escreveu ao pai sua carta de 30 de Dezembro de 1821, onde se lê esta frase:

"... a opinião da Independência não era geral; hoje é e está muito arraigada".

Trabalho de quem? Da Maçonaria.

Esta preparara em todas as províncias movimentos revolucionários que nelas haveriam de explodir ao mesmo tempo, a um sinal do Rio.

Então fortes e destemidos, os maçons tiraram a máscara. Revelaram-se a D. Pedro. Convidaram-no para o movimento que, com ele seria monárquico e, sem ele, republicano.

Surgiu o "ultimatum" através do discurso de Gonçalves Ledo, que, em nome do Povo do Rio de Janeiro, assim falou no dia 20 de Maio de 1822:

> "Senhor
>
> A natureza, a razão e a humanidade, este feixe indissolúvel e sagrado, que nenhuma força humana pode quebrar, gravaram no coração do homem uma propensão irresistível para, por todos os meios e com todas as forças, em todas as épocas e em todos os lugares, buscarem ou melhorarem o seu bem estar.
>
> Este princípio tão santo como a sua origem, e de centuplicada força quando aplicado às nações, era de sobra para que o Brasil, esta porção preciosa do globo habitado, não acedesse à inerte expectação de sua futura sorte, tal qual

fosse decretada longe de seus lares, e no meio de uma potência (Portugal) que ele devia reconhecer inimiga de sua glória, zelosa de sua grandeza, e que bastante deixava de ver pelo seu manifesto às nações que queria firmar a sua ressurreição política sobre a morte do nascente Império Luso-Brasileiro, pois que baseara as razões de sua decadência sobre a elevação gloriosa deste Filho da América – o Brasil.

Se a esta tão óbvia e justa consideração quisesse juntar a sua dolorosa experiência de trezentos e oito anos, em que o Brasil só existira para Portugal, que motivos não encontraria na cadeia tenebrosa de seus males para chamar a atenção e vigilância de todos os seus filhos, a usar da soberania que lhe compete, e dos mesmos direitos de que usara Portugal, e por si mesmo tratar de sua existência e representação política, da sua prosperidade e da sua constituição?

Sim, o Brasil podia dizer a Portugal: "Desde que o sol abriu o seu túmulo e dele me fez saltar para apresentar-me ao ditoso Cabral, a minha fertilidade, a minha riqueza, a minha prosperidade, tudo te sacrifiquei, tudo te dei; e tu que me deste?

Escravidão e só escravidão. Cavavam o seio das minhas montanhas, penetravam o centro do meu

solo, para te mandarem o ouro, com que pagavas às nações estrangeiras a tua conservação e as obras com que decoras a tua majestosa capital; e tu quando a sôfrega ambição devorou os tesouros, que sob mão se achavam nos meus terrenos, quiseste impor-me o mais odioso dos tributos, a "capitação".

Mudaram o curso dos meus caudalosos rios para arrancarem de seus leitos os diamantes que brilham na coroa do monarca; despiam as minhas florestas para enriquecerem a tua marinha e sustentam a tua grandeza, que todavia deixavas cair das enfraquecidas mãos... E tu eu me deste? Opressão e vilipêndio!

Mandavas queimar os filatórios e teares, onde minha nascente indústria beneficiava o algodão para vestir os meus filhos; negavas-me a luz das ciências para que eu não pudesse conhecer os meus direitos nem figurar entre os povos cultos; acanhavas a minha indústria para me conservares na mais triste dependência da tua; desejavas até diminuir as fontes da minha natural grandeza, e não querias que eu conhecesse do Universo senão o pequeno terreno que tu ocupas.

Eu acolhia no meu seio os teus filhos a quem dourava a existência e tu me mandavas em paga tiranos indomáveis, que me laceravam.

Agora é tempo de reempossar-me de minha liberdade; basta de oferecer-me em sacrifício às tuas interessadas vistas. Assaz te conheci, demasiado te servi... – *Os povos não são propriedade de ninguém...*"

Talvez o Congresso de Lisboa no devaneio de sua fúria dará (e será nova inconsequência) o nome de rebelião ao passo heroico das Províncias do Brasil, à ressunção de sua soberania desprezada; mas se o fizer, deverá primeiro declarar rebelde a Razão, que prescreve aos homens não se deixarem esmagar pelos outros homens; deverá declarar rebelde a Natureza, que ensinou aos filhos a separarem-se de seus pais, quando tocam a época de sua virilidade; é mister declarar rebelde a Justiça, que não autoriza usurpação, nem perfídias; é mister declarar-se rebelde a si mesmo (esse Congresso), porque se a força irresistível das coisas prometia a futura desunião dos dois Reinos, os seus procedimentos aceleraram esta época, sem dúvida fatal para a outra parte da nação que se queria engrandecer...

O Brasil, elevado à categoria de Reino, reconhecido por todas as potências, e com todas as formalidades que fazem o direito público na Europa, tem inquestionável jus a reempossar-se da porção de soberania que lhe

compete, porque o estabelecimento da ordem constitucional é um segredo privativo de cada povo...

A independência, Senhor, no sentir dos mais abalizados políticos, é inata nas colônias como a separação das famílias o é na Humanidade. A Natureza não formou satélites maiores que os seus planetas.

A América deve pertencer à América, a Europa à Europa, porque não debalde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema, e ligar todas as partes do nosso grande todo, é este...

O Brasil no meio das nações independentes, e que lhe falam com exemplo de felicidade, não pode conservar-se colonialmente sujeito a uma nação remota e pequena, sem forças para defendê-lo e ainda menos para conquistá-lo. As nações do Universo têm os olhos sobre nós, brasileiros, e sobre ti, Príncipe!

Ou cumpre aparecer entre elas como rebeldes ou como homens livres e dignos de o ser. Tu já conheces os bens e os males que te esperam e à tua posteridade. Queres ou não queres?

Resolve, Senhor!"

***

Era a alma brasileira, dilacerada por três séculos de escravidão, que iluminava o espírito de Gonçalves Ledo, dando-lhe a coragem espantosa de, diante do Príncipe Regente, dos seus ministros, dos seus generais, das suas tropas, invectivar os dominadores lusos, interpretar assim a resolução inabalável do Brasil, proclamar publicamente a idéia separatista.

E em nome do povo brasileiro exigiu que o Príncipe se decidisse, pois com ele ou sem ele o Brasil já se considerava independente e ia fazer a sua separação de Portugal.

Se aderisse, dar-lhe-ia o trono; se não, a República lhe entregaria os passaportes. Já no discurso de 29 de Dezembro de 1821, dissera Ledo ao Príncipe:

"O povo do Rio de Janeiro julga que o navio que reconduzir sua Alteza Real aparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da Independência do Brasil".

E esse homem que muito antes do Grito do Ipiranga assim falava ao Príncipe, intimorata e intimativamente, ainda não tem uma estátua!

Suas palavras calaram no espírito de D. Pedro que, perscrutando a alma brasileira, viu-a inflamada, pronta para a luta, e Portugal sem recursos para o combate.

Então, astuto e perspicaz, se recordou dum conselho de D. João VI, seu pai, e escreveu-lhe, em carta de junho de 1822:

Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto: "Pedro, se o Brasil se separar, seja antes para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros". Foi chegado o momento da separação, e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa majestade, tenho marchado diante do Brasil.

Confessava D. Pedro ao Rei a sua adesão ao movimento separatista da Maçonaria.

E entretanto esse mesmo Príncipe, meses antes, em 4 de Outubro de 1821, jurara ao pai, esta carta:

"A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu, nem conseguirá, porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil. Queriam-me e dizem que me querem aclamar imperador: protesto a Vossa Majestade que nunca serei perjuro e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses, estarmos feitos em postas, é o que juro a V. M., à Nação e Constituição Portuguesa".

D. Pedro dessarte tornou-se perjuro.

Quem o levou a este perjúrio? Foi a Maçonaria, com a sua intimativa enérgica; foi D. João, com o

seu conselho político; foi o povo brasileiro, com o seu patriotismo exaltado; foi a fatalidade histórica, determinando na série dos anos esse instante para a nossa nacionalidade: o grito do Ipiranga, em 7 de Setembro de 1822.

O Visconde de Cairú, comentando o discurso de Ledo, diz em sua magnífica "*História dos Principais Acontecimentos Políticos*", parte X, pág. 8:

> Tinha (o discurso do Ledo) esta cláusula final: "*Já conheces, Senhor, os bens e os males que esperam de ti e a tua posteridade. Queres ou não? Resolve, Senhor*".
>
> Esta cláusula final, pela sua frase compulsória e ditatorial foi objeto de pública censura. Estranhou-se tal linguagem nunca ouvida que parecia anunciar no Rio um poder oculto que arrogava o direito de dispor do Governo do Brasil.
>
> Dissera o povo ao Príncipe, através da intimativa da Maçonaria:
>
> - *Resolve, Senhor!*
>
> O Príncipe resolveu, aderindo à causa brasileira...
>
> E assim se fez a Independência, com a cooperação de D. Pedro...

> Sem essa adesão, o Brasil teria sido República, quando se tornou Império, porque tudo tinha sido preparado pela Maçonaria para que em 1822 se vibrasse em todo o território nacional o grito de "Independência ou Morte", proferido pelo Príncipe Regente, nas margens do arroio do Ipiranga, quando ele se fez eco das aspirações grandiosas da "brava gente brasileira".

E assim o Príncipe Pedro, conquistou o cetro que, em 15 de Novembro de 1889, 67 anos depois da Independência, se quebrou, desaparecendo das mãos trêmulas do seu filho Pedro II, que seguiu o mesmo caminho do pai, sulcando os mares em demanda do exílio.

10 - Uma Mentira Histórica

"*Em 1.° de Março de 1870, nas margens do Aquidabaniqui, o Marechal Solano Lopes foi morto por um lançaço de "Chico Diabo" (José Francisco Lacerda)".*

Tal é a afirmação da sabedoria oficial, através dos ensinamentos dos grandes historiadores Rocha Pombo, João Ribeiro, padre Galanti, Jourdan, Schneider, Marechal Bormann e outros.

Entretanto esses historiadores erraram. O Marechal Solano Lopes não foi morto por Chico Diabo. As testemunhas oculares da morte de Lopes negam que este tivesse sido morto por um lançaço de José Francisco Lacerda, vulgo "Chico Diabo".

Vejamos os depoimentos históricos.

1. Depoimento do secretário do General Câmara:

"Declaro, a pedido do professor Francisco Assis Cintra, o seguinte: Em 1° de Março de 1870, eu fazia parte do estado maior do General Câmara, como seu Tenente escriturário, e, com o mesmo General, assisti à morte do ditador, que morreu por ferimento de bala e não de

um lançaço. Caindo junto à sanga do Aquidabaniqui, foi Lopes alcançado pelo estado-maior de Câmara e nós, os desse estado-maior, verificamos que o ditador estava ferido por bala. Então, aproximando-se, disse o General ao Marechal paraguaio:

- Entregue sua espada. Eu, General que comando estas forças, lhe garanto o resto da vida.

A isso respondeu o Marechal:

- Morro por minha pátria!

E lançando um golpe de espada, esta tocou o chicote do General Câmara que se achava perto.

Então, disse o General:

- Desarmem esse homem e tragam-no para a barraca.

Nesse momento, um soldado se aproximou de Lopes e feriu-o novamente, dizendo:

- Ainda "seu General" tem contemplação com este homem!"

E assim ferido de morte, Lopes baqueou, expirando. O cadáver foi despojado e colocado de barriga para o ar, sendo cercado por meia dúzia de oficiais.

Precipitadamente, um alferes nortista se aproximou do cadáver e com um facão cortou a orelha esquerda do

Marechal paraguaio, dizendo: *"É uma promessa que fiz na minha terra a de levar a orelha de Lopes!"* Este ato foi reprovado por todos os presentes.

Depois que Lopes morreu, chegou o Coronel Jóca Tavares e apontando para uma ferida que o Marechal tinha no ventre disse a um dos médicos que ali chegaram:

- Não é ferimento de lança? E obteve a resposta:

- Parece.

Os médicos apenas olharam o cadáver e não fizeram exame. Eu verifiquei o ferimento. Era de bala.

Chegando a mãe e as irmãs de Lopes, a primeira se mostrou muito comovida, inconsolável, ao passo que uma irmã dele disse, sem piedade alguma:

"Não chore, mãe, que este homem não soube ser filho, nem irmão!"

Madame Lynch, obsequiando-me com um pacote de charutos que se encontrava em seu carro, e sabendo que eu tinha sido encarregado pelo General Câmara de mandar enterrar o cadáver de Lopes, pediu-me encarecidamente que enterrasse juntos pai e filho (Lopes e Panchito). Atendi-lhe o pedido, ordenando que a cova fosse aberta por paraguaios e assisti ao enterramento dos dois.

No dia seguinte, quando marchávamos para Conceição, o Coronel Jóca Tavares disse, no estado-maior:

"Quem matou Lopes foi meu clarim-mor Chico Diabo. Prometi-lhe um conto de réis em dinheiro, mas lhe darei isso em gado, para que não gaste depressa".

O General Câmara e o Major José Simeão voltaram-se para o lado de Jóca Tavares, mas não disseram nada, apesar de saberem que Lopes não tinha sido morto por "Chico Diabo", porque o Coronel Jóca era violento, impulsivo e muito temido. E era um valente militar.

Dias depois, José Simeão foi encarregado de redigir o relatório ou parte oficial para o General Câmara assinar. Escrita em tiras de papel, eu as copiei e as entreguei, tendo sido assinada pelo General, com a data de 13 de Março de 1870.

Assim, como testemunha ocular da morte de Lopes, afirmo sob minha fé de veterano da pátria e de homem de bem, que "Chico Diabo" (José Francisco Lacerda) não foi o matador de Lopes, que pereceu vitimado por um tiro e não por um lançaço.

S. Paulo, 20 de maio de 1920.
Major José Portes de Lima Franco
Rua Veridiana n.° 2 – São Paulo

Assinatura reconhecida pelo 4° tabelião Alfredo Firmo da Silva.

2. Depoimento do ajudante de ordens do General Câmara:

"Atacado o passo de Aquidaban e tomado à força, fomos, felizmente, sair no acampamento de Lopes. O ditador, neste ato, sendo encontrado pelo Coronel Jóca Silva e seu estado maior, tratou logo de fugir, ouvindo-se de todos os lados gritos de – "*aí vai Lopes*!" –

O General Câmara ordenou que se perseguisse Lopes a todo transe; então eu e o Tenente Alfredo Miranda Pinheiro da Cunha, também ajudante do General, e mais duas praças, uma delas Francisco Lacerda, nos adiantamos na direção que supúnhamos levar Lopes.

Chegando num certo ponto, vimos a uma distância, junto do mato, Lopes a pé, sem chapéu, acompanhado por dois ajudantes; logo depois se dirigiram ele e seus ajudantes para a barranca do Aquidaban-mirim; descendo a dita barranca, Lopes voltou-se com seus ajudantes, fazendo frente a nós, que o perseguíamos, e tendo a espada em guarda.

Neste ato, dirigi para o grupo, que estava a dez passos mais ou menos, um tiro de revólver, que foi ferir Lopes, gravemente, no ventre, cuja parte tingiu-se imediatamente de sangue; repeti para o grupo outro tiro, que depois verifiquei que também acertara no ventre de Lopes.

Neste momento o tirano cai de joelhos, mas conservando a espada em punho.

Um de seus ajudantes foge e outro cai morto por uma bala disparada pelo soldado João Soares (praça que nos acompanhava, filho desta cidade, e morador na costa de Pelotas).

Nesse ínterim, chega o General Câmara e intima Lopes para se render, dizendo-lhe que lhe garantia a vida e que era o comandante daquelas forças; Lopes respondeu que não se rendia e que havia de morrer pela sua pátria.

Então o General Câmara ordenou a um soldado de 9º Batalhão de Infantaria, que ali se achava, que o desarmasse.

O ditador dez movimento de querer ferir o General Câmara; em seguida o dito soldado tirou-lhe a espada e Lopes caiu por terra expirante.

Nesse instante ainda uma bala mandada pelo referido soldado (João Soares) foi ferir a Lopes no ombro.

Assinado: Franklin Menna Machado.
26 de maio de 1870

(Documento com firma reconhecida pelo tabelião de Pelotas, em 1870. Publicado no "Jornal do Comércio, de Pelotas, de 29 de Maio de 1870)

3. Do alferes escrevente do estado-maior

"Etelvino José dos Santos, alferes do 19º Corpo Provisório de Cavalaria de guardas nacionais, etc.
Atesto ser verdade que o Sr. Tenente do 19º Corpo Provisório da Guarda Nacional Franklin Menna Machado, servindo às ordens do comandante das forças expedicionárias, no distrito de Conceição, achou-se no combate de Cerro Corá.

Na perseguição feita ao ex ditador Francisco Solano Lopes e dois ajudantes que o acompanhavam ultimamente, o Tenente Franklin Menna Machado, disparando tiro de revólver feriu gravemente o referido Lopes; e por achar-me na ocasião passo o presente que vai por mim assinado.
Vila da Conceição,
21 de Abril de 1870.
Etelvino José dos Santos"

(Firma reconhecida. Publicado no "Jornal do Comércio", de Pelotas, em 29-05-1920).

4. Depoimento do Tenente Cunha

"Os animais começaram a se atolar. Lopes apeou-se rapidamente, despiu a blusa e desapareceu entre as árvores. Nisto, chegando mais gente, Simeão disse para o General Câmara, que se aproximava a galope – "Lopes

está ali!" O General fez um gesto de dúvida, apeou-se também e entrou na mata.
Atrás dela corria o Aquidabaniqui, quase um córrego. O tirano estava dentro d'água, até aos joelhos, procurando galgar a barranca oposta; o companheiro estendia-lhe a mão.

O General Câmara meteu-se também no córrego.

– *Entrega-te, Marechal*, bradou-lhe, *sou o General brasileiro!*

Lopes deu um golpe na direção de Câmara e já em terra caiu de joelhos.

- *Morro com a pátria!* exclamou.

– *Desarmem este homem*, ordenou Câmara.

Um soldado do 9º de Infantaria atirou-se então sobre ele e o agarrou nos pulsos, apesar de sua resistência. Na luta, Lopes caiu duas vezes dentro d'água e mergulhou a cabeça, saindo com ânsia a buscar respiração.

Nesses instantes rapidíssimos um soldado de cavalaria veio correndo e descarregou-lhe ao lado esquerdo um tiro à queima-roupa, que foi direito ao coração.

Lopes caiu, e grande quantidade de sangue jorrou-lhe da boca e nariz; os pés ficaram metidos na água, o corpo estendido na margem esquerda.

Estava sem chapéu, com calça azul de galão de ouro, camisa fina, colete, botas Milié. No bolso do colete havia um relógio de ouro, que o General Câmara mandou oferecer a um dos museus da Corte. Na tampa de cima, havia as três letras entrelaçadas da firma F.S.L.; na outra, as armas da república; - o boné frígio, suportado por uma haste, cujo pé descansa ao lado do leão de Castela abatido, - e as palavras – Paz y Justicia; no tímpano: "República del Paraguay".

No bolso da blusa havia duas canetas, um anel de marfim com a inscrição habitual – "vencir ó morir"- que o Coronel Tavares recolheu e deu à sua alteza, e alguns papéis em branco."
Paysandú, 31 de Março de 1870.

Reproduzido na íntegra, nos "Documentos da Guerra," publicação de 1871, vol. IV, pág. 569;"

5. Depoimento do soldado João Soares

"Atesto que acompanhei o Tenente Franklin Menna Machado na perseguição ao tirano do Paraguai, e que vi o mesmo Tenente ferir mortalmente no ventre ao Marechal e que, quando desfechei um tiro de minha arma sobre o ombro do mesmo Marechal, na barranca do

Aquidabaniqui, já ele se achava ferido de morte pelo Tenente Franklin.

Atesto mais que o cabo Francisco Lacerda, que nos acompanhava, ao ver Lopes entrar no mato, disse-me ir dar parte ao Coronel Jóca, e galopou a toda brida em direção àquele Coronel, que no campo dirigia a cavalaria e que o mesmo cabo Lacerda, quando chegou com o Coronel Jóca Tavares, já o tirano estava morto, não assistindo à morte dele.
Conceição, 30-04-1870.
João Soares
Firma reconhecida pelo tabelião de Pelotas.

(Documento publicado em 1870 no "Jornal do Comércio de Pelotas").

6. Depoimento do Major José Simeão

"... Dirigindo a perseguição ao ex-ditador Francisco Solano Lopes, indiquei a um grupo de que fazia parte o alferes Franklin Menna Machado, a direção em que fugia Lopes e esse Tenente, mais o Tenente Alfredo Miranda Pinheiro da Cunha e ainda um sargento e dois soldados, galoparam na direção do Marechal, vendo eu que eles disparavam suas armas sobre o fugitivo que, ao ser alcançado pelo alferes Franklin, foi por ele ferido gravemente, como pude observar depois ao examinar o cadáver do ex-ditador.

Quando chegou o General Câmara já o Marechal Lopes estava gravemente ferido pelos tiros de revólver, disparados pelo alferes Franklin.

Recebendo ordem de render-se e desobedecendo a tal ordem, lutou com um soldado que o tentava desarmar, sendo ferido mais uma vez, com um tiro, na região clavicular esquerda, expirando nessa ocasião, sendo seu último agressor o soldado João Soares.
José Simeão de Oliveira
Major de engenheiros

Firma reconhecida, 18-05-1870. – (Publicado do "Jornal do Comércio" de Pelotas).

7. Depoimento do General José Antônio Correa da Câmara

a) "O tirano foi derrotado e não querendo entregar-se foi morto à minha vista. Intimei-lhe ordem de render-se, quando já estava derrotado e gravemente ferido, e não o querendo, foi morto.

(Comunicado oficial de 1º de Março de 1870, ao Marechal Vitorino Carneiro Ribeiro. – Arquivo Militar).

b) "Procurando resistir, foi morto. E assim as balas de nossos soldados puseram termo à vida de Lopes".

(Carta do General Câmara ao redator de "La Nación", de Buenos Aires, em 04/04/70).

c) "O cabo Francisco Lacerda não foi quem matou o Marechal Lopes. Lopes morreu por ferimento a bala recebido no ventre e dessa exposição verdadeira ninguém tem o direito de duvidar para acreditar no que dizem os mal informados."

(Carta do General Câmara ao conselheiro Schneider, 09-03-83).

d) "Nunca declinei o nome de quem feriu o Marechal Lopes e neguei ter sido o cabo de ordens do Sr. Coronel Silva Tavares; não o vi entre os soldados que perseguiam o ditador."

(Publicado na "A Reforma", do Rio Grande, de 10 de junho de 1883).

***

Vejamos agora, depoimentos subsidiários:

1º - Do General Nascimento Pinto

"Declaro a pedido verbal do professor Francisco Assis Cintra, que estando em Conceição quando morreu Lopes, e as tropa do General Câmara regressando de Cerro Corá, ouvi falar pelas testemunhas do fato, que o ditador tinha morrido vitimado por tiro e não por um lançaço desferido por Chico Diabo. Era eu nessa ocasião Tenente.
S. Paulo, 20 de maio de 1920.
General Francisco Alves do Nascimento Pinto.

Rua Afonso Pena, 20"

Firma reconhecida pelo 4.º tabelião Alfredo Firmo da Silva.

2 º - Do Ministério da Guerra, em 1871

"O último tiro disparado nas margens do rio Aquidaban por um soldado brasileiro, pôs termo à guerra de cinco anos, à qual nos provocou e nos fez o feroz ditador do Paraguai".

(Documentos da Guerra do Paraguai, vol. IV, 548, Relatório do Ministro da Guerra).

"Lopes, mal ferido... – acompanha também os fugitivos e sendo perseguido morre na margem direita do Aquidabaniqui, quando o General Câmara, intimando-lhe que se rendesse, mandava tomar-lhe a espada".

(Relatório do barão de Muritiba, ministro da Guerra, apresentado à Assembléia Geral de 1870, página 21).

***

Todos os militares referidos como testemunhas da morte de Lopes foram elogiados por atos de bravura e promovidos. O General Nascimento Pinto e o Major Lima Franco são de S. Paulo, onde gozaram sempre da máxima consideração, por serem possuidores de caráter íntegro.

Homens honestos, honrados, veteranos que derramaram várias vezes seu sangue no campo de batalha, seriam incapazes de mentir.

O testemunho desses dois militares seria o suficiente: Lima Franco, o secretário do General da Câmara, e Nascimento Pinto, o glorioso salvador da vida do Marechal Deodoro, num dos mais encaniçados combates da guerra do Paraguai. – "o da Ponte de Itororó", em 1º de Dezembro de 1868.

Mas donde partiu o erro dos historiadores?

Do seguinte "cochilo" do Generalíssimo Conde d'Eu, no seu comunicado ao Ministro da Guerra:

"Por comunicações verbais e outras sem caráter oficial, sujeitas, portanto, a serem errôneas, constam mais os seguintes pormenores... – o ex-ditador não querendo atender à ordem de render-se foi morto por um cabo do corpo 19º de Cavalaria, conhecido pelo nome de Chico Diabo".

(Parte oficial, datada de Rosário, de 13 de Março de 1870 – Arquivo Militar).

Disse o Conde d'Eu, Generalíssimo do Exército brasileiro:

- Sujeitas a serem errôneas...

E foram errôneas mesmo. O próprio Conde d'Eu convenceu-se mais tarde de que Lopes foi

vitimado por tiro. Contou-o ao filho D. Luiz. Este repetiu o relato paterno no seu livro "*Sous le Croix du Sud*" e em carta dirigida, pouco antes de morrer, ao Dr. Melo Nogueira, conceituado literato paulista, redator do "Correio Paulistano".

E do "cochilo" do Conde d'Eu nasceu a "*glória assassina*" de Chico Diabo, proclamada pelos nossos grandes historiadores, ensinada em todas as nossas histórias.

E não se conta a história da Guerra do Paraguai, sem esse final obrigatório:

- Lopes foi morto por um lançaço de Chico Diabo!

Mas isso é positivamente uma mentira histórica.

O Marechal Lopes foi morto na margem do riacho Aquidabaniqui por um tiro de carabina que lhe desfechou à queima roupa o soldado João Soares, do 9º de Infantaria, quando já estava ferido por dois tiros de revólver desfechados pelo Tenente Franklin Menna Machado, ajudante de ordens do General Câmara e pertencente ao 19º Corpo Provisório de Cavalaria de Guardas Nacionais.

11 - A Divisão do Reino-Unido

Assinado o decreto de 16 de Dezembro de 1815 que elevava o Brasil a Reino, com perfeita igualdade a Portugal, D. João ideou a formação dum grande império sul-americano. Isso foi bem compreendido pelo ministro espanhol, no Rio de Janeiro, o qual escreveu ao Secretário de Estado de Madri:

> "La idea del grande poder de este "Imperio Portugues em el Brasil" esta arraigada en la mente de S.M.Fidelissima, em la del Principe Heredero y en la de todos o casi todos los Fidalgos, siendo esta la causa por que levan éstos tan a bien la resolucion de su soberano de permanecer aqui. En una palabra, estando en Lisboa se considern bajo la dependencia de Inglaterra y com un vecino mucho mas poderoso que el Portugal como lo es la España, y aqui se consideran libres y en estado de no temer a nadie. El pues para ellos el Portugal una parte secundaria de la Monarquia por cuya razon en un caso extremo abandonaran aquel por conservar el Brasil".

(Conde de Casa Flores, D. José Pizarro, em 15 de Novembro de 1817, "Arquivo Nacional de Madri",

seção de "Papeles de Estados", série "Brasil-Portugal", "Legajo" 5845, n.°33).

Já o antecessor de Casa Flores, o astuto Andrés Vilalba, escrevia ao seu superior de Madri um ofício com a nota de "*muy reservado*", em que dizia que D. João tinha resolvido:

1.°) Estabelecer definitivamente su residencia en Rio de Janeiro;

2.°) Tomar pose absoluta de la Banda Oriental del Rio de la Plata.

Informava também que tinham sido representadas algumas memórias ao Rei:

> "Estas memorias, segun me han dicho, estan casi conformes, em lo principal, se han presenteado al rey por tres diferentes sujetos, el uno es el Conde de la Barca, Ministro de Estado de Marina, y el que hoy dia lo gobierna todo, y despacha lo que pertenze al Marquez de Aguiar, quien solo pone la firma en lo que debe ir por su primer departamento; la outra es de un tal Mosquera, uno de sus amigos, y consejeros privados del Rey; y la outra de um tal Melo"

(Andrés Vilalba e Pedro Cevalos, "Arquivo Nacional de Madri, seção de "Papeles de Estados", série "Brasil-Portugal", "Legajo" 5844, n.° 332, Rio, 28 de Junho de 1816).

E constatando a fundação da nacionalidade brasileira em 1815, exclama o notável Pedro Souto Mayor:

> "D. João realizou o seu ideal, o feito mais glorioso de sua existência: fundou um Império, enriquecendo-o ao sul com uma bela província e uma fronteira natural"

(R. Inst. Arq. Pern. XVII, 1915, pág 191).

Carlota Joaquina apelou para o irmão, Rei de Espanha. Não tolerava o Brasil. Queria voltar para Portugal.

Em Lisboa formou-se uma conspiração para anular o decreto de 16 de Dezembro de 1815. Os revolucionários tinham entendimentos com adversários da liberdade do Brasil, residentes no Rio.

O Rei de Espanha não pôde esconder o seu desgosto pela independência brasileira. D. João participou-lhe o novo título de Rei do Brasil. Enquanto outros monarcas respondiam à comunicação com palavras gentis, o Rei de Espanha acusava laconicamente o recebimento da notícia.

Esse fato irritou D. João e os brasileiros. É o que conta o ministro espanhol Vilalba:

> "Ya casi nada se habla de los papeles de Buenos Aires sobre la entrada de las tropas en la Banda Oriental, y en ellos no pierden ocasión para dar realce al Poder de este Soberano (D. Juan), a fin de que los pueblos se persuadan de que este Brasil es una gran Nación. La respuesta laconica que V.E. dio al Ministro Portugues em esa, a la participación que le hizo, de haber este soberano tomado el titulo de Rey del Reyno Unido de Brasil, Portugal e Algarves, há hecho bastante sensación en los que estan al derredor de S.M. pués se ve que hubieran querido fuese acompanhada com los terminos alaguenos, en que esta concebida da del Ministro de Prussia, habiendola puesto en esta gaceta (sin duda com estudio) en seguida de aquela que incluyo a V.E. en el principal, por si gustase leerla".

("Arquivo, seção e série citados atrás. Legajo 5844, n.° 367, Rio, 12 de Outubro de 1816, Andrés Villalba a D. Pedro de Cevallos).

Assim, o decreto de 16 de Dezembro de 1815, elevando o Brasil a Reino, com os mesmos direitos políticos de Portugal, em absoluta igualdade, fez de fato nossa independência.

No Brasil estavam o Rei, a Corte, os altos funcionários, o tesouro real. No Brasil eram feitas as leis e mandadas para Portugal, e enquanto o

Rei, em pessoa, governava o Brasil, residindo no Rio de Janeiro, Portugal era governado por um simples governador, antigo açougueiro de New Castle, General saído da tarimba, que nem era português naturalizado. Tal o General inglês Beresford, governador de Portugal.

Tanto Portugal estava em plano secundário, condição subalterna na união luso-brasileira (Reino Unido) que o ministro espanhol no Rio, Conde de Casa Flores, informava ao Rei da Espanha essa subalternidade ou dependência. Eis um tópico desse documento:

> "Es pués Portugal una parte secundaria de la Monarquia"

(Papeles de Estado, carta de 15 de Novembro de 1817, Legajo 5845, n.° 33; Arquivo de Simancas, España).

Era o astuto diplomata revelando ao seu soberano os tramas da formação do grande Império do Brasil, com a evidente subalternidade ou dependência de Portugal. E foi justamente por isso que em 1820 o povo português fez a célebre revolução do porto.

Convocadas as Cortes, exigiam de D. João a sua partida para Lisboa, transferência da sede do Reino Unido, sob pena, se tal não o fizesse, de o declararem destronado, decaída a sua dinastia,

em benefício do Duque de Cadaval, fidalgo português.

E em tal situação falou ao seu monarca o fiel e sensato conselheiro Thomaz Antônio, em carta de 14 de Abril de 1821:

> "A união de Portugal com o Brasil não pode durar muito. Se V.M. tem saudades do berço de seus avós, regresse a Portugal; mas se quer ter a glória de fundar um grande Império e fazer da Nação Brasileira uma das maiores potências do Globo, fique no Brasil. Aonde Vossa Majestade ficar é seu; a outra parte há de perder".

D. João, amando extraordinariamente o Brasil, quis ficar. Porém Carlota Joaquina exigiu a partida.

Essa espanhola tinha ódio de morte ao Brasil e aos brasileiros. José Bonifácio, no seu manifesto de grão-mestre do Grande Oriente, publicado pelo ilustre Dr. Mário Bhering, um dos mais profundos e admirados conhecedores da nossa História *(Boletim n° 9, ano 44, Setembro de 1919*) assim retrata a esposa de D. João:

> "... dragão, que alguns anos depois cobriu de sangue e horrores a malfadada Lisboa, que apressou a morte do infeliz esposo e ensinou um filho a revoltar-se contra o Pai, trair o Irmão e arrancar o trono à Sobrinha..."

Levado por esse "dragão de saias" o Rei saiu do Rio de Janeiro às 6 horas da manhã de 26 de Abril de 1821, chorando copiosamente e também chorando desembarcou em Lisboa às 9 horas da manhã de 3 de Julho do mesmo ano.

O conselheiro Thomaz Antônio dissera:

"Aonde V.N. ficar é seu; a outra parte há de perder".

E D. João perdeu o Brasil. Porém astuciosamente insinuou ao filho, que deixava como "*sentinela de sua autoridade real*", que se fosse invencível um movimento separatista, ele, D. Pedro, se pusesse à frente desse movimento colocando sobre sua cabeça a coroa. É o que se infere da carta de D. Pedro datada de 19 de Junho de 1822, em que há o seguinte tópico:

> "... Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse antes de partir dois dias, no seu quarto: Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros".

O conselho foi bem aproveitado. Desconjuntada a monarquia brasílio-lusa, a dalém Atlântico, o velho Portugal, ficou para o Rei, decrépito e pacato; a daquém, nova, rica e ardente, o ubertoso Brasil, coube ao jovem príncipe, cavalheiresco e destemido.

E foi assim que se dividiu entre pai e filho o Reino-Unido de Portugal e Brasil.

12 - O Caso do Descobrimento

D. Diniz, que foi um grande Rei, em 45 anos de governo preparara o então jovem Reino de Portugal para a conquista dos mares; e, com tal objetivo, nas terras de Leiria, fizera plantar uma verdadeira floresta de pinheiros e outras madeiras aproveitáveis nas construções navais.

Assim, em 1322, já a bandeira portuguesa tremulava, beijada pela brisa, nos mastaréus das naves d'El Rei.

Foi nesse ano que a majestade lusa mandou a Gênova e Veneza, com amplos poderes para firmar contratos, um dos seus melhores ministros. E dessas plagas vieram para Portugal marinheiros práticos nas investidas do Oceano, e com eles o fidalgo genovês Manoel Peçanho, afamado capitão dos mares italianos. A este conferiu D. Diniz o posto de almirante da sua frota galharda.

Quis, porém, a sorte que ao Rei acadêmico não coubesse a glória de desencantar o mistério atlântico, conforme fora seu desejo.

No leito de morte pediu ao filho que completasse o trabalho tão auspiciosamente principiado, e

fizesse a grandeza e a fama de Portugal no desbravamento dos mares desconhecidos.

D. Afonso, cognominado o bravo, não se esqueceu do pedido paterno. Cercado de homens de grande valor, quais o fidalgo Diogo Pacheco, o bispo do Porto, e o almirante Peçanho, investiu contra o mistério dos mares. O fracasso de várias tentativas não o demoveu de sua idéia.

A expedições sucediam-se expedições. Um dia aportou em Lisboa um dos capitães – Sancho Brandão.

Desgarrando-se no Mar do Ocidente, castigado, pela tempestade, e impelido por uma corrente misteriosa, o capitão Sancho ao fim abordava uma terra magnífica, habitada por homens nus, opulenta em árvores de tinta vermelha. Tentara contorná-la, navegando para o norte.

Não o pôde, porém descobriu outras ilhas. Carregando consigo alguns homens e algumas produções da terra, Sancho Brandão e seus bravos marinheiros velejaram para Portugal, ansiosos para incrustarem na coroa portuguesa a glória do primeiro descobrimento nos mares do Ocidente.

Orgulhoso pela vitória conseguida e grato ao valente marujo que lhe dera uma terra nova, Afonso IV batizou a grande “ilha do pau vermelho” com o nome de “Ilha do Brasil”.

Em 12 de Fevereiro de 1343, como era de praxe, comunicou ao Papa Clemente VI o auspicioso acontecimento, em carta escrita de Montemor-o-Novo. E assim se expressou:

> "Diremos reverentemente a Vossa Santidade que os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas do ocidente... – dirigimos para ali (ilhas do ocidente) os olhos do nosso entendimento, e, desejando pôr em execução o nosso intento, mandamos as nossas gentes e algumas naus para explorarem a qualidade da terra, as quais, abordando as ditas ilhas, se apoderaram, por força, de homens, animais e outras coisas e as trouxeram com grande prazer aos nossos Reinos".
>
> *(Documento do Arquivo Reservado do Vaticano, livro 138, folha 148 e 149).*

Juntou-se à carta um mapa da região descoberta e nele se vê a inscrição – Ínsula de Brasil.

Desde aí os portugueses monopolizaram o comércio do pau-brasil, provindo da ilha do Brasil.

Tanto assim que, em documentos do século XIV, existentes em bibliotecas européias, vem sempre o nome Brasil ligado ao de Portugal

O Brasil de Portugal, diziam os ingleses no fim do século XIV.

No livro de Geoffrey Chaucer, intitulado "*The Canterbury Tales*", ano de 1380, há os seguintes versos, em que surge o vocábulo Brasil ligado ao nome de Portugal:

> *"We loketh as a sparhawk his eyen*
> *Him nedeth not his colour for to dyen*
> *With Brasil, no with grain, of Portugal".*
>
> (Canto n.° 11, epílogo).

E no Mabinogion, ano de 1376:

> *"... and Brasil of Portugali"*
>
> (Romancier of Taliesin, XII, 144).

Os grandes mapas do século XIV, posteriores a 1343, inserem uma ilha no Oceano Atlântico, mais ou menos na posição atual do Brasil, e com uma configuração aproximada à da América do Sul.

Isso quer dizer que depois de 1343 a terra foi explorada convenientemente pelos portugueses, pois era uma possessão de Portugal.

Benjamin Smith afirma na pág. 180 de sua Cyclopedia que havia uma ilha aparecendo no Atlântico no 14° século.

Em 1375, Carlos V, Rei da França, mandou ao Vaticano um cartógrafo de Maiorca para copiar o mapa português, com ordem de corrigir e ampliar

o original, conforme as explorações feitas de 1343 a 1375.

Esse mapa interessantíssimo acha-se exposto na Biblioteca Nacional de Paris, seção de iconografia (III, 132, s. XVI). Nele se encontra a Ilha do Brasil, com a conformação e posição da América do Sul, mais ou menos.

No mapa-múndi de Ranulf Nyggeden, desenhado em 1360 e conservado no British Museum de Londres, acha-se inscrita a Ilha do Brasil na mesma posição em que ela surge no mapa de Carlos V.

Essa constatação é feita também em três importantíssimas cartas geográficas, quais as de Nicolao Zeno (ano de 1380), Bechario (1435) e Andrea Bianco (original de 1436, e cópia de 1448).

Este último oferece uma explicação que elucida perfeitamente o caso. Diz ele que a Ilha do Brasil (*Insula de Bresil*) está distante do Cabo Verde, no mar Atlântico cerca de 1500 milhas.

Pois não é essa, mais ou menos, a distância do Cabo Verde ao Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco?

O mapa de Pero Vaz Bisagudo, que era cópia do velho mapa português do Vaticano, traz a Ilha do Brasil, na distância de 1.550 milhas de Cabo Verde.

E o bacharel João Martim, cosmógrafo e médico da esquadra de Cabral, em carta ao Rei de Portugal, datada de 1.° de Maio de 1500, manda o seu soberano procurar o "*Mapa Bisagudo*" que era muito antigo, diz ele, e onde se encontraria a situação verdadeira da terra que Cabral descobriu de novo.

Eis o tópico dessa carta que se encontra na Torre do Tombo, Corpo cronológico, parte 3ª, maço 2, doc. n° 2:

> "Se Vossa Alteza quiser ver a posição desta terra, mande buscar um mapa-múndi de Pero Vaz Bisagudo que nele encontrará o local em que estamos agora; porém esse mapa, que é antigo, não informa se esta terra é ou não habitada".

Aí está: os portugueses não descobriram o Brasil em 1500 porque nos seus mapas antigos já se achava inscrita essa terra de novo descoberta, isto é, já descoberta, mais tarde abandonada e novamente achada.

Em 2 de Março de 1450 o Infante de Portugal doou ao fidalgo flamengo Joe van der Berge, natural de Bruges, e vulgarmente conhecido por Jácome de Bruges, umas ilhas açorianas.

No documento de doação, que se encontra na Torre do tombo (Registro de ilhas, portos e costas) há uma referência à ilha do Brasil, descoberta pelo bravo Sancho Brandão.

As ilhas Flores e Corvo foram doadas em 1464 a uma senhora de Lisboa – D. Maria de Vilhena. O flamengo Guilherme van den Haagen, em nome da donatária, recebeu o documento de doação, hoje arquivado na Torre do Tombo. Nessa provisão há uma referência à ilha do Brasil.

No século XV, ora se encontra a ilha com o nome de Brasil, ora com o de Brandão.

Vimos em alguns mapas do século XV e XVI apenas a legenda – "*Ilha de Brandam*", aplicada à ilha do Brasil. É o que se vê, por exemplo, no mapa de Paulo Toscanelli.

A respeito da Ilha do Brasil, ainda cumpre citar o globo terrestre de Martim Behaim, feito em 1487 e reproduzido na Alemanha em 1492, antes do descobrimento da América (a reprodução é de março e o descobrimento é de outubro).

Esse Martinho da Boêmia, como se chamava João de Barros, viveu alguns anos na Ilha de Fayal (Açores), pois o primeiro donatário dessa ilha fora seu sogro, o capitão neerlandês Jobst van Heurter (vulgarmente conhecido por Joz D'Utra).

Pois Behaim também inscreve sem eu Globo Terrestre a Ilha do Brasil.

Em 1498 D. Manoel mandou secretamente o capitão Duarte Pacheco explorar a Ilha do Brasil e verificar sua posição astronômica.

E é o próprio capitão Duarte quem nos conta tal coisa em sua informação ao Rei, inserta no cap. 2º, pág. 3, do livro "*Esmeraldo*", escrito em 1503.

> "E por tanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso Reinado do ano de Nosso senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o polo ártico... – por esta costa sobredita do mesmo círculo equinocial em diante por vinte e oito graus de ladeza contra o polo antártico é achado nela muito e fino BRASIL, com outras muitas coisas de que os navios deste Reino vem grandemente carregados".

Atente-se bem no dizer do capitão Duarte Pacheco ao Rei:

> "... ano de 1498 em que Vossa Majestade nos mandou nos mandou descobrir a parte ocidental, passando além do mar oceano (Atlântico), onde se achou uma terra com abundante e fino PAU BRASIL, numa distância de 18 graus do polo antártico e 70 do polo ártico".

Positivamente, era a América do Sul, era o Brasil.

Duarte Pacheco regressou a Portugal depois de sua vigem de exploração e serviu de guia a Cabral no espalhafatoso descobrimento do Brasil.

Mas esse espalhafato era necessário para que assim pudesse a diplomacia portuguesa dar um xeque-mate na habilidade espanhola e na astúcia do Papa Alexandre VI, porfiado em lesar o heróico Portugal.

Os historiadores do Brasil não mencionam o nome de Duarte Pacheco na lista dos capitães que acompanharam Cabral, porém Damião de Góes, na Crônica de D. Manuel, escrita em 1530, na parte I, capítulo LVIII, folha 39, manuscrito original da Torre do Tombo, faz menção de seu nome, quando ele recebeu uma instrução importante de Cabral.

Pero Vaz de Caminha, em sua carta de 1° de Maio de 1500, diz:

> "... e assim seguimos nosso caminho por este mar, de longo, até terça-feira de oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de Abril, que topamos alguns sinais de terra".

Navegar de longo é uma expressão antiga que significa – atravessar. Assim a esquadra de Cabral saiu de Lisboa para atravessar (navegar de longo) o Atlântico e não para costear a África ou dela se

afastar ligeiramente com receio de calmarias, como contam os historiadores patrícios.

Cumpre notar aqui, que, até chegar ao Brasil, a esquadra de Cabral não foi batida por temporais que a impelissem a um desvio do plano estudado em Lisboa.

No Arquivo da Torre do Tombo (maço I, leis, n° 21, Armário II) encontram-se 12 folhas das instruções secretas dadas a Pedro Álvares Cabral. Contém apenas a 2ª parte das instruções, faltando as relativas ao Brasil que foram subtraídas criminosamente e hoje param no arquivo de um opulento colecionador europeu.

A carta de Vaz de Caminha permaneceu esquecida durante três séculos e somente no princípio do século passado é que foi descoberta.

Nesse documento diz o escrivão da Armada:

> "posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa Nova Terra..."

Isso quer dizer que Cabral escreveu a D. Manuel.

Os outros capitães que também escreveram foram os companheiros de Cabral nessa viagem, Duarte Pacheco e Américo Vespúcio, conforme pudemos verificar no estudo dos documentos desse tempo.

Essa carta de Pedro Álvares Cabral se encontra entre os importantíssimos documentos que pertenceram a Lorde Stuart.

Mas por que, dirão, naturalmente, os curiosos, mas por que houve a comédia do descobrimento do Brasil em 1500?

Essa é uma história que por si só merece as honras de um livro inteiro.

D. Manuel, em verdade, foi um Rei afortunado, porque teve os melhores navegantes e os melhores diplomatas do seu tempo.

O seu antecessor perdera a Ilha do Brasil pela comédia representada por Colombo. E ele, D. Manuel, a recuperou com a comédia contra comédia.

É uma história interessante que nos mostra a habilidade dum ministro português levar de vencida a sofística do papa espanhol, Alexandre VI, aliado à diplomacia de Castela.

13 - O Nosso Primeiro Historiador

Quem teria sido o primeiro historiador brasileiro? Quem foi o autor da nossa primeira história?

O primeiro brasileiro que escreveu a primeira história da nossa pátria foi, incontestavelmente, Frei Vicente do Salvador.

Este frade, que se chamou na sociedade Vicente Rodrigues Palha, nasceu num lugar distante da cidade do Salvador, cerca de seis léguas, em dia incerto, tendo sido batizado na Sé da referida cidade pelo cura Simão Gonçalves, em 28 de Janeiro de 1587.

É o que afirma Jaboatão na parte 1ª, do vol. I, pág. 230 e 376; e parte 2ª do vol. I, pág. 105-111, vol. II, pág. 426-431 do seu "*Orbe Seráfico*".

Entretanto Capistrano de Abreu discorda desta informação, observando:

> "Esta data (28 de Janeiro de 1567) não deve estar certa. Terminando seu livro em 1627, diz Frei Vicente que está com 63 anos, o que dá para o de seu nascimento em 1564; em tempos de observação cultual tão severa como aqueles, não é de crer que deixassem pagão por tanto tempo um menino.

> É portanto razoável admitir que em vez de 28 de Janeiro de 1567, deve-se ler de 1565; e quanto ao dia do nascimento talvez seja 20 de Dezembro (de 1564), dia em que dedicou a Severino de Faria o livro em cuja última página declara ter sessenta e três anos".

Vicente Rodrigues Palha, nosso primeiro historiador, estudou as primeiras letras e as humanidades no colégio dos jesuítas, provavelmente no provinciado de Anchieta (1577 a 1588).

Matriculou-se, em seguida, na Universidade de Coimbra, onde se graduou em ambos os direitos (*utroque juris*), recebendo o título de doutor, após um curso do qual se distinguiu em teologia e cânones.

Em 1591, parece, já estava na Bahia, quando desembarcou o governador D. Francisco de Souza, num domingo da Trindade, conforme seu relato na sua História do Brasil.

Regressando à sua pátria, resolveu seguir a carreira eclesiástica, então a melhor de todas, e em 27 de Janeiro de 1599, com a idade de 35 anos, recebeu o hábito franciscano das mãos do padre custódio Frei Braz de S. Jerônimo, e a 30 do mesmo mês de 1600 professou sobre a direção do prelado do Convento, Frei Antônio de Insua.

Eis aí quem foi o primeiro brasileiro que escreveu uma História do Brasil.

Além deste livro, ainda é de sua autoria um outro: - a "*Crônica da Custódia do Brasil*", livro até agora inédito, mas citado em várias obras, como por exemplo no "*Angiológio Lusitano*", vol. I, pág. 469, 1ª edição, de Jorge Cardoso.

Onde foram parar os originais? Ninguém sabe. Provavelmente no espólio de algum convento. Há críticos que pretendem confundir as duas obras do ilustre franciscano, afirmando que a "Crônica" é o princípio da História do Brasil.

Porém contra essa confusão se insurge o erudito Capistrano de Abreu, dizendo:

"Convém deixar apurado um ponto que tem dado pretexto a não pequena confusão. Frei Vicente do salvador escreveu dois livros: a "Crônica da Custódia do Brasil" e a "História do Brasil".

Já a diferença nos títulos é indício favorável à conclusão. Mas há outros: a "Crônica" foi escrita em 1618, a "História" em 1627; a "História" é obra volumosa; citando a "Crônica", Jorge Cardoso qualifica-a breve; Cardoso que conhece a "Crônica", desconhece e não cita a "História"; Santa Maria, que aproveita a "História", guarda silêncio quanto à "Crônica".

Por não ter notado estas circunstâncias, Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, concluiu que Frei Vicente escreveu a primeira parte de uma, e anos depois a segunda". (Anais da Biblioteca Nacional, vol. XIII, 1885-1885, pág. X).

O Marquês de Olinda possuiu uma cópia dos originais da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador.

Essa cópia foi tirada em Portugal por João Francisco Lisboa, e chegou ao Rio em 1857 ou 1858. O Marquês de Olinda, que foi Ministro do Império, custeava com a verba da sua repartição as despesas das cópias dos documentos da Torre do Tombo, cópias primeiramente feitas sob a direção de Gonçalves Dias e depois sob a de João Francisco Lisboa.

Tiradas desde 4 de Março de 1857 até 12 de Dezembro de 1858, ficaram em mãos do ministro, até a sua morte, em 7 de Junho de 1870.

Os livros e manuscritos de Olinda entraram na partilha do seu espólio e um de seus herdeiros incluiu num leilão a cópia do livro de Frei Vicente.

Arrematou-a o livreiro e bibliófilo João Martins Ribeiro, então proprietário da Livraria Martins, da rua General Câmara.

Esse, avaliando a importância do manuscrito, ofertou-o graciosamente à Biblioteca Nacional, em Novembro de 1881.

Capistrano de Abreu e Lino Gonçalves Assumpção obtiveram, por intermédio de vale Cabral, uma outra cópia tirada do manuscrito da Torre do Tombo e em Julho de 1886 começaram a publicar no Diário Oficial as primeiras páginas da “História do Brasil” de Frei Salvador.

Em 20 de Dezembro de 1887 os mesmos historiadores publicaram em volume os dois primeiros livros dessa História.

Em 1888, impressa nas oficinas de Leuzinger & Cia., a Biblioteca Nacional publicou a primeira História do Brasil, escrita por um brasileiro em 1627 – a de Frei Vicente. E na Introdução, disse Capistrano:

"Vê, pois, agora a luz, pela primeira vez, a História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, a qual lhe saiu das mãos com as mutilações infligidas pelo descuido e ingratidão de quase três séculos de esquecimento".

Conjectura Jaboatão no seu Orbe Seráfico que Frei Vicente faleceu entre os anos de 1636 e 1639.

Recentemente, com prefácio e anotações de Capistrano de Abreu, a Casa Weisflog Irmãos reeditou o livro precioso do franciscano da Bahia.

Frei Vicente de Salvador (Dr. Vicente Rodrigues Palha) foi, portanto, o primeiro filho do Brasil que escreveu a história de sua pátria.

Mas foi essa a nossa primeira História? Não.

A nossa primeira História foi a de Pero de Magalhães Gandavo, publicada em 1576, em Lisboa, na tipografia de Antônio Gonçalves.

As referências que encontramos sobre Pero de Magalhães Gandavo e seu livro sobre o Brasil, são as seguintes:

1°) **Em BARBOSA MACHADO** (Biblioteca Lusitana, tomo III, pág. 591):

> "Pero de Magalhães Gandavo, natural de Braga, filho de pai flamengo, tendo permanecido alguns anos no Brasil, abrira escola pública entre o Douro e o Minho, aonde também casara, mostrando-se insigne humanista e excelente latino".

2º) **Em HENRI TERNAUX** (Prefácio da sua tradução "Histoire de la Province de Santa Cruz", por Pero de Magalhães de Gandavo, Paris, 1837):

> "A sua (de Gandavo) História do Brasil, publicada em Lisboa, em casa de Antônio Gonçalves, em 1576, é certamente uma das obras mais notáveis que pareceram no décimo sexto século sobre a descrição de países longínquos: o estilo da obra é simples mérito não vulgar entre os escritores daquela nação.
>
> Apesar de conter noções falsas, ou pouco exatas que a ignorância da época desculpa, não se encontra ali uma dessas fábulas ou lendas que os autores contemporâneos tão cegamente acolhiam; por isso todos os que dela falam são unânimes em elogiá-la. Nicolau Antônio e João Soares de Brito falam com louvor.

> Desgraçadamente a indiferença dos portugueses e espanhóis, mesmo para os seus melhores autores, impediu que esta obra fosse outra vez Reimpressa.
>
> Tornou-se tão excessivamente rara, que se não encontrariam agora senão três ou quatro exemplares; não se acha em nenhuma Biblioteca Pública de Paris, e é raramente citada pelos autores portugueses que têm tratado do Brasil.
>
> Parece até que esta obra foi ignorada de muitos deles, ainda de Vasconcelos, porque no grande número de citações, com que este autor se compraz em cobrir as margens dos seus livros, não se lê uma única vez o nome de Gandavo.
>
> Posso, portanto, apresentar este livro como uma das publicações sobre a América menos conhecidas, e mais dignas de o serem".

3º) **REIFFENBERG** (Nouveaux Mémoires de l'Academie Royale des Sciences e Belles-Lettres de Bruxelas, tomo XIV, 1841, pág. 75):

> "Gandavo, segundo A. Voisin (Menager des sciences historiques, 1841, 2.o livro, pág. 284), era filho de um flamengo de Gand e por isso tomou o cognome de Gandavo".

4º) **FIGANIERE** (Biblioteca Histórica Portuguesa):

> "Só existem, parece, dois exemplares da História do Brasil de Gandavo): um na livraria de Ternaux Coupans, e outro na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro".

5º) **A Academia Real de Ciências de Lisboa** (Coleção de Opúsculos, tomo I, n.° 3, 1858, IV e V):

> "A raridade da obra de Pero de Magalhães Gandavo sobre o Brasil é um fato incontestável. É provável que na preciosa livraria de Mr. Hasse, que constava de mais de dez mil volumes, principalmente de autores portugueses e castelhanos, comprada em 1806 pela Universidade de Coimbra pela quantia de seis contos de réis, se encontre algum exemplar desta obra.
> Em Lisboa não nos consta que exista nenhum, apesar de havermos consultado as pessoas mais entendidas em matérias bibliográficas.

6º) **ANTONIO DE LIÃO PINELO** (Bibliografia Oriental e Ocidental), que se contenta apenas em enumerar as obras, cita a História de Gandavo como uma obra curiosa e única.

7º) **GIL GONÇALVES DE ÁVILA** (Teatro das Grandezas de Madri, pág. 504), afirma ser a História do Brasil de Pero Magalhães Gandavo uma obra muito erudita e curiosa.

Assim, a primeira história do Brasil escrita por brasileiro foi a de Frei Vicente do Salvador (Dr. Vicente Rodrigues Palha) com a data de 1627.

E a primeira história do Brasil publicada foi a do professor português Pedro de Magalhães Gandavo, nascido na cidade de Braga.

Esse livro, para nós brasileiros muito precioso, foi editado em Lisboa no ano de 1576 por Antônio Gonçalves, proprietário de uma afamada tipografia desse tempo.

14 - O Herói do Ipiranga

Qual o verdadeiro papel de D. Pedro I no magno acontecimento da vida nacional?

Consagrado no bronze e nas páginas da história como fautor máximo de nossa liberdade política, ele, todavia, não passou de um mero oportunista, na série dos acontecimentos.

Refreou, quanto pôde, as arrancadas independencistas. Quando viu a revolução prestes a triunfar, avultou na sua vanguarda, para não ser vencido.

Sua correspondência com o pai, D. João VI, constitui por si só a melhor história da independência do Brasil.

E é baseado nessa correspondência que vamos ver quanto era caviloso e oportunista o primogênito carlotino.

Os brasileiros conspiravam por toda a parte. O príncipe regente perseguia-os.

Um francês que aqui esteve em 1821 diz, num livro publicado em Paris em 1823, que, em 4 de Outubro de 1821, quase estalou uma formidável revolução no Brasil, tendo sido distribuídas

profusamente atrevidas proclamações revolucionárias e independencistas. (Angliviel, "L'Empire du Brésil", Paris, 1823, pág. 90).

Pedro I foi contrário à nossa independência, combateu-a até a última hora e foi obrigado a aceitá-la por duas circunstâncias decisivas: a hostilidade das cortes portuguesas e a revolução inevitável no Brasil, com probabilidade de triunfar.

Mesmo depois de 7 de Setembro de 1822, isto é, em 22 desse mês e desse ano, D. Pedro ainda se considerava apenas príncipe regente do Brasil, tal qual o deixara D. João VI, e súdito do Rei de Portugal.

O grito do Ipiranga foi uma burla, que fez dum oportunista, um grande herói, desmerecendo assim a grandeza do verdadeiro chefe da revolução brasileira, projetada para o dia 1.° de Outubro de 1822, com todas as probabilidades de êxito em todos os recantos do país, sob a inspiração de Gonçalves Ledo.

Que D. Pedro era contrário à nossa independência, entre os muitos documentos que coligimos, relativos aos anos de 1821 e 1822, aqui apresentamos um: a carta secreta, enviada por D. Pedro ao seu pai, informando-o do movimento revolucionário e jurando, pelo seu sangue, que o impediria, mesmo que lhe custasse a vida. Ei-la:

"Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1821.
Meu Pai, e meu Senhor.

Com bem desgosto pego na pena para comunicar a Vossa Majestade do motim e boatos mui fortes que correm de pleno pela cidade.
A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu e conseguirá, porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil; queriam-me e dizem que me querem aclamar Imperador; protesto a Vossa Majestade que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses estarmos feitos em postas, é o que juro a Vossa Majestade, escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras:

JURO SER SEMPRE FIEL A VOSSA MAJESTADE, À NAÇÃO E À CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA.

Deus guarde a preciosa vida e saúde de Vossa Majestade como todos os portugueses o hão mister e igualmente este seu súdito fiel e filho obedientíssimo que lhe beija a sua real mão.
Pedro".

Este precioso documento está no Arquivo Nacional de Lisboa, bem como outras cartas adiante transcritas

A conspiração chefiada por Gonçalves Ledo, continuava vigorosa, desafiando as iras e as

ameaças de D. Pedro. De tudo o que se passava ia o príncipe regente fornecendo informações ao pai:

> Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1821.
> Meu Pai e meu Senhor.
> Tendo dado ordens para que se fizessem todas as diligências possíveis, a fim de descobrir os promotores da conspiração de que falei a V.M., não foi possível até o presente senão prender alguns miseráveis instrumentos que os conspiradores empregam.
> Entre eles acha-se o cabo que foi preso pelo Visconde do Rio Seco, que continua a acusar os oficiais. O seu depoimento funda-se em provas, que se procuram reunir, a fim de formular libelo contra estes militares, prendendo-os em seguida, se for caso disso.
> Tudo mais vai melhor, porque há medo das tropas portuguesas. Bem dizia eu a V.M. que necessitava de tropas neste país. Espero todavia que não seja forçado a extremos que repugnariam o meu coração.
> Deus guarde a preciosa vida e saúde de V.M., como todos os portugueses o hão mister, e igualmente este seu súdito fiel e filho obedientíssimo, que lhe beija a sua real mão. PEDRO".

O fato a que se refere D. Pedro é o processo instaurado contra muitos oficiais brasileiros que conspiravam pela independência.

Um deles, Tenente-General, mandou por um cabo uma mensagem, em nome da tropa, ao Visconde do Rio Seco, mais tarde Marquês de Jundiaí, convidando-o a tomar parte no levante.

O Visconde, miserável áulico, prendeu o portador da carta, e em seu depoimento diz:

> *"... pensando como Sua Excelência o Sr. Conselheiro José Bonifácio que não estamos nós brasileiros capacitados para nos governarmos a nós mesmos, como querem os carbonários da maçonaria e as tropas que conspiram".*

O fato foi relatado ao Rei de Portugal pela seguinte carta:

> "Rio de Janeiro. 5 de outubro de 1821.
> Meu Pai e meu Senhor.
> Ontem, à noite, assistia eu ao espetáculo quando me vieram avisar que um cabo do regimento de cavalaria fora preso no paço, e pelo próprio Visconde do Rio Seco, no momento em que lhe ia entregar um ofício, tendo por fim decidir este senhor a entrar na conspiração de que vos falei na minha carta de ontem.
> Estive hoje no Quartel-General para tomar informações a respeito. Fiel a meu dever, continuarei, Senhor, a informar a V.M. de tudo que ocorrer.
> Deus guarde a preciosa vida e saúde de V.M. como todos os portugueses o hão mister e

> igualmente este seu súdito fiel e obedientíssimo, que lhe beija a sua real mão PEDRO".

A conspiração, contudo, ganhava terreno. O chefe de polícia, em ofício de 4 de Dezembro de 1821, informava ao ministro do príncipe que a ordem de prisão dada contra Gonçalves Ledo, os maçons e oficiais brasileiros da tropa, provocaria a revolução em toda a parte.

Amedrontado com os progressos da idéia revolucionária, revelada francamente no célebre banquete da oficialidade portuguesa em 24 de agosto de 1821, D. Pedro tentou acalmar os ânimos com o seu bombástico manifesto aos habitantes do Rio de Janeiro, dizendo-lhes:

- *"Que delírio é o vosso? Quais são os vossos intentos? Quereis ser perjuros ao Rei?"*

E depois de chamar Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Mariano, José Joaquim Rocha e outros, de "cabeças esquentadas que procuravam levar o povo a uma outra ordem de coisas" por desamarem o Rei, ameaçava o Brasil com a fidelidade das tropas portuguesas e terminava com este passo:

- *Sabei que declaramos guerra desapiedada a todos os perturbadores do sossego público. Contai com o que eu vos digo, porque quem vo-lo diz é fiel à Religião, ao Rei e à Constituição, e que por todas estas três divinais coisas, sempre estive e estarei*

pronto a morrer, ainda que fosse só, quanto mais tendo tropa...Sossego, ó fluminenses!

O intendente da polícia denunciava na mesma data, o esforço e prestígio dos conspiradores que eram oficiais, padres, doutores, negociantes, funcionários públicos, jornalistas, enfim, gente de alto coturno.

Em 25 de Dezembro o mesmo homem comunicava ao príncipe que já era quase impossível vencer o movimento marcado para meados de 1822, sendo talvez "*de mui larga prudência que o príncipe aproveitasse com astúcia o momento para dirigir a Maçonaria e torcer-lhe a ação nefasta*".

O príncipe D. Pedro escreveu imediatamente ao Rei seu pai, conforme se vê nesta carta:

> "Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1821.
> Meu Pai, e meu Senhor.
> Tudo está do mesmo modo que expus nas duas cartas anteriores a esta a Vossa Majestade; a diferença que há é que dantes a opinião (da independência) não era geral; hoje é e está mui arraigada. Protesto desde já a Vossa Majestade e ao Congresso que por falta de diligências minhas não se hão de deixar de cumprir tão soberanas ordens.
> Deus guarde a preciosa vida, e saúde de Vossa Majestade, como todos os portugueses o hão mister, e igualmente este seu Filho

> obedientíssimo, e súdito fiel, que lhe beija a sua Real Mão.
> PEDRO".

D. João VI respondeu a essa carta com uma datada de 23 de Abril em que, depois de longas considerações, diz:

> "... e assim, sê hábil e prudente, pois aqui nas cortes conspiram contra ti, querendo os revolucionários que abdiques em favor de teu irmão Miguel. Tua mãe é muito pelo Miguel e eu que te quero nada posso fazer contra os carbonários que não te querem".

Foi então que D. Pedro arquitetou o plano de atrair D. Miguel ao Brasil, fazendo-o casar com sua filha Maria, tirando-o do meio dos seus inimigos (dele, D. Pedro).

Sentindo-se ameaçado no Brasil pela conspiração chefiada por Gonçalves Ledo, e que já era triunfante, pois o príncipe não se julgava com forças de vencê-la, e também, ameaçado pelas cortes portuguesas, que o atraíam a Portugal para obrigá-lo a abdicar seus direitos em favor do irmão, lembrou-se dos conselhos paternos e escreveu:

> "Rio de Janeiro, 19 de junho de 1822.
> Meu Pai e meu Senhor.
> Tive a honra e o prazer de receber de Vossa Majestade duas cartas, uma pelo Costa Couto,

e outra pelo Chamberlain, nas quais Vossa Majestade me comunica seu estado de saúde física, a qual eu estimo mais que ninguém, em que me dizia – GUIA-TE PELAS CIRCUNSTÂNCIAS COM PRUDÊNCIA E CAUTELA – esta recomendação é digna de todo o homem, e muito mais de um Pai a um filho, e de um Rei a um súdito, que o ama e respeita sobremaneira.

Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse antes de partir dois dias, no seu quarto:

PEDRO, SE O BRASIL SE SEPARAR, ANTES SEJA PARA TI, QUE ME HÁS DE RESPEITAR DO QUE PARA ALGUM DESSES AVENTUREIROS.

Foi chegado o momento da quase separação, e estribado eu nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa Majestade, tenho marchado diante do Brasil, que tanto me tem honrado...

Ainda que isto aconteça, o QUE ESPERO QUE NÃO, conte Vossa Majestade que eu serei Rei mas também gozarei da honra de ser de Vossa Majestade súdito, ainda que em particular seja, para mostrar a Vossa Majestade a minha consideração, gratidão, e amor filial tributado livremente...

Peço a Vossa Majestade que deixe vir o mano Miguel para cá, SEJA COMO FOR, porque ele é aqui muito estimado e os brasileiros o querem ao pé de mim para me ajudar a servir ao Brasil e a seu tempo casar com a minha linda filha Maria.

> Tenho a honra de protestar novamente a Vossa Majestade os meus sentimentos de amor, respeito, e submissão de filho para um Pai carinhoso e de súdito para um Rei justo.
> Deus guarde a preciosa vida e saúde de Vossa Majestade, como todos os portugueses o havemos mister. Sou de Vossa Majestade Súdito fiel e Filho obedientíssimo que lhe beija a Sua Real Mão.
> PEDRO".

D. Pedro já havia escrito ao pai, em 1821 (15 de Dezembro), dizendo-lhe que o povo do Brasil lhe impunha ficar no país, e em caso contrário se declararia independente; mas que ele, príncipe, preferia morrer do que ser perjuro ao Rei e às cortes.

E em 30 de dezembro de 1821 escrevera:

> *"Tudo está do mesmo modo que expus nas duas cartas anteriores... a diferença que há é que dantes a opinião (da independência) não era geral; hoje é e está mui arraigada. Protesto desde já a V.M. e ao Congresso que por falta de diligências minhas não se hão de deixar de cumprir tão soberanas ordens (as das Cortes)."*

D. João VI respondeu-lhe:

> *- "... e assim sê hábil e prudente, aqui na Corte conspiram contra ti..."*

Ou partiria para Portugal e a revolução se faria sem ele, ou ficaria, e a revolução se faria em seu favor. Sua mulher aconselhava-o a que não perdesse o Brasil, maior, mais rico e de mais futuro que Portugal. E dizia-lhe:

"O pomo está maduro. Colhe-o já, senão apodrece". (Pinto Peixoto, "D. Pedro I", pág. 11).

Pediu tropas às Cortes e estas as recusaram. Sem um elemento capaz de esmagar a conspiração que latejava em todas as consciências brasileiras, D. Pedro lembrou-se ainda do pai e comunicou-lhe a resolução final, expressa na carta de 19 de Junho de 1822, já publicada na página anterior.

Chegara, em verdade, o momento fatal. Ou com Pedro ou sem ele, a independência se faria. O príncipe compreendeu-o perfeitamente, mas ainda procurou protelar, esperando que as Cortes lhe mandassem tropas numerosas, leais e aguerridas, conforme pedira. Mas essas não vieram.

Num inflamado discurso, no Grande Oriente, sessão de 20 de Agosto, Gonçalves Ledo proclamou a independência do Brasil. Por toda a parte os maçons turbilhonavam, despertando o sentimento da liberdade.

No dia 7 de Setembro de 1822, D. Pedro, deixando no Rio o seu secretário José Bonifácio, parou junto ao ribeirão do Ipiranga, afligido por uma violenta cólica intestinal.

Nessa ocasião recebeu uma carta de Chamberlain, seu agente, comunicando-lhe que sua causa em Portugal estava perdida, que D. João VI estava coagido, que se ele fosse a Portugal seria, pelas Cortes, obrigado a abdicar os seus direitos de Reinar. O mesmo correio trouxera-lhe uma intimação de Portugal, cujo governo exigia a sua partida imediata, e cartas da princesa Leopoldina, de D. João VI e de José Bonifácio. D. João escrevera:

> "Meu filho. Não tenho respondido às tuas cartas por se terem demorado as ordens das Cortes: agora receberás os seus decretos, e te recomendo a sua observância e obediência às ordens que recebes, porque assim ganharás a estima dos portugueses, que um dia hás de governar, e é necessário que lhes dês decididas provas de amor pela Nação.
> Quando escreveres, lembra-te que és um príncipe e que os teus escritos são vistos por todo o mundo e deves ter cautela não só no que dizes, mas também no modo de te expressares.
> Toda a família real estamos bons. Resta-me abençoar-te, como Pai que muito te ama.
> "João".
> Paço de Queluz,
> em 3 de Agosto de 1822".

Assim o príncipe D. Pedro se viu perdido. Se fosse a Portugal, seria obrigado pelas cortes a abdicar em favor de D. Miguel. Se ficasse, teria que enfrentar a revolução do povo e da maioria das

tropas, sem esperança de vencer, pois os conspiradores chefiados por Gonçalves Ledo contavam com o triunfo certo. Ademais, seu pai, que era seu único amigo em Portugal, abandonava-o.

Que fazer?

Declarar-se contra as cortes portuguesas e pôr-se ao lado dos revolucionários, reservando para si a coroa, conforme o conselho paterno?

E foi o que fez ele, muito prosaicamente, pois o grito do Ipiranga, como afirmou um companheiro de viagem do príncipe, foi uma comédia.

E quinze dias depois do 7 de setembro, isto é, no dia 22 de Setembro de 1822, D. Pedro, rebelado contra as cortes portuguesas, ainda se considerava súdito do Rei de Portugal, quase prisioneiro em Lisboa pelos miguelistas, e se dizia, não Rei ou imperador, mas simplesmente príncipe-regente do Brasil.

Eis sua carta:

> "Rio, 22 de setembro de 1822.
> Meu Pai e meu Senhor.
> Tive a honra de receber de Vossa Majestade uma carta datada de 3 de agosto, na qual Vossa Majestade me repreende pelo meu modo de escrever e falar da facção luso-espanhola (se Vossa Majestade me permite, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito o estado de

coação em que Vossa Majestade jaz sepultado); eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despóticas cortes executivas, legislativas e judiciárias, cumpria ser assim, e como eu agora, positivamente preso, escrevo (esta última carta sobre "questões já decididas pelos brasileiros") do mesmo modo por que, com perfeito conhecimento de causa, estou capacitado que o estado de coação, a que Vossa Majestade se acha reduzido, e que o faz obrar bem contrariamente ao seu liberal gênio, Deus nos livrasse se outra coisa pensássemos.

EMBORA SE DECRETE MINHA DESERDAÇÃO, embora se cometam todos os atentados que em clubes carbonários forem fazendo, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: "Vede o fim de quem se expôs pela pátria, imitai-me".

Vossa Majestade manda-me, que digo! Mandam as cortes por vossa majestade que eu faça executar e execute seus decretos; respondemos em duas palavras: "Não queremos". Se o povo de Portugal teve direito de se constituir – revolucionariamente – está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo, respeitando-me a mim e às autoridades estabelecidas.

Firme nestes inabaláveis princípios, digo tomando a Deus por testemunha e ao mundo

inteiro, a essa cáfila sanguinária, que eu, como PRÍNCIPE-REGENTE DO REINO DO BRASIL, e seu defensor perpétuo, hei por bem declarar todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas cortes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizerem para o Brasil, nulos, írritos, inexequíveis e como tais com um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos que, unidos a mim, me ajudam a dizer: "De Portugal nada, nada; não queremos nada".

Se esta declaração tão franca irritar mais os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe faremos ver qual o valor brasileiro.

Se por descoco se atreverem a contrariar nossa santa causa, em breve verão o mar coalhado de corsários, e a miséria, a fome e tudo quanto lhes pudermos dar em troco de tantos benefícios, será praticado contra esses corifeus; mas que, quando os desgraçados portugueses os conhecerem bem, eles lhe darão o justo prêmio. Jogamos por muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz.

Se vossa majestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo fazer sua liberdade e independência, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonários, e assassinos, como os que tem a vossa majestade no mais

> ignominioso cativeiro. Triunfa e triunfará a independência brasílica, ou a morte nos há de cortar. O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não; porque enquanto houver sangue em nossas veias, há de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o – "Rapazinho" – e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas cortes estrangeiras. Peço a vossa majestade que mande apresentar esta às cortes! Às cortes que nunca foram gerais, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divertir, e gastem ainda um par de moedas desse tísico tesouro.
>
> Deus guarde a preciosa vida e saúde de vossa majestade, como todos nós brasileiros desejamos.
>
> Sou de Vossa Majestade, com todo o respeito, filho que muito o ama e "súdito" que muito o venera.
>
> Pedro".

Aí está. Em 22 de Setembro de 1822, D. Pedro ainda se considerava mero príncipe regente e súdito de Portugal.

Assim se rebelara contra o partido luso-espanhol (que era o de sua mãe, espanhola e miguelista), e contra as cortes que ele chamava de "*facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas*".

Além disso, confessava que a revolução fora feita pelos brasileiros.

D. Pedro e José Bonifácio foram oportunistas.

A revolução saiu vitoriosa, e por isso, à última hora, aderiram a ela. E tiraram melhor proveito do que Gonçalves Ledo, que a preparou admiravelmente, que era o seu chefe, que por ela arriscou própria vida.

***

Achando-se em S. Paulo, aonde fora apaziguar os espíritos exaltados, D. Pedro recebeu notícias contristadoras de Portugal.

Se fosse, ficaria à mercê das Cortes, que o detestavam. Se ficasse, teria de aceitar a revolução, prestes a explodir.

Aderiu ao movimento, e pela sua alta graduação política foi convidado a chefiá-la, aproveitando o trabalho da Maçonaria, dirigida pelo fluminense Joaquim Gonçalves Ledo.

E daí o 7 de setembro. Poucos dias depois D. Pedro ainda não se julgava imperador ou Rei do Brasil, e sim um simples príncipe regente, leal súdito do Rei de Portugal, conforme sua declaração feita na carta de 22 de Setembro de 1822, mostrando-se apenas rebelado contra as cortes portuguesas.

Em sua carta de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio, carta que se acha na seção de manuscritos da Biblioteca, há este passo:

> "... o imperador está na melhor inteligência com o pai e ambos trabalham de comum acordo para a união dos dois Estados (Brasil e Portugal) e escravidão de ambos... Nas nomeações do Rio foi excluído o partido de Ledo, isto é, o maçônico; se ele tem alguma força talvez possa produzir algumas desordens que suspendam a sentença definitiva da escravidão do Brasil".

José Bonifácio, que conhecia perfeitamente o príncipe a quem servia, em carta ao conselheiro Drumond, apelidou D. Pedro I de "Pedro Malasartes[8]" (Manuscritos da Biblioteca, carta de 14 de Novembro).

E no próprio ato do reconhecimento de nossa independência por parte de Portugal, D. Pedro concedeu a D. João VI o direito de usar o título de imperador do Brasil.

E assim o Brasil teve ao mesmo tempo dois imperadores ao se tornar independente, conforme se verá nas primeiras cláusulas do Tratado de Reconhecimento.

[8]Malasartes: que ou aquele que tece intrigas, se mete em trapalhadas, pratica trapaças; encrenqueiro, trapalhão, burlador, malandro (NE)

Como se verificou a cena do Ipiranga?

Vão falar três testemunhas do grito famoso de "Independência ou Morte".

A belíssima tela histórica[9] de Pedro Américo e o impressionante alto relevo do escultor Ximenez perpetuam uma inverdade histórica.

Esses dois artistas representam Pedro I, de espada desembainhada, vestindo brilhante farda de festa, cavalgando fogoso corcel, na cena do – "Independência ou Morte" – em meio dos dragões de sua guarda, na colina do Ipiranga.

Entretanto, não se fez assim a cena histórica de nossa emancipação política. A verdade é a seguinte:

1°) Somente depois de ter proferido algumas palavras sobre a opressão das cortes portuguesas que o impeliam a proclamar a independência do Brasil, é que Pedro I ordenou ao seu ajudante de ordens, Tenente Canto e Melo[10], que se adiantasse e avisasse a sua guarda, postada nas proximidades de uma "venda", para se aproximar, relatando-lhe a sua resolução.

[9] No apêndice deste livro veja de onde Pedro Américo plagiou a tal tela (NE)

[10] Irmão de Domitila Castro, a Marquesa de Santos, amante de D.Pedro (NE)

Reunidos os membros da comitiva, o príncipe arrancou os laços portugueses do chapéu, atirando-os ao solo, e desembainhando a espada, no que foi imitado pelos militares presentes, jurou pela sua honra e pelo seu Deus que faria a liberdade do Brasil, saudando-a num caloroso viva.

E falou, ao arrancar o laço azul e branco:

"Amigos! Estão para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao Governo português! E aos topes que nos indicam como súditos daquela nação, convido-vos a fazerdes assim".

Toda a guarda o imitou, lançando ao chão o laço azul e branco que trazia no braço. Em seguida, D. Pedro gritou:

- Viva a Independência do Brasil!

- Viva a Independência do Brasil! Viva D. Pedro I, responderam com entusiasmo os presentes.

Os militares embainharam as espadas, os civis cobriram-se com os seus chapéus, e o príncipe, pondo-se à frente da sua guarda, voltou-se para os presentes e disse:

- Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será o dístico – "Independência ou Morte" – que substituirá o laço azul e branco decretado pelas Cortes.

Em seguida, firmou-se nos arreios, esporeou o animal em que montava e galopou em direção da cidade de S. Paulo.

Aí chegando, mandou o ourives Lessa fazer o dístico "Independência ou Morte", em letras de ouro, e, à noite, foi ao Teatro com esse dístico no braço, ao passo que os paulistanos se apresentaram com as cores verde e amarela, trazidas nos braços pelos homens, e nos cabelos pelas mulheres.

No teatro, foi saudada pelo Padre Ildefonso Xavier e pelo alferes Tomás de Aquino e Castro, a pátria brasileira, com os seguinte brados:

- *Independência ou Morte! Viva a independência do Brasil!*

Houve uma calorosa aclamação. Surgira Pedro I no camarote, cujas cortinas foram descerradas pelo ajudante de ordens, Tenente Canto.

O alferes Tomás de Aquino e Castro, professor e poeta, bateu palmas e recitou uma poesia de sua lavra, terminando com os seguintes versos:

> *"Será logo o Brasil mais que foi Roma,*
> *Sendo Pedro seu primeiro Imperador!"*

E o Padre Ildefonso, subindo em uma cadeira, gritou:

- *Viva D. Pedro I, Rei do Brasil!*

- Viva! Responderam todos.

2º) D. Pedro não cavalgava um fogoso corcel e sim uma besta baia gateada.

3º) D. Pedro não vestia um vistoso uniforme e sim uma simples e modesta fardeta de viagem.

Tal é o que resulta dos seguintes depoimentos de testemunhas oculares, importantíssimos para a reconstrução da jornada de 7 de Setembro de 1822:

1°) **Relato do Coronel Marcondes (Barão de Pindamonhangaba), comandante da Guarda:**

Ilmo. Sr. Dr. A.J. de Melo Morais
Tenho presente a carta de V.S. em que me pede alguns esclarecimentos sobre o ato da nossa independência no Ipiranga, a fim de exará-los na História do Brasil, de que é V.S. digno autor.

Com todo o prazer satisfaço a exigência de V.S. narrando-lhe aquilo que tenho lembrança, e que presenciei como testemunha ocular, e que o espaço de quarenta anos não tem apagado da minha memória. Seguirei a ordem dos quesitos propostos por V.S.

- Quanto ao 1° : *A que horas foi o Príncipe em passeio ao Ipiranga, em cuja ocasião deu o brado "Independência ou Morte"*

Respondemos:

Que vindo o Príncipe em regresso de um passeio que tinha feito à cidade de Santos, depois que subiu a serra, acompanhado somente por mim, recebeu nesta altura ofício ou cartas por um próprio, parando e lendo-os disse-me que as cortes de Portugal queriam massacrar o Brasil, continuando logo depois em sua viagem para a Capital de São Paulo, foi alcançado logo pela sua guarda de honra que havia ficado um pouco atrás, a quem o Príncipe ordenou que passasse adiante e fosse seguindo, e isso creio em conseqüência de achar-se o mesmo Príncipe afetado de uma disenteria que o obrigava a todo o momento a apear-se para prover-se; meia légua distante do Ipiranga, encontrou-se a guarda de honra com Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro, que perguntando à mesma pelo Príncipe, dirigiram-se ao seu encontro para entregar-lhe ofícios que traziam do Rio de Janeiro.

A guarda de honra parou no Ipiranga, à espera do Príncipe que, como já ficou dito, ficou atrás e com quem foram encontrar-se Paulo Bregaro e Cordeiro.

Após pouco tempo, chegou o Príncipe no Ipiranga, onde o esperava sua guarda de honra, a quem disse e aos da sua comitiva que as cortes portuguesas queriam massacrar o Brasil, pelo que devia imediatamente declarar sua independência, e arrancando o tope português

que trazia no chapéu, e lançando-o por terra, soltou o brado de Independência ou Morte: - o mesmo fez a sua guarda e comitiva, a quem o Príncipe ordenou que
trouxessem uma legenda com a inscrição "Independência ou Morte". Esta cena teve lugar às 4 e meia horas.

2° Quesito – *Se foi em conseqüência de uma carta de Antônio Carlos ou de Martim Francisco, que dizia - "o que se tem de fazer tarde, que se faça logo" – o que resolveu o Príncipe a dar o brado?*

Respondemos que ignoramos quais os motivos a dar o brado do Ipiranga, e só sabemos que foi em conseqüência de cartas e ofícios que recebeu da Corte e que se dizia serem da Imperatriz e de seu Ministro José Bonifácio.

3° Quesito – *Se o Príncipe depois que acabou de ler a carta a deu ao Padre Belchior Pinheiro de Oliveira ou a outra pessoa, e consultou o que devia fazer?*

Respondemos, ignoramos completamente o que se passou nesse ato, porque quando o Príncipe recebeu os ofícios de que foram portadores Paulo Bregaro e Cordeiro, nos achávamos, como fica dito, adiante do Príncipe, porém é de supor que este consultasse com o Padre Belchior a respeito, por isso que era o seu confidente e mentor.

4° Quesito – *Quais os verdadeiros motivos que levaram o Príncipe a São Paulo?*

Respondemos que apenas sabemos que esses motivos foram políticos.

5° Quesito – *Quem foram os causadores da perturbação da província ?*

Respondemos que suponho que os causadores da perturbação da província foram alguns membros do governo provisório, por isso que apenas o Príncipe chegou a S. Paulo, deportou-os dentro mesmo da província.

6° Quesito – *Quais os membros do Governo Provisório que se desavieram e perturbaram a marcha dos negócios públicos?*

Respondemos que dos membros desavindos e que perturbaram a marcha dos acontecimentos públicos, apenas lembro-me do vulto mais eminente e de quem muito se falava: Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, que foi deportado para Santos.

7° Quesito – *Em companhia de quem veio preso Martim Francisco para o Rio de Janeiro, e em que lugar fora da província de S. Paulo o deixaram?*

Respondemos: Martim Francisco dirigia-se para o Rio de Janeiro, preso, e sob a guarda do Major

de milícias José Fernandes, e foi solto logo que transpôs as raias da província de São Paulo, sendo preso o Major que o conduzia.

8° Quesito – *Quantos dias o Príncipe demorou-se em S. Paulo depois de 7 de Setembro de 1822?*

Respondemos que o Príncipe apenas demorou-se um dia.

9° Quesito – *Como ia vestido o Príncipe e em que cavalgava?*

Respondemos que o Príncipe ia vestido com fardeta de polícia, e se a memória não nos é infiel, cremos que cavalgava uma besta baia gateada.

10° Quesito – O que houve em S. Paulo na volta do passeio do Ipiranga?

Respondemos que na volta do Ipiranga para S. Paulo, que foi no mesmo dia em que soltou o brado da "Independência ou Morte". O que houve de notável e singular, foi de ser nessa noite no teatro, onde se achava o Príncipe, aclamado Rei do Brasil por um indivíduo de sua guarda de honra, que se achava junto ao Coronel Antônio Leite Pereira Lobo, Coronel João de Castro Canto e Melo, o criado particular João Carlota. No dia seguinte o Príncipe apresentou-se com

> uma legenda no braço em que estava escrito – "Independência ou Morte".

Creio ter satisfeito o quanto de mim coube o pedido que V.S. me fez, e resta-me o pesar de ter a mão do tempo riscado da minha memória muitos fatos e circunstâncias que porventura ladeassem o ato de nossa independência, porque quarenta anos se têm passado, e seria preciso grande fertilidade de reminiscência para não esquecer todas as minunciosidades que se deram por essa ocasião.

Aproveito o ensejo para respeitosamente saudar e cumprimentar a V.S. oferecendo-lhe igualmente o meu insignificante préstimo neste posto.

Sou com toda a estima e consideração de V.S. seu venerador.
Barão de Pindamonhangaba.
Pindamonhangaba, 14 de Abril de 1.862".

No preciosíssimo livro "*De D. João VI à Independência*"- escrito pelo Dr. Romeiro, genro do Barão de Pindamonhangaba, vem transcrito o relato desse titular, sobre as palavras proferidas por D. Pedro:

> "Havia de ser 4 horas mais ou menos. Vinha o Príncipe na frente. Vendo-o voltar-se para o nosso lado, saímos ao seu encontro.
> Diante da Guarda, que descrevia um semicírculo, estacou seu animal e de espada desembainhada, bradou:

- Amigos! Estão para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao Governo português! E aos topes que nos indicam como súditos daquela nação, convido-vos a fazerdes assim:

E arrancando do chapéu que ali trazia a fita azul e branca, arrojou-a no chão, sendo nisso acompanhado por toda a Guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhe deu o destino.

- E viva o Brasil livre e independente! Gritou D. Pedro.

Ao que desembainhando as espadas, respondemos:

- Viva o Brasil livre e independente!

- Viva D. Pedro, seu defensor perpétuo!

E bradou ainda o príncipe:

- Será nossa divisa de ora em diante – "Independência ou Morte".

(De "D. João VI à Independência", pág. 175).

2°) **Relato do Tenente Canto e Melo, ajudante de ordens de Pedro I:**

> "Por alguns dias demorou-se Sua Alteza nesta Capital (S. Paulo), recebendo a obsequiosa e magnífica hospedagem que lhe haviam preparado o Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o Coronel Antonio da Silva Prado, hoje Barão de Iguape, até que a 5 de setembro, dirigiu-se para Santos acompanhado pelo mesmo séquito com que chegara à capital, e mais o brigadeiro Jordão.
>
> Chegando ao Cubatão, ordenou-lhe Sua Alteza que voltasse, conduzindo ofícios que deveriam ser, quanto antes, remetidos ao Ministro do Reino; e, como levasse eu, ao regressar no dia 7, a notícia de que o Major Antonio Ramos Cordeiro, vindo do Rio de Janeiro, se achava em S. Paulo, sendo portador de despachos do Governo de Portugal e ofícios importantes, e dando disso parte à Sua Alteza, em caminho, onde o encontrei, na tarde desse mesmo dia, já no lugar denominado "Moinhos", resolveu apressar a marcha, em que vinha para a Capital, e o fez adiantando-se algum tanto dos que o acompanhavam. Ao chegar ao alto da colina próxima do Ipiranga, a três quartos de légua da cidade, encontrou o Príncipe ao Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os ofícios e cartas que lhe eram enviados pela Princesa Real e por José

Bonifácio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das intenções das cortes portuguesas, e comunicando-as aos que os rodeavam, depois de um momento de reflexão, bradou:

- É tempo!... Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!"
Em ato contínuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, o arrojou para longe de si, e desembainhando a espada, ele e os mais presentes prestaram o juramento de honra, que para sempre os ligava à realização da idéia generosa de liberdade.

A esse tempo vinham ainda a alguma distância alguns companheiros de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, anunciando-lhes a resolução tomada naquele momento.

O que feito, e exclamando todos: Independência ou Morte!, dirigiram-se à Capital com a maior velocidade. Ao passar o séquito pelas ruas da Glória e Santa Teresa, foi tão feliz nova por mim comunicada ao padre Ildefonso e ao Coronel Prado, que se achavam à janela, os quais respondendo às alegres saudações, que acompanhavam os recém chegados, a estes dirigiram-se logo, para melhor se informarem do que havia ocorrido.

Chegando ao palácio, fez imediatamente o Príncipe, em papel, um molde da legenda – "Independência ou Morte" – a qual, sendo levada por mim ao ourives Lessa, à rua da Boa Vista, serviu para que às 6 horas dessa tarde estivessem prontas as duas legendas com que o Príncipe e eu nos apresentamos ao teatro. Os da guarda de honra e muitos outros traziam no braço laços de fita verde.

Nesse ínterim compôs Sua Alteza o hino da independência, que na mesma noite devia ser, como foi, executado no teatro.

Logo que o Príncipe chegou ao camarim, e foram por mim corridas as cortinas, bradaram ao mesmo tempo, o alferes Tomás de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira: - Independência ou Morte! – o que foi repetido por todo o povo, com entusiásticos e prolongados vivas.

Neste momento o entusiasmo do povo tocou ao delírio, e por longo espaço foi tal a confusão e o rumor, que mal se podia distinguir o que havia. O povo, em massa, como um só homem, saudava nos transportes na mais intensa alegria o glorioso ato da nossa emancipação política.

Fez-se, afinal, ouvir o hino, no qual tomaram parte o Príncipe, Da. Maria Alvim, Da. Rita e outras senhoras.

Em seguida Tomás de Aquino bateu palmas e recitou uma poesia, concluindo nos seguintes versos por aclamar o Príncipe Imperador do Brasil:

- *"Será logo o Brasil mais que foi Roma, Sendo Pedro seu primeiro Imperador!"*

A este brado, inda mais se exaltando o geral contentamento, de todos os lados prorromperam alegres saudações, correspondendo a tão auspiciosa aclamação.

Houve então também vivas à lembrança de Tomás. Logo depois foi este de ordem do Príncipe por mim chamado ao camarim, e ali dignou-se Sua Alteza de testemunhar-lhe, com graciosas expressões, o agrado com que tinha assistido às suas patrióticas manifestações.

Houve ainda outras poesias recitadas por diversos, em cujo número uma sobre o mote – "Independência ou Morte" - atribuída à Sua Alteza, e outra do Dr. Secretário Manuel da Cunha, cujo mote era o seguinte:

- *"Ou ficar a pátria livre, Ou morrer pelo Brasil".*

Três dias depois partiu o Sr. D. Pedro para a Corte, onde chegou com cinco dias de jornada, tendo antes se despedido de seus bons amigos de S. Paulo com a conhecida proclamação de 8 de Setembro".

(Publicação do "Jornal do Comércio", transcrito no "Brasil Histórico", 1875).

3°) **Relato do padre Belchior, confidente do Príncipe:**

"O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princesa, outra de José Bonifácio e ainda outra de Chamberlain, agente secreto do Príncipe.
As Cortes exigiam o regresso imediato do Príncipe, a prisão e processo de José Bonifácio; a Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe ouvisse os conselhos de seu Ministro; José Bonifácio dizia ao Príncipe que só havia dois caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes, como estava D. João VI, ou ficar e proclamar a independência do Brasil, ficando seu Imperador ou Rei; Chamberlain informava que o partido de D. Miguel, em Portugal, estava vitorioso e que se falava abertamente na

deserdação de D. Pedro em favor de D. Miguel; D. João aconselhava ao filho obediência à lei portuguesa.
D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e amarrotando-os, pisou-os e lançou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois desabotoando-se e compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo à margem do riacho Ipiranga, agoniado por uma disenteria com dores que apanhara em Santos) virou-se para mim e disse:

- E agora, padre Belchior?

E eu respondi prontamente:

- Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, e outros, em direção aos nossos animais, que se achavam, à beira da estrada. De repente estacou, lá no meio da estrada, dizendo-me:

- Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta. As Cortes nos perseguem, chamam-me com desprezo de "rapazinho e de brasileiro". Pois verão

agora quanto vale o "rapazinho". De hoje em diante estão quebradas as nossas relações, nada quero mais do Governo português e viva a liberdade do Brasil.

Respondemos imediatamente:

- Viva a liberdade! Viva D. Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante de ordens e disse:

- Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência do Brasil, com a separação de Portugal.

O Tenente Canto e Melo cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da guarda e com ela veio ao encontro do Príncipe, dando vivas ao Brasil independente, a D. Pedro e à Religião!

O Príncipe, diante de sua guarda, disse então:

- Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!

E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão, dizendo:

- Laço fora, soldados! Viva a Independência e a liberdade do Brasil!

Respondemos com um viva ao Brasil independente e viva a D. Pedro !

O Príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram os chapéus. E D. Pedro disse:

- Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.

- Juramos, respondemos todos!

D. Pedro embainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos:

- Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será o dístico "Independência ou Morte", e as nossas cores verde e amarelo, em substituição às das Cortes.

Firmou-se nos arreios, esporeou sua bela besta baia e galopou, seguido do séquito, em direção a São Paulo, onde foi hospedado pelo brigadeiro

> Jordão, capitão Antônio Silva Prado e outros, que fizeram milagres para contentar o Príncipe. Mal apeara a besta, D. Pedro ordenou ao seu ajudante de ordens que fosse às pressas ao ourives Lessa e mandasse fazer um dístico em ouro com as palavras – "Independência ou Morte", para ser colocado no braço.
>
> E com ele apareceu no espetáculo, onde foi chamado de Rei do Brasil pelo meu querido amigo alferes Aquino e pelo meu colega padre Ildefonso. No teatro, por toda a parte só se viam laços de cores verde e amarela, tanto nas paredes, como no palco, nos braços dos homens e nos cabelos e enfeites das mulheres".
>
> *("O Grito do Ipiranga", 1826, carta do padre Belchior).*

Dos três depoimentos, o mais importante e o mais fiel, o mais verdadeiro, é incontestavelmente o do padre Belchior,

Não só por ter sido publicado logo depois do fato, como também por ser ele o confidente e o mentor de Pedro I.

Vimos o grito do Ipiranga descrito pelo comandante da Guarda, pelo ajudante de ordens, e pelo confidente e conselheiro de D. Pedro.

Vejamos agora o perfil do nosso 1° Imperador, feito magistralmente pelo maior de todos os

historiadores de nossa pátria, que é incontestavelmente o incomparável Rocha Pombo:

No meio das facções que aparecem no dia seguinte ao da proclamação da independência, encontra-se D. Pedro como se tivesse voltado a si de todos aqueles entusiasmos com que fizera o seu papel até o momento da vitória.

Agora é que ele se vai revelar a todos os que até ali só o conheciam com o fautor da grande causa. Agora entra em cena o homem tal como era – leviano, inconstante, caprichoso e obstinado, com os seus vícios e virtudes de herói fora do seu tempo, a acender em vez de reprimir discórdias.

Para o transe do rompimento com a metrópole tornara-se com efeito o príncipe um chefe de capacidade admirável: os seus próprios defeitos fizeram-se grandes qualidades para aquele pleito, em que tudo teria de fazer-se mais com astúcia e perfídia, com decisão e temeridade, do que com sabedoria.

Para a função de organizar o Estado, no entanto, faltava-lhe tudo. Não tinha, para tarefa de semelhantes proporções, nem ao menos a segurança de uma orientação normal do seu tempo.

Quando a Corte se retirou, contava D. Pedro apenas 23 anos de idade. Não tinha uma educação que correspondesse à sua alta condição social.

Não convivera sequer com os melhores espíritos daquela época, passando toda a sua primeira mocidade no meio dos amigos.

Até 1821 andara de todo alheio a negócios públicos, mal conhecendo os homens do governo. Pode mesmo dizer-se que ele cresceu nas ruas, nos clubes, nas festas, nas aventuras alegres.

Ponha-se agora esta figura em contraste com aquela mocidade de transição, formada durante a colônia, e tendo, com a presença da própria Corte, aprendido as últimas lições do seu noviciado.

Para fazer-se uma idéia do que era o espírito público em 1821, não precisamos de mais que sentir bem no meio de que angústias viveu aqui o pobre D. João nas vésperas de embarcar.

Muitos eram os fatores que tinham concorrido, desde alguns anos, para aquela crise do sentimento geral.

Primeiro, aquelas vicissitudes que haviam abalado o trono, e as instituições que ele representa.

Em seguida, a incapacidade dos áulicos, fechados no seu obscurantismo, sem nada entender do que se passa no mundo.

Depois, o orgulho que exaltou os filhos da terra, ao tomar aqui a proteção da realeza desventurada.

E mais do que tudo isso, a tendência americana, que vivia já na alma popular, e que a presença da Corte estimulou e fortaleceu. Estas florestas, estas montanhas, estas baías, estes céus, andavam desde há muito falando insidiosamente ao espírito renovado da raça.

Em tal meio, D. Pedro, mesmo que fosse capaz de encarar discretamente a vida, tinha de ser liberal: esquecer-se um pouco de si mesmo, e adaptar-se ao momento, era o único processo, expedito e seguro, de se fazer aceito e querido.

Ninguém se engana, no entanto. O liberalismo do príncipe é muito contrafeito e inconsistente, provinha mais dos seus cálculos e da facilidade do seu ânimo, que da sua razão e da sua consciência.

Nele estaria já muito diluído aquele sangue de D. João VI; mas com certeza a sombra do Rei tenebroso, lá no paço de Queluz, pairou por longo tempo sobre o berço do futuro imperador, e transmitiu-lhe ao espírito a tara da tradição absolutista.

Como é que isso havia de eliminar-se tão subitamente? O espírito liberal de D. Pedro é, pois, muito frágil.

O velho instinto disfarçava-se-lhe apenas sob umas tantas aparências de alma nova. Com todas aquelas espetaculosas ostentações de paixão pela causa do Brasil, sabe ele muito bem que leva galhardamente o seu destino.

Passada, porém, aquela fase, no dia em que a vitória lhe esfriou os incendimentos, é que ele sentiu como andava divorciado dos brasileiros, e teve de entrar com o sentimento nacional numa colisão de que só ele saiu perdendo.

Há um processo muito simples de fazer a psicologia deste homem como político, e que consiste em estudar e entender direito as cartas que ele escreveu ao pai.

Em todas, desde as primeiras, revela a fina astúcia com que prepara o espírito do monarca doloroso, para fazê-lo seu cúmplice no intento de enganar as cortes.

D. João estava reduzido a toda a sua tristeza de Rei Lear, abandonado por todos, principalmente dos seus próprios; mais sombra de homem do que homem; dementado de uma vez pelos seus infortúnios. O mísero agora só é pai: foi o único instinto que a desgraça lhe deixou no sangue.

No espanto em que o traziam as vicissitudes, aquele ser lacerado só vive, dir-se-ia, para os gritos da angústia paterna, gritos quase inconscientes, que lhe irrompem da alma neutralizada como o derradeiro sinal de grandeza que nela deixaram os tufões do destino.

Contando com aquele pai, tornou-se, portanto, muito fácil ao príncipe amanhar o terreno junto às Cortes. Todo o ano de 1822 como o resto de 1821, foi uma longa e hábil conspiração.

O filho dizia-lhe daqui umas coisas para ele estranhas; falava-lhe uma linguagem que ele não podia entender.

Primeiro, enquanto cuida de prevenir-se, está na sua função de Regente, ao lado da majestade obediente às Cortes. Assim que se sentiu pronto e acautelado foi fazendo sentir ao Rei que a assembléia está tornando a monarquia incompatível com o Brasil, e que este, "por fidelidade", está deliberado a resistir e até afrontar as Cortes, divorciadas da alma portuguesa e da causa da dinastia.

Bem se vê que para D. Pedro, o pensamento capital era vencer; tudo o mais era secundário. Para ser ouvido dos brasileiros, falava-lhes muito em "liberdade"; aos portugueses de cá, falava sempre em "justiça".

Mas essa justiça e essa liberdade haviam de andar muito dóceis ao talento do patrono. E tanto assim que no dia em que julgou não ser necessário mais iludir a ninguém, tudo foi esquecido: a sua vontade, os seus impulsos puseram-se em conflito com os princípios e as idéias que proclamara.

Para colorir, com a feição psicológica do homem, o perfil do político, bastaria acrescentar muito pouco.

Ele foi, como homem, o que ficou sendo como Rei: um estouvado na vida; mas um estouvado forte e decidido, quem sabe quanto vale a estúrdia quando se tem sobre os homens a autoridade indiscutível que se funda no prestígio da tradição e do grande papel que se tem no drama do mundo.

Até aquela familiaridade um tanto desbragada, que ele sabia, no convívio doméstico, pôr um equilíbrio com os ares augustos; aquela clemência bem medida, aquela coragem temerária de espetáculo; todas aquelas leviandades que lhe encheram a vida, e com que temperava os ímpetos estultos – tudo isso produzia, no ânimo dos que o cercavam, efeitos mágicos, pois todos bem sentiam que não há nada, neste mundo, tão cativante como um gesto bom que vem da mesma altura de onde podem cair fulminações de morte.

Por isso mesmo é que D. Pedro, tendo sido afinal tão detestado entre os políticos, pôde fazer alguns amigos, que lhe foram fiéis até o fim.

Enquanto que o segundo imperador – espírito discreto e sereno de sábio; grande alma paternal desde os vinte anos; consciência indefectível de juiz até na desgraça; que viveu, pode-se dizer, Condescendendo e perdoando – não se sabe se teve amigos... a não ser o coração anônimo de todo o mundo.

Parece que é o suficiente para termos uma primeira idéia da figura com que se vai encontrar aquela geração.

15 - Os Evangelizadores do Brasil

Para o domínio de si próprio, Inácio de Loiola criou um método maravilhoso ao qual chamou Exercícios Espirituais. Tais exercícios constituem um "prodígio de psicologia, uma assombrosa ginástica da alma" consoante a apreciação de notável sociólogo patrício.

Para Loiola, em cada ser humano devem existir perfeitamente separados os dois "eus" da criatura humana: o "eu" psíquico e o "eu" físico.

O primeiro é a alma que governa através da vontade inflexível; o segundo é o corpo que obedece cegamente – *perinde ac cadaver*.

Foi com esse maravilhoso critério que um capitão espanhol, mutilado e vencido, aos 31 anos de idade, idealizou e realizou uma das mais admiráveis instituições humanas, que absorveu e empolgou um mundo civilizado, dirigindo forças formidáveis em que se conjugavam os esforços de vassalos e Reis, ao mesmo tempo.

Em um surto de magnífica eloquência, disse Eduardo Prado que a vontade é um imã e a força de caráter uma atração irresistível. Em verdade, *quando aparece um homem dotado dessas energias latentes e invencíveis, agrupam-se*

fatalmente em redor dele os elementos de que precisa para a sua obra.

E foi pela vontade férrea que o obscuro oficial espanhol preparou a admirável instituição conhecida por Companhia de Jesus.

Mas quem foi Inácio de Loiola?

A História responde: foi um fidalgo, foi um soldado e foi um santo.

No princípio do século XVI, em pleno período da Renascença, a Europa ansiava na crueza de duas lutas terríveis, em que se digladiavam Carlos V e Francisco I, pela conquista de terras e glórias, enquanto Paulo III e Lutero batalhavam em porfias espirituais, conquistando almas.

De um lado, os lises de Francisco I, Rei de França, unidos por uma aliança tácita aos crescentes de Solimão, o grande senhor de Constantinopla. De outro, a águia imperial de Carlos V em decidida e valorosa aliança às chaves de S. Pedro.

O sangue alagava abundantemente as planícies de Flandres, do Reno, da Itália, da Espanha.

Enquanto, de espada em punho, Carlos V e Francisco I manobravam os seus infantes e cavalarianos, o Papa Paulo III e o protestante Frei Lutero discutiam pontos de fé.

- *"O homem é salvo pelos méritos de Jesus Cristo, mas Deus é recebido na Fé e nas boas obras, cujos méritos elevam à graça",* dizia Paulo III.

- *"A alma humana evola-se para a perpétua bem aventurança por uma predestinação eterna, pelos méritos divinos de Jesus Cristo e pela sua graça; são inúteis para a salvação a prática das boas obras e a cultura das virtudes do Evangelho",* doutrinava Lutero.

Nesse tempo, a cidade espanhola de Pamplona foi sitiada pelos franceses. A população dessa cidade dos Pirineus espanhóis, apesar dos rogos de seu comandante, o Capitão Inácio de Loiola, rendeu-se aos inimigos.

Mas o fidalgo, com os bravos que o acompanhavam, entrincheirou-se na fortaleza, sobre a qual a artilharia francesa despejava projéteis. Uma bala, ricocheteando na muralha desmantelada, quebrou as duas pernas do capitão.

Sem chefe, a guarnição rendeu-se. Os franceses respeitaram e honraram a coragem do ferido, que se transportou para o seu castelo de Loiola e Onás.

Loiola tinha então 31 anos e a glória para ele se resumia *no fulgir da espada e nos sorrisos das mulheres.* As feridas fechavam-se aos poucos e o bravo capitão quis passar o tempo em leituras.

Pediu livros e levaram-lhe a "Vida de Cristo" pelo frade cartuxo Ludolfo e a "*Vida dos Santos*".

Lendo e meditando, o guerreiro, de vez em quando, ouvia ao longe o toque vibrante dos clarins de tropas que passavam.

Afinal a cura se fez, mas as pernas recém soldadas entravavam o passo ao brioso oficial, cujo garbo antigo se substituíra por um andar desaprumado e grotesco.

Humilhado, vencido pelo desgosto de semelhante cura, fez vir à sua presença os melhores cirurgiões do seu tempo e, risonho, mandou que se lhe quebrassem de novo os ossos para que, reajustados, pudessem recobrar a disposição natural. A natureza, às vezes pródiga, foi-lhe hostil. Persistiu em ferir-lhe a vaidade.

Habituado a mandar, espírito eminentemente combativo, Inácio não se conformou e quis continuar a lutar, mudando apenas as armas de combate e o campo de batalha.

Sugestionado pela leitura que fizera e animado pelos exemplos de tantos batalhadores da fé, ele um dia exclamou num instante de crise psicológica, como diria um materialista, ou de graça salvadora, como explicaria um espiritualista católico.

- Seriam de pedra ou de bronze esses santos? Seriam eles insensíveis a tantos tormentos? E se eram homens como eu por que não poderei fazer o

que eles fizeram? E demais, quem poderá me dar o mundo em troca de serviços que eu lhe prestar?

E foi então que ideou a "Companhia de Jesus", ordem destinada a instruir os homens na fé, tendo por base a obediência. E no transcorrer de sua vida, percorreu as estradas da Espanha, da França, da Itália, da Flandres, da Inglaterra, da Terra Santa sofrendo fome, doestos, prisões.

Aos 32 anos começou a aprender latim e gramática, passando depois à filosofia e teologia. Estudou na escola de Barcelona, nas Universidades de Alcalá, de Salamanca, de Paris, levando vida de estudante e de santo.

Em Paris, Inácio encontrou seis homens da valor: Pedro Lefréve, de Genebra; Francisco Xavier, fidalgo Navarrez, orador brilhantíssimo, que, na flor dos anos, já era professor de filosofia, eloqüente e aplaudido.

Inácio esperava a Xavier na ocasião de seus maiores triunfos e dizia-lhe: "*De que serve ao homem ganhar todo o universo, se vier a perder a sua alma?"* Esta frase levou Xavier a abandonar todas as glórias do seu talento e a seguir Inácio.

Ganhou, depois, os espanhóis Laynez, Salmeron e Bobadilla e, por último, o fidalgo português Simão Rodrigues de Azevedo.

No dia 15 de Agosto de 1534, na capela subterrânea da Igreja de Montmartre, reuniram-se aqueles sete homens para assinalar, numa

cerimônia religiosa, o seu propósito de, unidos, trabalharem pela reforma do mundo. Só um deles era sacerdote: Pedro Lefréve. Foi o celebrante daquela missa.

As "novidades da Alemanha", expressão que então designava o protestantismo, haviam penetrado em toda a Europa; a Inglaterra renegava Roma; a Suíça, o Piemonte, a Sabóia eram invadidas pelas doutrinas de Zwinglio. O calvinismo alastrava-se de Genebra por grande parte da França e na Itália, já a Corte de Ferrara havia abraçado a religião nova.

As forças do catolicismo e do protestantismo estavam equilibradas; os protestantes tinham a superioridade da sua posição de atacantes. A Igreja mal se defendia e a crise parecia dever terminar pela queda da religião católica.

Depois de sua separação em Paris, novamente os seis companheiros se reuniram em Veneza, e no norte da Itália. Os novos sacerdotes pregavam nas ruas, curavam os doentes nos hospitais e rebatiam os argumentos dos protestantes.

Apesar de terem feito voto de se encontrarem na Terra Santa, não o conseguiram e em 1538 reuniram-se em Roma, prosternando-se diante de Paulo III.

Inácio de Loiola propôs que aos votos de pobreza e castidade feitos em Paris, uma vez fundada a nova ordem religiosa, fosse acrescentado o de

obediência, para, dizia ele, "*eternizar além de nossas vidas o laço de caridade que nos une*".

Estudavam aqueles utopistas a base da nova ordem, discutiam os seus termos e adotavam por maioria de votos as suas cláusulas.

Foram elas sujeitas ao Papa – que as submeteu ao juízo de três cardeais. Entenderam estes que era inconveniente a criação de uma nova ordem religiosa.

Debalde lembraram-lhe os grandes benefícios feitos por outras ordens e a verdadeira reforma social e religiosa que no século XII haviam feito as ordens de S. Domingos e de S. Francisco.

Dizia o Cardeal Giudiccioni que uma ordem religiosa acaba sempre degenerando e tornando-se mais nociva do que fora útil nos tempos do seu fervor primitivo.

Dispersou Inácio seus companheiros, ordenando-lhes que fossem pregar às cidades da Itália. Lefréve regenerou a cidade de Parma; Laynez fez o mesmo em Placência; Rodrigues em Siena; Bobadilla no Reino de Nápoles e os demais imitaram-nos com igual sucesso em vários outros pontos.

Antes, porém, de se separarem, deixaram todos por escrito que, no caso da sua Companhia se transformar um dia em ordem religiosa, os votos já desde então se considerariam feitos.

Foi nessa época que o Rei de Portugal, D. João III, pediu ao Papa que mandasse a Portugal alguns dos companheiros de Inácio para evangelizar as Índias Orientais.

Partiram para Lisboa, Francisco Xavier e Simão Rodrigues. Assim se pode dizer que antes de terem existência canônica, os jesuítas começaram sua missão. Foi então que a notícia dos trabalhos dos companheiros de Inácio e o reconhecimento dos seus grandes serviços mudaram os desígnios do Cardeal Giudiccioni e, finalmente, a 27 de Setembro de 1540, o Papa erigia a Companhia de Jesus em ordem religiosa, aprovando o seu nome e sua forma.

Depois de meditar sobre um artigo da sua Constituição, Loiola escrevia as razões que militavam em favor desse artigo tal qual ele o concebera e feito isso escrevia também razões contrárias.

Assim, quando se tratava de saber se as igrejas da Companhia deviam ter patrimônio próprio ou ser mantidas pela caridade dos fiéis – achou Loiola (e consignou-as num papel que hoje ainda existe) oito razões em favor de um dos alvitres e quinze em favor do outro!

"*É próprio do homem superior discutir consigo mesmo",* dizia ele. E foi assim que triunfou, *ad majorem Dei Gloria.*

Os filhos espirituais de Loiola foram os sacerdotes que apareceram nos princípios de nossa história

como evangelizadores dos indígenas, cuja liberdade defenderam com denodo e perseverança, enfrentando, heroicamente a crueza dos bandeirantes.[11]

[11] O que aqui ficou é o resumo que fizemos de uma "Vida de Loiola", escrita por um dos mais notáveis escritores da literatura moderna. Realmente, a vida de Loiola é uma bela página da História Universal, e daí a idéia desta crônica, feita especialmente para um jornal católico e por ele publicada há anos.

16 - O Romance de Lady Arabela

Em 1462 um anônimo traduziu em inglês o poema italiano "Romeo e Julieta", escrito por dois poetas medíocres: Luigi Porta e Bandello. Essa tradução inglesa, lida por Shakespeare, sugeriu-lhe uma adaptação teatral, destinada a um grande sucesso.

Sabe-se hoje que William Shakespeare foi um admirável psicólogo, um profundo conhecedor da alma humana. Antes de escrever uma peça, lançava os olhos para a sociedade de seu tempo e dela retirava os tipos desejados. E, através de um estudo genial, apresentava-os ao público.

Assim é que pôs no palco César, Coriolano e Marco Antonio, sob temperamentos genuinamente ingleses, muito distanciados daqueles que nos foram revelados pela prolixidade de Tito Lívio ou pela concisão impressionante de Plutarco. E assim, César, Coriolano e Marco Antônio são meros retratos de ingleses sob a máscara romana.

Os ingleses, assevera Tobias Barreto, em todos os tempos levaram vantagem às outras nações no gosto e no talento de copiar a vida real com uma fidelidade fotográfica.

Em verdade, os tipos de Shakespeare são verdadeiros retratos, exatas estereotipias da gente do seu tempo.

Romeu, Falstaff, Schilock e Hamlet, fotografias admiráveis de uma lei psicótica incontrastável, continuam a viver nos tempos atuais, porque a alma humana, em sua Generalidade, tem o quádruplo aspecto de Romeu, Schilock, Falstaff e Hamlet.

O trágico inglês, como todo o gênio, não se submeteu às normas literárias do seu tempo cheio de helenismo. Seus personagens são o produto exato da tara que herdaram, do meio em que viveram, da culpa que praticaram, isso tudo tão bem imaginado e estudado, que em cada herói shakespereano encontramos a força do destino impregnando o caráter e a força do caráter impregnando o destino.

Essas duas prensas formidáveis, destino e caráter, que comprimem desde o princípio do mundo, e continuarão até o fim a comprimir a alma humana, delineando a psico-objetividade da vida, foram o maquinismo de que se serviu William Shakespeare na concepção e execução de suas peças, e que quatro séculos depois também foi manejado por outro gênio saxônio – Heinrich Ibsen.

A personagem shakespereana é de tão profunda observação, que somente a filosofia moderna, pôde compreendê-la em sua essência e explicá-la como suprema verdade, consoante o grande e

imortal filósofo Fuerbac: *"A Verdade não é nem o materialismo, nem o idealismo, nem a psicologia; e Verdade é a antropologia".*

E parece impossível que essa ciência nova e assombrosa tivesse sido adivinhada e servido de base para um ator inglês escrever tragédias em versos de ouro, vazados sobre um fundo de rutilante verdade científica.

Em cada herói shakespereano enxergamos um grupo indiviso, constituído por uma locomotiva e um maquinista: a locomotiva é o corpo, o "eu" objetivo; o maquinista é a alma, o "eu" subjetivo.

A máquina si de uma estação inicial e deve chegar a uma estação terminal. Do maquinista depende o cuidado das manobras, a rapidez da marcha, a suavidade da chegada.

Mas, a estabilidade dos trilhos, a limpeza da estrada, o desimpedimento da linha não dependem do maquinista. Tampouco dele depende a imperfeição da máquina que pode inutilizar seus esforços.

E para que uma viagem se efetue de princípio ao fim sem acidentes, será mister que maquinista, máquina e estrada sejam bons. Em caso contrário, sobrevirão desastres, ou por imperícia do maquinista, por imperfeição da máquina, ou por intransitabilidade da estrada, ou por todas essas coisas reunidas.

Pois, quem estudar Shakespeare perceberá de que era essa a sua concepção sobre a vida humana. O homem nasce com qualidades físicas e psíquicas herdadas; cresce, vive e luta sob a coação da sua alma, da sua natureza.

Entretanto, se considera e se julga livre, e, em tal persuasão, vive; mas suas ações não passam de atos reflexos, corolários naturais, dependentes do corpo e do meio em que esse corpo se encontra. E, na verdade, a paixão é o corolário lógico e infalível das condições da alma, do corpo e do meio.

Haverá, por exemplo, pena que possa retratar, com tamanha perfeição, um caráter humano como o de Ricardo III, bosquejado, traçado, colorido em um simples monólogo?

Esse monarca comete um crime sem que sequer uma única circunstância secundária lhe obscureça a ação criminosa.

Reúne todos os fatos em uma reconstrução terrífica, julga-os em conjunto, depois, um por um, os caracteriza e inquire sua origem. Reúne em si, ao mesmo tempo, quatro entidades diferentes: acusador, acusado, defensor e juiz.

E, acusando, relatando, defendendo e julgando um crime hediondo, ele representa a eterna ansiedade humana, acorrentada ao rochedo de Prometeu.

***

Agora que vimos como Shakespeare apresentava ao público seus personagens, estudemos a sua Julieta, que teve existência real, que foi uma princesa da Inglaterra.

Julga-se geralmente, diz Haliwell ("*Life of Shakespeare*"), que o grande poeta aproveitou todas as peripécias do poema italiano de Luigi Porta e Bandello, apresentando ao público, em versos alambicados, um enredo de amor inverossímil, uma pieguice qualquer, propícia ao sentimentalismo dos meridionais. Entretanto, acrescenta, quão errôneo é esse juízo superficial.

Aquele suave romantismo, cantado em versos sentimentais por Julieta e Romeu, é, apenas, uma tradução fiel dos devaneios de amor, tão naturais na época quinhentista, em que brilhou Shakespeare.

E esse enredo, para muitos inverossímil, nada mais é do que, "*mutatis mutandis*", um episódio comoventíssimo, desenrolado não em Verona, como conta o poeta, mas na própria cidade de Londres, na mesma ocasião em que a tragédia era posta em cena. Apenas havia um símile entre o enredo do poema italiano e o da tragédia londrina.

Foi por isso que, representada a primeira vez, causou um sucesso assombroso, e verificada a semelhança moral entre Julieta e Lady Arabela Stuart, a mais linda de todas as damas de honra da rainha Elizabeth de Inglaterra, teve a peça Romeu e Julieta de ser interditada por algum tempo, enquanto o censor real procedia a uma

leitura demorada e a uma análise minuciosa, terminando por entregá-la ao poeta com ordem formal de modificar o desfecho da tragédia.

De fato, diz um crítico inglês, Shakespeare terminava o Romeu e Julieta pelo banimento do namorado e suicídio da namorada.

O 2º filho de lord Northumberland, perdido de amores por Lady Arabela, matara em duelo o rival, neto do famoso Conde de Lenox e foi, por isso, banido da Inglaterra.

E assim, obrigado pelo censor real, para que se afastasse a alusão ao duque de Northumberland, o poeta faz morrerem ambos os amantes, sossegando a susceptibilidade da célebre rainha celibatária, que faleceu aos 80 anos, tendo vivido dissoluta e criminosamente, e sendo sepultada em túmulo real, adredemente preparado, em que se lia o seguinte epitáfio: "*Aqui jaz a mais pura das mortais*".

A Julieta de Shakespeare é, pois, o estudo perfeito de uma histero-amorosa do tempo de Elisabeth. Quando em 1599, foi representada a tragédia Romeu e Julieta, brilhava na Corte de Inglaterra essa jovem de beleza fascinante, Lady Arabela Stuart de Lenox.

Descendia, pelo lado materno, de sangue real, e pelo lado paterno, da mais nobre família inglesa. Recebera finíssima educação literária, coisa muito rara naqueles tempos. Contava, em 1599, apenas

24 anos, e até então sua vida tinha sido um verdadeiro romance.

Mal completava 16 anos quando foi prometida em casamento ao primo Esne Stuart. Lady Arabela acedeu ao desejo da família.

Entretanto, o duque de Sabóia, então em Londres, ao conhecê-la, dela se enamorou doidamente. Desejando-a como esposa, conseguiu que a rainha Elisabeth retardasse o casamento de sua dama de honra. Foi aí que entrou em cena o Romeu da tragédia, encarnado no ultra-romântico John de Northumberland, 2° filho do Duque do mesmo nome.

É conhecido por todos que conhecem a história inglesa a inimizade havia séculos existente entre as duas casas: Lenox (de Lady Arabela) e Northumberland (de Sir John).

O jovem namorado, sem convite, compareceu mascarado a um baile de fantasia que se realizava no velho palácio dos Condes de Lenox.

Cortejou Lady Arabela, dando-se a conhecer, e a linda Stuart, impelida pelo temperamento hereditário de histero-amorosa, que tantos sofrimentos e tantas tragédias já produziram na família Stuart, deixou enlevar-se pelo arrojo de seu galanteador.

Esquecendo velhos ódios de família, num instante se tornou apaixonada de um Northumberland, com quem, pouco tempo depois, se casou,

secretamente em uma igreja católica, das muitas que então existiam clandestinamente na capital inglesa, fugindo, assim, ao ódio de intransigente e doentio puritanismo, que obcecava a alma estéril da Rainha Elisabeth.

Descobertos os amores de Sir John e de Lady Arabela, o orgulhoso e valente Northumberland foi insultado pelo prometido esposo e primo de sua mulher clandestina, e, ao insulto, respondeu com uma fatal estocada.

A Rainha indignou-se com essa história amorosa de sua dama de honra e mandou prender Sir John, encerrando-o na Torre de Londres. O caso Northumberland-Lenox foi entregue à Justiça Pública.

E viu-se de um lado, a família Stuart pedindo vingança e de outro os duques Northumberland implorando a clemência da soberana.

Sir John foi Condenado à prisão perpétua; mas a soberana comutou a pena em degredo, com a ameaça de morte se o mancebo retornasse à Grã Bretanha.

No meio de um punhado de fidalgos católicos, numa velha nave, o Romeu da tragédia londrina partiu para a colônia inglesa da América, hoje Estados Unidos, que então se constituíra o refúgio dos protestantes da França e dos católicos da Inglaterra, submetidos a uma cruel perseguição por parte de seus respectivos soberanos.

Desesperada com o desfecho trágico de seus funestos amores, Lady Arabela tentou matar-se dentro do próprio palácio real, e, ou porque Deus a destinasse a sofrimentos maiores, o caso é que a morte respeitou a beleza, a mocidade e o coração saturado de ardores amorosos, da infeliz Arabela.

Aqui termina a primeira fase da vida dessa jovem.

Essa história impressionou vivamente o espírito da fria Londres. Shakespeare, arguto retratista da alma social, aproveitou a oportunidade para pôr no palco o poema de Porta e Bandello, estudando, porém, os dois personagens ingleses, pois o símile era quase perfeito, despertando, destarte, a atenção do público, sem ferir as susceptibilidades nobres dos Lenox e Northumberlands.

O grande trágico que conviveu pessoalmente com os protagonistas da tragédia, revelou qualidades assombrosas de observador, e conheceu tão bem a temperatura histero-amoroso da Lady apaixonada, que a vida desta, na segunda e última fase, confirmou, plenamente, o julgamento shakespereano.

De fato Lady Arabela não soube conservar-se fiel à lembrança de seu amado, como muitas Julietas modernas, no dizer jocoso de um escritor, ainda o fazem hoje: "*ou ele ou... um outro*".

O sangue derramado com a incerteira punhalada pareceu ter-lhe dado mais fogo ao coração. Desterrado Sir John, cicatrizada a ferida do peito,

a ardente Lady Arabela não conseguiu sufocar seu temperamento.

Como castigo, imposto pela sua Rainha e pela sua família, punindo-a de sua leviandade, ela foi Condenada ao celibato, e encerrada no palácio de Lenox, sempre vigiada por uma terrível aia, que nunca lhe perdoava.

Pois, mesmo assim, das suas janelas e dos seus jardins, conseguiu ver, enamorar-se e seduzir um nobre vizinho, Sir William Seymour, Duque de Somerset, amigo devotadíssimo dos Lenox-Stuart.

A peso de ouro a aia-vigilante se humanizou e se tornou protetora dos amores de Arabela.

Não podendo casar-se publicamente, ela, de novo, deu ensanchas ao seu temperamento romântico: fez um casamento secreto com Seymour. Mas, tudo se descobre, e o casamento foi denunciado.

As iras reais caíram sobre os dois namorados; ele foi preso e Condenado à prisão perpétua, na Torre de Londres, e ela encerrada, para toda a vida, no negro, lúgubre e célebre castelo de Durhan.

Os amigos de Seymour, entretanto, projetaram a fuga de ambos e, combinando-a para um mesmo dia, 3 de Julho de 1610, deram-lhes, à custa de muito ouro, muita dedicação e muito arrojo, a sonhada liberdade.

Seymour atravessou a mancha e foi para a Flandres; mas Lady Arabela, quando seguia para o mesmo destino, foi presa.

Encerrada numa horrível cela da Torre de Londres, aí enlouqueceu de desespero e, diz o cronista desse tempo, que escreveu as suas aventuras, - "*morreu duma loucura do coração*!"

Essa romântica e amorosa inglesa deixou admiráveis cartas sentimentais, que enriquecem e brilham na literatura inglesa, revelando uma inteligência aguda, um espírito culto, e um coração torturadíssimo pelas chamas do amor.

Pois foi essa mulher que Shakespeare estudou e que faleceu um ano antes dele (1615).

Esse temperamento histero-amoroso muito comum em todas as mulheres da família Stuart, e que se revelou com intensidade na trágica rainha Maria, foi tão bem estudado, que só por si seria o suficiente para imortalizar o poeta.

O retrato de lady é tão fiel, tão vivo, tão exato, tão perfeito, que nele a psiquiatria moderna enxerga um caso típico de tara mental, a antropologia um espécime de atavismo interessante, a psicologia um exemplar admirável de anormalidade psíquica, a sociografia uma vítima revoltada da insânia social, a medicina uma doente incurável pela fatalidade do nascimento, a religião uma criatura que paga a culpa ancestral.

E a massa popular, ignorante, fria e cruel, que vê nessa extraordinária personagem de Shakespeare? Apenas, uma louca de amor...inverossímil.

E aí está a tragédia real que impressionou Shakespeare, constituindo uma sombra nas páginas da história inglesa.

Há tempo, um filósofo alemão fez um estudo minucioso e sério sobre o "Romeu e Julieta". Esse notável e paciente filósofo, Edward von Harttmann, não se conformou, absolutamente, com o ponto de vista dos críticos de Shakespeare que vêem, na concepção do poeta, o objetivo de estudar o ideal e a força do amor, pois, diz ele, tal juízo é falso e errôneo por serem opostos, completamente opostos, os ideais amorosos dos latinos e dos germânicos.

Entretanto, esse conceito emitido por uma das grandes cerebrações do mundo alemão, é indiscutivelmente pecável, porque, se em verdade houver um modo diferente de se amar nos latinos, e outro nos germânicos, haverá também certa modalidade de amor, que é uniforme, ou se manifesta com os mesmos fenômenos mórbidos, em todos os povos da terra desde o mais civilizado até o mais bárbaro; é o amor-paixão, o amor-doença, o amor-nevrose, o amor-loucura, ou outro nome qualquer que se lhe queira dar.

Esse, é o amor que se aproxima do ser humano sem lhe pedir permissão, que o aniquila

traiçoeiramente, com a febre, no dizer de Ivan Turgenieff.

É o amor que apanha o homem de surpresa e lhe subjuga a personalidade psíquica, envenenando-a como a septicemia envenena o sangue, no exato expressar de Flaubert.

É o amor que monopoliza todas as emoções e as enfeixa e as reúne e as sintetiza em um único desejo, em um único anelo, em um sonho único, no conceito verdadeiro de um grande médico e psicólogo, o prof. Lange.

Dizer-se, como pensa Harttmann, que Shakespeare quis apenas estudar o amor doentio da raça latina é chegar-se a um absurdo, qual seja a inviolabilidade deste ou daquele povo às moléstias da alma.

A entidade psíquica, seja na raça que for, está sujeita a perturbações várias, caracterizadas geralmente por emoções violentas, explosões morais, ações impulsivas e invencíveis.

Harttmann devia conhecer o episódio histórico que inspirou Shakespeare na tragédia célebre. Mas, porque soubesse que a família Stuart, apesar de inglesa, não era de sangue saxônico e sim de origem céltica, ele, nas concentrações pesadas de seu pesado cérebro alemão, não compreendeu que alguém, de sangue germânico, pudesse, sequer, pensar em morrer por um sentimento tão desprezível como seja o amor.

Entretanto, se quisesse perscrutar a alma de seu povo, a história de sua terra, a literatura de sua gente, encontraria grandes exemplos de dramas pungentes de amor.

A alma alemã se reflete amorosa nos vaporosos Niebelungen; a história alemã é um encadeamento de dramas de amor em que surgem os Fredericos, os Luteros, os Steins, as rainhas Luísas, os príncipes Rodolfos; a literatura alemã é cheia de suicídios por amor como os de Werther, Arloing, Goldfren...

Não há, pois, razão alguma, que justifique o conceito de Harttmann, atribuindo um amor aos latinos, feito do caldeamento de sofrimentos e de loucuras, e um outro aos germânicos, feito da gelidez do raciocínio e da razão.

O "amor-paixão" não conhece raças, não conhece povos, não conhece indivíduos, não conhece corações, quando ataca e fere. Abrasa moços e velhos, fortes e fracos, validos e decrépitos... É impetuoso, implacável, irresistível em seus ataques.

Esse "amor-doença" é tempestuoso, com suas manifestações explosivas e fatais. E foi isso que Shakespeare nos quis ensinar em seu magnífico "Romeu e Julieta".

O tempo em que viveu Lady Arabela foi de pleno idealismo.

Era natural que produzisse as Arabelas na Inglaterra, as Joanas D'Arc em França; as Nilsas na Alemanha; as Sonias na Rússia; as Lucrécias Bórgias em Roma; as duquesas de Medina e as Teresas de Jesus na Espanha; as Ineses de Castro e Marias de Vasconcelos em Portugal... Foram todas Julietas, aloucadas de amor; umas de amor platônico, outras de amor da pátria, outras de amor místico, outras de amor criminoso, outras... e que havemos de dizer?

O amor produziu, produz e produzirá sempre, enquanto houver Evas no mundo, as maiores tragédias, as maiores loucuras, os maiores heroísmos, os maiores crimes, e também as maiores abnegações...

17 - O “Grande” Bonifácio

A maçonaria brasileira estabelecera em S. Paulo agentes propagadores das idéias liberais. Em S. Paulo e em outros lugres.

Combinou-se que se deporiam os governadores de diversas províncias.

Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, o General Luiz Nóbrega, José Joaquim da Rocha e José Mariano prepararam o terreno, magistralmente.

Far-se-ia uma revolta do povo e das tropas no Rio, São Paulo e Pernambuco.

Em São Paulo, povo e tropas, reunidos, convidariam José Bonifácio para presidir uma assembléia eleitoral. Desta sairia eleito, como presidente da província, José Bonifácio; como ministro da Guerra do novo governo paulista, o Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, comandante do 1.° regimento de infantaria miliciana; e governador da cidade, o Coronel Lázaro José Gonçalves, comandante do batalhão de caçadores.

A revolução estourou em S. Paulo em 23 de Junho de 1821, e, conforme o relato escrito por

uma testemunha ocular do acontecimento, a coisa se passou assim:

"Aderiram as tropas aquarteladas em S. Paulo, no total de 2.000 homens. Povo e tropas, ao apelo dos Alvins, feitos pelo badalar dos sinos da cadeia e da igreja de S. Gonçalo, reuniram-se em frente do paço municipal. E os sinos continuavam a badalar o rebate. O ouvidor, o juiz de fora e os vereadores chegaram também. Hasteou-se numa janela do Paço o estandarte da Câmara.

Postaram-se aí, alinhados em semicírculo, o batalhão de caçadores, na frente, com o seu comandante Coronel Lázaro José Gonçalves, depois o 1° Regimento de Infantaria miliciana, com o seu chefe Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz; atrás, o 1° Regimento de Cavalaria, com o seu chefe Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo; e, na retaguarda destas tropas, as peças de artilharia, cercadas pelo 2º Regimento de Cavalaria, pelo Regimento de úteis (polícia) e pelo 2º de Infantaria.

Ao todo, 2.000 combatentes, mais ou menos. E com eles o povo de S. Paulo em peso.

O capitão General João Carlos de Oyenhansen, fidalgo português, odiado pelo povo e pelas tropas, escondeu-se amedrontado. Sem o povo e sem as tropas, que poderia fazer?

Triunfara a revolução.

Então José Inocêncio arengou às tropas e ao povo, propondo que fosse uma comissão de povo e de tropas à casa de José Bonifácio e que o trouxesse para presidir nessa reunião de chefes populares e militares, a eleição do presidente e ministros do novo governo de S. Paulo.

E José Inocêncio fez ver ao povo e às tropas que a revolução de S. Paulo era o rastilho de pólvora que ia levantar a labareda da Independência do Brasil, pois estava tudo combinado.

Nomeou-se uma comissão e esta, composta de três capitães, foi à casa do conselheiro e o trouxe. O Coronel Lázaro, levantando ao ar sua espada, deu um grito estridente:
-Viva o conselheiro.
E a multidão entusiasmada secundou esse viva. E José Inocêncio arengou novamente, dizendo:

- Queremos que o conselheiro presida nossos trabalhos. Está deposto o governador português, o déspota João Carlos. Queremos a liberdade. Estamos cansados de escravidão. O Brasil inteiro ouvirá a nossa voz e nos ajudará. Viva o conselheiro! Viva a religião! Viva S. Paulo! Viva o Brasil! Viva a liberdade!

A multidão prorrompeu em aclamações. O conselheiro, assomando a uma janela, fez um discurso aconselhando calma.

Disse que os portugueses tinham dinheiro, tinham navios em abundância, tinham muitos soldados, poderiam pôr em Santos uma esquadra e um exército. Que no Rio de Janeiro estava uma tropa aguerrida, fiel ao governo de Portugal. Que se lembrassem os chefes do fracasso de Pernambuco. Lá também depuseram o governador; lá também fizeram um presidente com uma república; lá também arranjaram soldados da liberdade; lá também houve bravura e coragem...

E o que aconteceu? Ficaram desgraçados os chefes e as suas famílias. De homens ricos e poderosos o que resta? Pobres órfãos, passando miséria, sem pais, sem proteção, desprezados por todo o mundo. Esses chefes militares que ali se achavam não sabiam, como ele, que estivera em Portugal, quanto recurso tinha este país, para vencer os rebeldes. E que se Portugal sozinho não pudesse vencer, pediria o auxílio da Inglaterra, sua aliada, e interessada que o Brasil não fosse independente, porque o ouro brasileiro ia parar em Inglaterra.

Que se os paulistas quisessem fazer loucuras que o fizessem sem ele, porque ele tinha o exemplo com o seu irmão Antônio, que estivera tanto tempo preso e que fora surrado até com gato podre na cara, sem que o Brasil olhasse para isso.

Que os mais punidos seriam os militares que juraram fidelidade ao governo. Que enfim propunha uma aclamação.

José Inocêncio interrompeu o discurso desta forma:

"Senhor conselheiro, nós não queremos o governo dos que até agora nos têm oprimido".

O conselheiro continuou a falar, explicando que aquele dia para ser feliz devia ser de união com os portugueses e com o governador e não de guerra e de luto. Que não devia haver ódios; que devia ser presidente de S. Paulo o mesmo governador deposto para não magoar o Rei e o príncipe D. Pedro. E para que todos ficassem satisfeitos, se fizesse um ministério, que ele ia indicar.

E depois ele mesmo redigiu uma ata que foi copiada e assinada pelos chefes do movimento, com a exclusão de José Inocêncio e seu irmão Joaquim Alvim, que protestaram contra ela. E o governo foi feito assim:

1) Presidente: João Carlos Augusto Oyenhausen, que era e continua a ser o governador da província, representante do Rei de Portugal;
2) Vice-Presidente: O conselheiro José Bonifácio de Andrade, representante do povo brasileiro;
3) Arcipreste Felisberto Gomes Jardim e cônego João Ferreira de Oliveira Bueno, representantes do clero;
4) Coronel Antônio Leite Pereira da Gama e Coronel Daniel Pedro Muller, representantes das forças armadas;
5) Coronel Francisco Inácio e Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, representantes do comércio;
6) O Tenente-Coronel André da Silva Gomes e o reverendíssimo padre Francisco de Paula e Oliveira, representantes da Literatura e do Ensino Público;

7) O Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Tenente-Coronel Antônio Maria Quartim, representantes da Agricultura;
8) O Coronel Martim Francisco de Andrade, deputado do povo e secretário do Interior e da fazenda;
9) O Coronel Lázaro José Gonçalves, deputado do povo e secretário da Guerra;
10) O chefe de esquadra Miguel José Oliveira Pinto, deputado do povo e secretário da Marinha.

Todos os que estavam presentes foram empossados, e a ata foi lavrada sob a redação do conselheiro José Bonifácio.

Depois, entre vivas ao Rei, ao Brasil, ao príncipe D. Pedro, ao conselheiro, ao Capitão-General João Carlos, foram à casa deste último, que, avisado por um amigo de que o conselheiro fizera fracassar a revolução, apareceu nervoso.

O préstito obedecia à seguinte ordem:

1.°) Música do Batalhão de Caçadores;
2.°) O conselheiro José Bonifácio e o bispo, rodeado dos membros do novo governo, e tendo ao lado o estandarte da Câmara;
3.°) Povo e tropas misturados;
4.°) Música do 1° Regimento miliciano.

Os músicos tocavam o Hino da Constituição e os membros do governo com o povo e tropas cantavam a letra desse hino.

Chegando ao Palácio, o préstito reacolheu o governador e retornou ao Paço da Câmara, onde foi jurada obediência ao Rei de Portugal, às Cortes Portuguesas, ao Príncipe Regente, ao Governo Provisório, à Constituição Portuguesa.

O Tenente-geral João Carlos foi quem primeiro jurou e depois fizeram idêntico juramento o conselheiro José Bonifácio, o bispo, os membros do governo e todos os presentes.

Acabada essa cerimônia foram todos à Sé, onde ouviram o "Te Deum, cantado em ação de graças pelos fatos sucedidos".[12]

Assim, pois, os acontecimentos de S. Paulo, de 23 de Junho de 1821, com a atitude de José Bonifácio, impediu que a nossa independência fosse feita nesse ano, sob a forma republicana, como projetara a Maçonaria.

E José Bonifácio iniciou nessa ocasião e com esses acontecimentos a sua vida política no Brasil.

[12] Este relato já foi várias vezes publicado em jornais, revistas e livros, porém, com vários erros de cópia.

No ano de 1821 reuniam-se diariamente os maçons para tratar da Independência.

Eis a descrição feita por um cronista da época:

"Iam diariamente à casa do capitão-mor José Joaquim da Rocha, os coronéis Francisco Maria Veloso Gordilho de Barbuda e Luiz Pereira da Nóbrega, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, Dr. José Mariano de Azevedo Coutinho, desembargador Francisco de França Miranda e outros, e como não queriam divulgar os passos que davam sem haver certeza se o príncipe anuiria às representações que se lhe fizessem, o Coronel Gordilho de Barbuda, (depois barão de Giracinó, Visconde de Lorena e Marquês de Jacarepaguá) guarda roupa do Príncipe D. Pedro de Alcântara, expôs o motivo da sua ida ao Paço, visto que a respeito dele não poderia haver suspeitas.

Contou-lhe tudo o que se estava fazendo e o que pretendiam fazer; e então perguntou ele a Sua Alteza se ficaria no Brasil se as três províncias do Rio, Minas e S. Paulo lhe pedissem.

O príncipe, a princípio resistiu, pelo receio que tinha da divisão auxiliadora; mas, por fim, movido pelas razões e rogativas de Gordilho, seu guarda-roupa, que estava casado no Brasil onde tinha muitos bens e fortuna, disse-lhe: "*Fico, se for essa a unânime vontade dos povos do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, e em tal caso estou pronto a receber as deputações*".

Esta resposta do Príncipe não foi dada logo ao Coronel Gordilho, e sim no dia seguinte, em casa deste, à rua do Aterrado.

Gordilho, transportado de alegria, foi à casa do capitão-mor Rocha, e transmitiu-lhe as palavras do Príncipe Regente.

Havendo certeza de que Sua Alteza ficava, os patriotas resolveram reunir-se no convento de Santo Antônio, com o fim de fazerem a representação ou manifesto pelo Rio de Janeiro e encarregaram de sua redação ao padre-mestre Frei Sampaio, em cuja cela se reuniram o capitão-mor Rocha. O Coronel Nóbrega, o Dr. José Mariano, o Coronel Gordilho de Barbuda, Frei Antônio de Arrabida (depois bispo de Anenuria), confessor do Príncipe e o Tenente-Coronel Almeida. Assentaram as bases do manifesto.

Depois de redigido e revisto, mandaram copiá-lo e tiraram-se várias cópias para serem assinadas por toda a cidade, encarregando-se de obter as assinaturas Antônio de Menezes Vasconcelos Drumond e Inocêncio da Rocha Maciel; e com efeito, conseguiram um grande número de assinaturas.

Os comandantes dos corpos da tropa portuguesa, querendo impedir que fossem os patriotas à casa do capitão Rocha assinar a representação, faziam rondar as imediações da mencionada casa por soldados disfarçados em paisanos, o que sendo pressentido pelo

brigadeiro Vidigal, comandante do corpo de polícia da cidade, de seu *motu-proprio* também fez rondar a rua da Ajuda por patrulhas de cavalaria, a fim de impedir qualquer violência que os soldados portugueses quisessem fazer.

O desembargador Francisco da França Miranda entendeu dispor a população para o movimento que se estava preparando, e escreveu um papel a que deu o nome de "Deputado Brasiliense", que foi logo impresso, distribuído e produziu um efeito maravilhoso.

O manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residência de Sua Alteza Real no Brasil, dirigido ao Senado da Câmara, foi datado do dia 29 de Dezembro de 1821.

Pedro Dias de Macedo Pais Leme foi até Sepetiba, e depois embarcando em uma canoa, chegou a Santos, e dali partiu para São Paulo, em cuja cidade entrou na noite de 23 de dezembro.

José Bonifácio estava doente, de erisipela, em uma cama, fora da cidade. Apesar da chuva copiosa que caía naquela noite, Pedro Dias foi à chácara onde se achava José Bonifácio, que se surpreendeu com a visita de Pedro Dias naquela hora da noite.

O conteúdo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias puseram Bonifácio em agitação e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta,

expôs o negócio e propôs que se escrevesse ao Príncipe, pedindo-lhe que não partisse para Portugal, enquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação que a província de S. Paulo ia mandar para explicar à Sua Alteza os motivos dos eu pedido.

O presidente da junta opôs-se a esta conclusão; mas, vendo que todos os membros dela votavam com José Bonifácio, e que este já o convidava para demitir-se do cargo que o povo lhe dera, concordou, porém contrariado, em assinar o que já estava combinado pelos outros membros da Junta do Governo.

José Bonifácio, doente como se achava, ditou ali mesmo o ofício de 24 de Dezembro de 1821, do qual, tirado a limpo, surgiram novas reflexões da parte do presidente e membros da junta, os quais acabaram assinando a mensagem da carta, conforme fora redigida.

Como se vê, José Bonifácio era um político enérgico, convincente, voluntarioso, e de fértil imaginação.

Ele não tomava a iniciativa dos movimentos políticos, mas quando os via vitoriosos, procurava colocar-se à frente deles, bravamente.

Convidado para ministro de D. Pedro, fez pela independência muito menos que Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, cônego Januário, General Luiz Nóbrega e outros.

Em vez de emprestar ao seu governo um cunho liberal, quer como ministro do Brasil Reino-Unido, quer do Brasil Império, oprimiu a liberdade, como se pode deduzir dos seguintes documentos oficiais, que se encontram no Arquivo Nacional.

I - Espionagem e criação de juízes políticos.

Os patriotas conspiravam e contra eles foi lavrado o seguinte decreto:

> Decreto:
> "Manda Sua Alteza Real o Príncipe Regente, pela secretaria de Estado dos negócios do Reino, que o intendente geral da polícia:
> 1.°) Escolha e aumente o número das pessoas que devem espiar todas as maquinações referidas da Maçonaria, a quem se darão as gratificações de costume, segundo o seu préstimo e serviço;
> 2.°) Sendo os atuais juízes do crime poucos em número, e encarregados de outras obrigações e encargos, e alguns deles frouxos e pouco zelosos, e cumprindo que a polícia tenha ministros ativos, hábeis e corajosos, a quem se possa encarregar diligências de ponderação e segredo:
> Há Sua Alteza por bem aprovar a proposta que o mesmo intendente acaba de fazer, do bacharel João Gomes de Campos, e do desembargador Francisco de França Miranda, para servirem interinamente de ajudantes do mesmo

intendente geral, por si e pelos ditos ajudantes, e com tropa da polícia, passem a verificar os ajuntamentos de pessoas suspeitas e perturbadoras do sossego e segurança pública (os carbonários e republicanos) que já lhe foram comunicadas por esta secretaria de Estado, e achando serem verdadeiros e criminosos tais ajuntamentos (os da Maçonaria), mande cercar as casas, aonde se fizerem tais clubes, por força armada, prender todas as pessoas que nelas forem encontradas, e fazer apreensão em todos os papéis e correspondências, que forem suspeitas, para tudo ser examinado por uma comissão, que para este efeito se haja de nomear; finalmente, que no dia 18 do corrente, em que se fizerem as eleições, o mesmo intendente geral mande para o local, em que elas se hão de fazer, espias seguras, para lhe darem parte, imediatamente de tudo o que ali se possa praticar, contrário ao fim único das ditas eleições, e contra a tranqüilidade pública; e para que o dito intendente geral possa logo ocorrer a qualquer desordem, que possa suceder, se postará com seus oficiais e tropas necessárias nas imediações do lugar das referidas eleições, como lhe parecer mais adequado. O que tudo cumprirá debaixo da sua maior responsabilidade.
Palácio do Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1822.
José Bonifácio de Andrada e Silva."

Verificamos por este ofício que José Bonifácio perseguia os adeptos da Independência do Brasil, criando lugares novos de secretas, mandando espionar os seus adversários políticos, enviando para as eleições galfarros e tropas sob a direção do intendente geral da polícia.

II - Regime das eleições e da lei marcial.

O ministro Bonifácio instituiu o costume das denúncias, como se verá no seguinte documento:

> Decreto:
> "Tendo-me Sua Alteza Real encarregado de fazer executar o decreto de 18 do mês passado, é do meu dever transmitir a V.S. todas estas partes e denúncias, que acabo de receber, e ao mesmo tempo comunicar-lhe que, por muitas outras indagações e notícias, estou capacitado que há tramas infernais (a da Maçonaria, em favor da República) que se urdem não só contra a causa do Brasil, mas contra a preciosa vida de Sua Alteza Real, contra a minha e contra todos os honrados cidadãos amigos da nossa causa.
> É preciso, pois, que Vossa Senhoria mostre presentemente toda a sua energia e atividade em conhecer os perversos, descobrir as tramas até sua raiz, e ver tudo com os seus próprios olhos, não confiando diligências importantes e

> delicadas a juízes do crime, sem cabeça e sem energia; cumpre também que até ao dia 12 V.S. deixe de estar em Catumbi, e venha morar no meio desta cidade, para com mais energia e prontidão dar todas as providências necessárias para descobrir os perversos, e esmagar seus conluios.
> Quando a pátria está ameaçada por traidores solapados (os republicanos), não valem as chicanas forenses, e só deve Reinar a lei marcial.
> Cumpre finalmente que V.S. reservando para outra ocasião os dinheiros da polícia, destinados para objetos menos importantes, os empregue na conservação de bons agentes e vigias.
> Deus guarde a Vossa Senhoria.
> Paço, em dois de outubro de 1822.
> José Bonifácio de Andrade e Silva
> Ao Sr. Desembargador João Inácio da Cunha".

Aí está um ministro mandando gastar dinheiro da verba destinada às obras públicas, com o aumento de espiões e secretas, e aconselhando ao chefe da polícia o regime da lei marcial e o desrespeito aos juízes!!!

III - Processos ilegais

Ordenava José Bonifácio que se fizessem processos à revelia dos acusados e que as testemunhas fossem separadas dos mesmos, isto

é, que não fossem acareadas com os presos políticos. Eis a prova:

> Decreto
> "Sendo necessário, para se preencher o importante fim a que se dirige a portaria de dois do corrente mês, que se facilitem aos honrados e fieis cidadãos desta capital os meios de deporem com imparcialidade e com toda a liberdade e segurança, a favor da verdade, e contra os malvados desorganizadores da boa ordem, e conspiradores do governo estabelecido: a fim de que sejam patentes, e de todo reconhecidos seus abomináveis crimes e atentados: Manda Sua Majestade Imperial, por sua imediata ordem, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o desembargador Francisco de França Miranda faça remover para fora da cidade e em termo, segundo a lei, todos aqueles indivíduos que se acham já acusados pela opinião pública, assim como seus infames partidistas e mais pessoas compreendidas na facção ultimamente forjada contra o governo para que deste modo se possa proceder à competente devassa sem aqueles obstáculos, que a presença deles poderia oferecer aos ânimos de seus acusadores.
> Palácio do Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1822.
> José Bonifácio de Andrada e Silva.

Esses "criminosos e infames partidaristas", eram os inimigos políticos de Bonifácio, tinham sido protagonistas da independência, chamavam-se Ledo, cônego Januário, Lisboa, Nóbrega, padre Feijó, etc.

IV - O Direito de Reunião

Era crime juntarem-se mais de três homens numa casa. Onde tal acontecesse, iria a polícia. Eis a prova:

> Decreto
> "Constatando na augusta presença de Sua Majestade Imperial que nas casas de Joaquim José Ribeiro, empregado da Tesouraria Geral das tropas; de Luiz Manoel, da Tesouraria-Mor do Tesouro Público, e nas do Sequeira, e do denominado Boquinha, se fazem clubes secretos, com fins sinistros e inteiramente criminosos e abomináveis: e sendo muito necessário dar todas as providências que possam ocorrer e obstar a execução de seus malvados projetos: Manda o mesmo augusto Senhor pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que o desembargador do Paço, intendente geral da Polícia, empregue toda atividade e energia em reconhecer, com a maior cautela e segredo, a realidade destes fatos e os indivíduos neles compreendidos; e que proceda imediatamente à prisão deles, logo que se

encontrem juntos em número maior de três, ou concorram aquelas circunstâncias, que façam confirmar as suspeitas que deles se formem; seguindo-se depois todas as mais providências, que forem justas e legais, a fim de se cortar pela raiz o plano, que a sua perversidade tenha organizado.
Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1822.
José Bonifácio de Andrada e Silva".

V – Prisões Arbitrárias

Era suficiente uma simples denúncia, às vezes produto de uma vingança, para que um cidadão fosse encarcerado, incomunicável. Haja visto o que sucedeu ao padre João Mota e a Luiz Silva. Foram presos e depois se verificou que eram inocentes, vítimas da perversidade de um frade libidinoso e ciumento. Eis a prova:

"Tendo-se apresentado na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Frei Francisco de Assis, participando que no dia quatro do corrente, achando-se em casa de Rosa Francisca, viúva, moradora na Rua do Cano, junto à botica, ali casualmente jantara com o padre João José Pinto da Mota e Luiz Manoel da Silva, escriturário da junta da bula da Cruzada, filho da dita viúva, os quais convidaram ao referido Frei Francisco para que este aliciasse a seu primo

> Manoel Antunes Vieira, oficial de artilharia a cavalo, a fim de entrar com eles em uma associação de facciosos que se propunham lançar mão dos dinheiros públicos e particulares, para fazerem uma revolução, e mudarem o governo; e portanto o referido Frei Francisco acompanhasse esta denúncia das maiores protestações da sua veracidade, e dos receios que lhe inspiravam tais indivíduos: e cumprindo prover por todos os meios à segurança e tranqüilidade pública: manda Sua Majestade o Imperador pela referida Secretaria de Estado que o desembargador do Paço, intendente geral de polícia, faça pôr em segurança os referidos João José Pinto da Silva e Luiz Manoel da Silva, para que à vista do exposto, e dos ulteriores esclarecimentos de seus crimes e consócios, sejam logo processados e sentenciados, como for de justiça.
> Paço, 5 de dezembro de 1822.
> José Bonifácio de Andrada e Silva".

Entretanto, esses pobres homens eram inocentes, e José Bonifácio já lhes achara "crimes e consócios"!!! E o ministro mesmo confessou depois a inocência desses pobres diabos, no seguinte documento:

> Decreto:
> "Havendo a maior probabilidade de que a denúncia feita por Frei Francisco de Assis contra o padre João José Pinto da Mota e Luiz

> Manoel da Silva, sobre a qual se expediu portaria na data de ontem ao desembargador do Paço, intendente geral da Polícia, fora uma calúnia contra os mencionados sujeitos por motivos os mais vergonhosos: Manda Sua Majestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que o desembargador do Paço, intendente geral da polícia, procedendo sem perda de tempo às mais escrupulosas indagações sobre este objeto, continue à vista delas e promover a execução da portaria da data de ontem, e passe a pôr em segurança o referido Frei Francisco de Assis, que parece incurso no crime dos que mentem ao Rei, em prejuízo de terceiros.
> Paço, 6 de dezembro de 1822.
> José Bonifácio de Andrada e Silva".

VI - A Liberdade de Imprensa

As impressões foram proibidas. Estevão de Magalhães quis imprimir a "*Constituição de Lisboa*". Que mal havia nisso? Mostraria o povo brasileiro liberdades gozadas pelo povo português. E Bonifácio não concordou. Eis a prova:

> Decreto
> "Constando que um certo Estevão Alves de Magalhães, sócio que foi da tipografia de Garcez, pretende Reimprimir nesta Corte, por espírito de partido, ou por sórdida ambição, a

"Constituição", que acabam de decretar as cortes de Lisboa: Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que o desembargador Francisco de França Miranda, tomando conhecimentos deste objeto, procure destramente dar as providências convenientes.
Paço, 24 de dezembro de 1822.
José Bonifácio de Andrada e Silva".

VII – Uma criminologia "sui-generis"

Era suficiente que um indivíduo se declarasse amigo dum desafeto do Ministro para que fosse logo vigiado como criminoso.

É o que sucedeu com o respeitável Coronel Bernardes Machado, membro do governo provisório da província do Rio Grande do Sul.

Eis a prova:

Decreto
"Sendo presente a Sua Majestade o Imperador que Antônio Bernardes Machado, membro do governo provisório da província do Rio Grande do Sul, e ora residente nesta Corte, tem sido um dos partidários do ex-governador Saldanha, que naquela província promoveram as mais

> escandalosas intrigas entre as autoridades públicas, e pretenderam como fim principal de seus perversos desígnios, perturbar a tranqüilidade e união daqueles povos, e indispô-los contra o governo; e constando, igualmente, que ele nesta Corte tem mudado de sentimentos, e que pode vir a ser mui prejudicial à segurança do Estado, se não tomarem a seu respeito todas as medidas de prevenção: Manda o mesmo Augusto Senhor pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que o desembargador do Paço, intendente geral da polícia, expeça as ordens necessárias para que haja toda a vigilância em tão perigoso indivíduo, observando-se mui rigorosamente os seus passos pela referida secretaria de estado a fim de se darem todas as providências, que forem convenientes.
>
> Palácio do Rio de janeiro, em 15 de Abril de 1823.
>
> José Bonifácio de Andrada e Silva".

Assim, só porque o homem era amigo de Saldanha, desafeto de Bonifácio; só porque "podia ser prejudicial", foi considerado criminoso e rigorosamente vigiado!

VIII – Feijó, anarquista e sedicioso

O padre Feijó gozava de grande influência em São Paulo e na Corte. Somente por isso tornou-se suspeito.

Ao partir para Itu foi abraçado por José Bonifácio e, entretanto, esse mesmo Bonifácio mandou espionar os passos e a vida de seu então amigo Feijó. Eis a prova:

> Decreto
> "Sua Majestade o Imperador, confiando muito no zelo, patriotismo e constante adesão à causa do Brasil, que tem manifestado o capitão-mor da vila de Itu, Vicente da Costa Taques Gois Aranha, e no amor e fidelidade inabalável que consagra à sua augusta pessoa: Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império que ele, por todos os meios ocultos que estiverem ao seu alcance, procure conservar debaixo da maior vigilância ao padre Diogo Antônio Feijó, ex-deputado pela província de S. Paulo às Cortes de Lisboa, por ser constante ao mesmo Augusto Senhor, que ele, aos sentimentos anárquicos e sediciosos, de que é revestido, une a mais refinada dissimulação, da qual sem dúvida resultará grande perigo à tranqüilidade e união dos povos naquela fidelíssima comarca, se não se empregarem todas as cautelas na sua perniciosa influência. E há outrossim, por bem que o dito capitão mor

> informe pela mesma secretaria de estado de qualquer resultado que obtiver de suas investigações.
> Palácio do Rio de Janeiro, 11 de junho de 1823
> José Bonifácio de Andrada e Silva".

Referindo-se a este ofício, e respondendo ao deputado Martim Francisco que o chamara de hipócrita, o padre Feijó, sendo Ministro da Justiça, disse, em discurso da sessão de 21 de maio de 1832, na Câmara dos Deputados:

"Comparemos os fatos, e vejamos quem é hipócrita. Despedir com abraços a um homem, chamá-lo "patrício honrado" em quem se confia hoje de promover a tranqüilidade do país para onde parte; entretanto, no primeiro correio mandar que este homem seja vigiado por todos os meios ocultos, porque aos sentimentos anárquicos e sediciosos une a mais refinada dissimulação", isto sim, é hipocrisia; Feijó não faz outro tanto.
Mandar para Pernambuco um membro da mesma sociedade confidente para promover a aclamação do ex-Imperador que tanto se dificultava por causa do ministério de então, e com efeito consegui-lo, entretanto mandar-se uma portaria ao escrivão daquela província para, no primeiro barco que partisse para a Europa, expulsar aquele mesmo homem, "por ser menos afeto à causa do Brasil", isto sim, é hipocrisia.
Outro tanto Feijó não faz, nem nunca fez. Senhores: tudo quanto faz o Ministro da Justiça, é

patente, nenhum dos seus atos são ocultos, ele não é hipócrita".

Essa traição é narrada da seguinte forma por um historiador contemporâneo de José Bonifácio:

"Não havendo embarcação para Pernambuco, pronta a partir, um dos membros da maçonaria que era capitão e dono de um navio há pouco chegado, se ofereceu para levar o emissário; então, para esse fim, se expediram ordens para descarregar o navio; o que sendo feito, foi nomeado o capitão João Mendes Viana, com as necessárias instruções e cartas de recomendações para as pessoas influentes da província.

Apenas havia partido João Mendes Viana, chegaram de Pernambuco uns ofícios do governo provisório, e a participação de Felipe Nery ao Grande Oriente, com os protestos de adesão de Pernambuco ao Rio de Janeiro; e poucos dias depois voltou arribado o navio em que fora João Mendes Viana, cuja comissão se tornava desnecessária; mas o ministro José Bonifácio o obrigou a seguir para Pernambuco, sob o pretexto de esclarecer quaisquer dúvidas; e na mesma ocasião expediu ordens ao presidente da província, o morgado do Cabo – Paes Barreto – (pois que se havia dissolvido o governo provisório), para prender João Mendes Viana, e mais o ex-deputado Cipriano José Barata de Almeida, que, em Pernambuco, redigia a "Sentinela da Liberdade", periódico livre, e remete-los para a ilha de Fernando de Noronha, ordem que não cumpriu o Morgado do Cabo; e

por isso foi de novo ordenado ao Coronel Aleixo José de Oliveira, que comandava as armas, que prendesse a Barata de Almeida e a João Mendes Viana, e os remetesse para a Corte, os quais, aqui chegando, forma encarcerados na fortaleza da Lage, onde sofreram toda a sorte de privações, suscitadas pelo comandante da fortaleza, Tenente Coronel José dos Santos Oliveira, e onde adquiriram as enfermidades que mais tarde os levariam à sepultura".
(História da Constituição, pág. 357, M. Moraes).

Eis aí o político; abraça Feijó, deseja-lhe boa viagem, elogia-o, chama-o de "patrício honrado", amigo, etc., e na mesma ocasião expede ordens secretas para que seja vigiado como indivíduo falso, perigoso, perturbador da ordem pública!

Envia João Mendes Viana para pacificar os ânimos de Pernambuco, insiste com ele par partir, e ao mesmo tempo manda ordens secretas ao governador de Pernambuco para prendê-lo. Depois manda encerrá-lo na fortaleza.

E os maus tratos recebidos fazem de um homem sadio, um doente incurável, que pouco tempo durou.

E haverá quem negue ter sido Bonifácio um político apaixonado e violento?

Somente porque Feijó não cortejava o ministro, porque lhe fazia sombra com seu prestígio em S. Paulo, era vigiado como "homem perigoso de sentimentos anárquicos e sediciosos, refinado

hipócrita (dissimulador) que gozava de perniciosa influência".

Entretanto foi Feijó quem salvou o Brasil da anarquia, alguns anos depois desse decreto.

Num célebre discurso proferido no Teatro Municipal de São Paulo, Washington Luiz assim retratou o padre Feijó:

"Dotado de inteligência lúcida, de caráter íntegro, de vontade robusta e fogosa, sabendo principalmente mandar, inflexível, indomável, não conheceu transações nem Condescendências e prosseguiu sempre, com tenacidade, até o sacrifício, naquilo que entendeu ser o cumprimento do seu dever.
Resumindo a razão de ser da sua existência num amor entranhado à sua pátria, o seu lema foi, quando no poder, combater pela ordem para assegurar a liberdade; e quando fora dele, combater pela liberdade para estabelecimento da ordem.
Sobre ele repousaram em dado momento a existência do império e a vida do Brasil. Os seus adversários reconheceram a sua energia, o seu caráter austero, as suas virtudes antigas, os seus serviços ao país (Uruguai); os seus correligionários sagraram-no herói (Costa Ferreira), que a voz pública de todos os cidadãos, movidos de um só pensamento – o de escapar ao perigo -, proclamou salvador da pátria (Veiga).
Pela nobreza de sua alma, pelo amor da pátria, pela preocupação constante do bem público, pelos seus feitos pouco vulgares, faz pensar nos varões

ilustres de Plautarco; pela rijeza de seu caráter imperturbável, pela abnegação e desinteresse provado, lembra os romanos quando Roma se preparava para a grandeza; pelo completo desapego das honras e bens materiais, pela pureza e austeridade de sua vida, é entre os santos que a Igreja, a que ele pertenceu, deve procurar.
O Brasil o olha como um dos grandes construtores da sua nacionalidade e como um dos vultos eminentes da nossa raça".
(Feijó, pág. 41).

Falou a justiça histórica pela sentença do presidente Washington Luiz.

E, entanto, só porque Feijó não era seu correligionário político, José Bonifácio mandou vigiá-lo, como péssimo cidadão, criatura de sentimentos perversos e refalsados, anarquista perigoso!

IX – Perseguições e violações de cartas.

As perseguições de José Bonifácio eram tantas, diz um seu contemporâneo e historiador ilustre, que mesmo ao Correio Geral da Corte se expediu uma portaria para que fossem abertas todas as cartas de particulares julgadas suspeitas. *(Morais, "A Independência", pág. 124).*

Esse mesmo historiador (Morais, ob. cit., pág. 113) conta como José Bonifácio chegava a representar ridículas comédias para poder

perseguir seus inimigos políticos, quando estes eram amigos de D. Pedro I. Eis um relato:

> "E José Bonifácio, que tratava D. Pedro I muito de resto e o havia desmoralizado para tentá-lo, confiado na sua capangagem, procurou uma nova farsa e pediu no dia 28 de outubro de 1823 a sua demissão de ministro, bem como seu irmão Martim Francisco.
>
> O imperador, que já estava enfastiado dos Andradas, aceitou as demissões, sem fazer reparo, e nomeou novos ministros, chamando para Ministro do Império e Estrangeiros o barão de Santo Amaro; para a Justiça, Sebastião Luiz Tinoco da Silva; fazenda, João Inácio da Cunha; Guerra, João Vieira de Carvalho; Marinha, Luiz da Cunha Moreira.
>
> Logo que este sucesso constou aos entusiastas dos Andradas, iludindo a todos, fizeram reunir imediatamente a Câmara Municipal, para pedir a volta de José Bonifácio, e saíram os partidários dos Andradas pelas ruas, praças, e casas particulares, com diversos – "Nós abaixo assinados"- pedindo ao imperador a Reintegração dos demitidos (e demissão dos nomeados) e obtidas para mais de dez mil assinaturas, foram ao paço e falaram ao imperador, pedindo-lhe que reconsiderasse o ato

de demissão dos ministros e chamasse de novo os Andradas para o governo do país.

José Bonifácio morava no largo do Rocio, sobrado que faz esquina com a rua do Sacramento; e logo que preparou a farsa, retirou-se para a casa de Luiz Menezes de Vasconcelos Drumond, no caminho velho de Botafogo, casa abarracada de muitas janelas e portão ao lado onde José Bonifácio costumava passar dias, com a família.

Recebidas pelo imperador as representações da Câmara e povo, pedindo a Reintegração de José Bonifácio e seu irmão no ministério, foram logo demitidos os nomeados do dia 28 e chamados de novo os Andradas; e o imperador, por volta das 4 horas da tarde do dia 30 de outubro, dirigindo-se da cidade para o caminho novo de Botafogo, encontrou-se com José Bonifácio que vinha para sua casa, no meio de uma multidão de povo, e ao encontrarem-se, abraçaram-se, e o imperador comovido, chorando, chamou a José Bonifácio de "seu pai, seu mentor, e seu protetor". E José Bonifácio chamou o imperador de "seu filho do coração"; e em novos abraços entraram para a carruagem e vieram para a casa de José Bonifácio, no Largo do Rocio; e este, chegando a uma das janelas, sendo a praça coalhada de povo, gritou para a multidão:

- "Viva D. Pedro I, D. Pedro II, D. Pedro III. D. Pedro IV, V, VI e quantos Pedros houverem no Brasil!"

A toda esta aclamação irrisória, o povo correspondia com "*Vivam os Pedros*!"

De noite foram ao teatro, onde os satélites de José Bonifácio o vitoriaram, com estremecimento, e assim se passou a farsa do dia 28 a 30 de Outubro (de 1823) que terminou por um monstruoso processo (Processo contra vários patriotas, conhecido na História pelo nome de "A Bonifácia", e publicado no Brasil Histórico).

E no dia 11 de Novembro de 1822 expediu uma portaria circular para todas as províncias, mandando processar todos os que fossem oposicionistas ao seu governo."

X – Liberdade de pensamento

José Bonifácio não tolerava os jornalistas que não o endeusassem. E amordaçou a imprensa, perseguindo os jornais independentes.

Mandou empastelar a "Sentinela da Liberdade" e encerrou seu redator na fortaleza da Lage, donde saiu doente, para morrer.

Gonçalves Ledo foi o jornalista e o tribuno da Independência.

Foi um fautor notável da nossa emancipação. Porque divergisse de José Bonifácio, seu jornal – "O Reverbero"- foi empastelado, e lavrado o decreto de sua prisão. Procuraram-no com afinco, como se vê por este documento:

> Decreto:
> "Constando a Sua Majestade Imperial que na rua da Cadeia, em uma casa térrea, pertencente ao Tenente-Coronel Monte, defronte do espanhol chamado D. José, se ajuntam freqüentemente vários indivíduos, suspeitos de "carbonarismo" e que segundo a informação de uma mulher da vigilância, estivera Joaquim Gonçalves Ledo abrigado nessa casa no dia 30 de Outubro último: Manda Sua Majestade Imperial, pela Secretaria de Estado de Negócios do Império que o desembargador do paço, intendente geral da polícia, procurando certificar-se da existência de clubes na mencionada casa, proceda ulteriormente a dar a este respeito as providências que para casos de semelhante natureza lhe tem sido já recomendadas.
> Palácio do Rio de Janeiro, em 17 de Novembro de 1822.
> José Bonifácio de Andrada e Silva".

O Marquês de Sapucaí (“Correio Oficial”, n° de 28 de dezembro de 1833) conta que Bonifácio disse em 2 de junho de 1822, diante do ministro da Áustria, referindo-se a Ledo e outros partidários:

- Hei de enforcar esses constitucionais na praça da Constituição.

E Bonifácio ordenou, pouco depois (30 de outubro de 1822), a prisão de Ledo.

Tendo conhecimento desse dito, e dessa ordem de prisão, que correu de boca em boca em 1822, e sabendo que os Andradas cumpriam suas promessas macabras, como fizeram com o “Chaguinhas”, que foi enforcado apesar do protesto do povo, Gonçalves Ledo fugiu para a república Argentina.

Mas o ódio de Bonifácio contra este valoroso jornalista era tão grande, que o caluniou, chamando-o, em documento oficial, de vendido aos interesses do Prata.

Entretanto, justificou-se Ledo plenamente com o testemunho valioso de D. Thomaz Garcia de Zoniga, dignitário do Cruzeiro, brigadeiro dos exércitos imperiais, e síndico procurador geral do estado cisplatino.

D. Thomaz Zoniga apresentou os mais claros documentos do procedimento de Ledo em relação aos interesses do Brasil.

João Soares Lisboa escreveu um artigo analisando os atos de José Bonifácio. Foi o bastante: recebeu ordem de prisão, condenação a 10 anos de reclusão e multa de 100$000. Seu jornal, o "Correio do Rio de Janeiro", foi fechado. E a tipografia, mais tarde (1824) foi comprada por Pedro Plancher que com ela fundou o "Jornal do Commércio", que ainda subsiste.[13]

O pobre Lisboa "republicano de convicções", no dizer de Melo Moraes ("A Independência", pág. 115), fugiu e morreu depois atravessado por uma bala de um soldado do Imperador.

Era de tal têmpera o caráter desta vítima de José Bonifácio, deste jornalista intimorato, que, escrevendo a D. Pedro I, assim se exprimiu:

> *"Nunca V. A. verá escrito meu de servilismo; deixei de ser vassalo, não voltarei à escravidão; se os portugueses se deixaram avassalar, deixarei de ser português e buscarei em terra estranha a augusta liberdade.*
> *Não faltamos à nossa palavra, e se fosse necessário, que suspeitássemos o mesmo que então, acrescentaríamos – deixarei de ser brasileiro. – São invariáveis os nossos sentimentos".*

[13] O jornalista Félix Pacheco contesta esta asserção, a respeito à oficina do "Jornal do Commércio". Porém Melo Moraes, que foi contemporâneo dos homens da Independência, diz o que escrevemos, na pág. 115 do livro "A Independência".

(Vide o 5º ano, 3ª série e n.° 9 de 1873, do Brasil Histórico).

João Soares, o digno redator do "Correio do Rio de Janeiro", morreu em Pernambuco, batendo-se pela "Confederação do Equador", em 1824, vitimado por um tiro dum soldado de Pedro I.

Outro jornalista que foi vítima do despotismo da política andradina foi Luiz Augusto May, redator proprietário da "Malagueta".

Levou formidável surra mandada dar por José Bonifácio, ficando aleijado em conseqüência dela.

XI – Deportações

José Bonifácio não admitia que o combatessem. Percebendo que seu poderio se abalava em conseqüência de se avolumarem o número de seus inimigos, abusou de seu cargo de ministro e fez processos monstruosos.

José Bonifácio diz Melo Alves ("A Independência", pág. 102) criou um partido seu e cercou-se de gente da mais infame e baixa do tempo, como o português "José dos Cacos" e os mulatos "Porto Seguro", "Orelhas", "Miquelino" e "Lafuentes". Estes eram capoeiras e caceteiros terríveis.

"Todos que contrariavam o seu orgulho e não lisonjeavam a sua vaidade eram vítimas do seu despotismo implacável".

Como sofresse grande oposição em S. Paulo, deportou de lá os seus adversários. Os deportados foram os seguintes cidadãos:

1) Dr. José da Costa carvalho (mais tarde Marquês de Monte Alegre);
2) Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz;
3) Miguel José de Oliveira Pinto;
4) D. Mateus de Abreu, bispo de São Paulo;
5) Francisco Gonçalves dos Santos Cruz;
6) Frei Antônio do Menino Jesus;
7) Coronel Daniel Pedro Muller;
8) Major José Fernandes;
9) João Ferreira Bueno;
10) Francisco de Paula e Oliveira;
11) André da Silva Gomes;
12) Amaro José Vieira;
13) Antônio Maria Quartim;
14) Antônio Cardoso Nogueira;
15) Antônio de Siqueira Morais;
16) Francisco Alves Ferreira;
17) Padre Bernardo Conrado;
18) Caetano Pinto Homem;
19) Antônio José Vaz;
20) Gabriel Henrique Pessoa;
21) Manoel José Sevilha;
22) Pedro Taques de Almeida Alvim;
23) Jaime da Silva Teles;
24) Joaquim Inácio Ribeiro;
25) Antônio Floriano Alves Alvim;
26) Jerônimo Pereira Crispim;
27) José Rodrigues Coelho de Oliveira Neto;
28) Frei José Tundela;
29) Francisco de Paula Macedo
30) João Teodoro Xavier;

31) Antônio Gonçalves Mamede;
32) José Manoel Tralhão;
33) Brigadeiro Joaquim José Pinto de Morais Leme;
34) José Fernando da Silva;
35) Antônio José da Mota;
36) Raimundo Pinto Homem;
37) Francisco Antônio Pinto Bastos;
38) José Inocêncio Alvim.

Eis aí como ele fazia política. O partido andradista estava em minoria lastimável. José Bonifácio, abusando dos eu cargo de ministro, deportou de S. Paulo os seus adversários e venceu a eleição. Até o bispo de São Paulo caiu no ódio do Andrada.

No Rio, ele fez a mesma coisa. O partido forte na opinião pública era o de Gonçalves Ledo, - o maçônico. Pois José Bonifácio perseguiu os maçons e ordenou a prisão dos seus inimigos políticos, instaurando-lhes um nefando processo, acusando-os de "republicanos".

Pela lista seguinte, que se vê no processo começado em 30 de Outubro e continuado em 4 de Novembro de 1822, fica-se ciente da importância social dos processados, adversários políticos de Bonifácio:

1) Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto;
2) General Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho;
3) Jornalista Joaquim Gonçalves Ledo, redator do "Reverbero";

4) Cônego Januário da Cunha Barbosa;
5) Conselheiro José Clemente Pereira;
6) Jornalista João Soares Lisboa, redator do "Correio do Rio";
7) Padre Antônio João Lessa;
8) João da Rocha Pinto;
9) Luiz Manoel Alves de Azevedo;
10) Tomás José Tinoco de Almeida;
11) José Joaquim de Gouveia;
12) Joaquim Valério Tavares;
13) Pedro José da Costa Barros;
14) João Fernandes Lopes.

"Pronunciados na monstruosa devassa que mandou proceder José Bonifácio em 30 de outubro, e fez efetiva o ministro da Justiça por aviso de 2 de novembro e que teve começo no dia 4, para justificar os acontecimentos do dia 30 de outubro e por não haver provas, foram julgados inocentes os acusados pelo Tribunal da Suplicação, à exceção de João Soares Lisboa.

Note-se que o crime por que foram acusados esses beneméritos cidadãos foi uma fantástica conspiração contra o governo, e contra a vida do imperador, dizendo-se que se queria mudar a forma do governo monárquico para uma "república". A devassa durou até 16 de abril de 1824". (Melo Moraes, "A Independência", pág. 115, e "Brasil Histórico").

XII – Fisionomia Política

Ninguém melhor que Melo Moraes definiu José Bonifácio como político:

"José Bonifácio temia a todos os homens livres e os mandava vigiar com muito cuidado por seus capangas, como fez com João Ricardo Drumond, padre Feijó, João Mendes Viana e João Soares Lisboa, aos quais chamava de "carbonários".

Mandava prender as pessoas suspeitas sempre que eram encontradas reunidas nas ruas em número de três, e o seu excesso de perseguição chegou a tal ponto que dava proteção ao escravo para depor contra o senhor.

Os Andradas entendiam por liberdade no Brasil o poderio concentrado nos membros de sua família e que sem eles nada se poderia fazer que prestasse.

Quando eles no poder, o que não era Andrada era considerado "demagogo, anarquista, republicano e conspirador"; e quando eles fora do poder os governantes eram "déspotas, tiranos", e contra eles maquinavam guerra de morte. (Moraes, ob. cit., pág. 104).

Todos os que contrariavam, política ou pessoalmente, que se precatassem, porque Bonifácio atiçava sobre eles a sua "matilha de bull-dogs", os capoeiras e caceteiros Miquelino, Lafuentes, e principalmente o mulatão Porto-Seguro.

Para ele, os inimigos pessoais e políticos tratavam-se a pau. Era um grande apaixonado do "argumentum bacculium" de Sgananarello. E um bom atestado poderia ter sido passado pelo jornalista Luiz Augusto May.

E passou-o na "Malagueta", o seu jornal:

> "O ministro Andrada e o Imperador mandaram-me esbordoar, como costumam fazer a todos que analisam a sua política. Não é assim, porém, que se sufocará a Verdade. O tempo o dirá. O Brasil nasceu para ser livre. Os brasileiros terão sua liberdade que hoje se pretende destruir com caceteiros e assassinos. Hoje fui eu.
>
> Mas quem nos dirá que um dia a opinião pública não se levantará contra esses que hoje esbordoam jornalistas indefesos?"

May foi profeta. Bonifácio foi expulso de seu país em 1823 e voltando, em 1829, quatro anos depois se assentava no banco dos réus, na capital do Brasil, diante de um júri solene, acusado de anarquista, revolucionário, e inimigo da Pátria.

Pedro I, em 7 de abril de 1831, teve também a recompensa de sua política de cafajestes e caceteiros.

Em carta a Aracati dizia o primeiro imperador em 23 de janeiro de 1834:

"Sou odiado no Brasil por todos os políticos, e perdi a esperança de lá ir abraçar o meu filho amado".

E Bonifácio, em carta de 3 de março de 1829, dizia a Drumond:

- *"Sou aborrecido por todos os partidos do Brasil".*

Mas como poderia ser amado esse político, se ele somente tratava de destruir a liberdade individual de todos os que não o incensavam? Se tratava a pau os que livremente pensavam?

Um jornalista escreveu quando os Andradas estavam no exílio que eles eram tartufos. E só por isso, lá do retiro de Talance, na França, clamava, sedento de vingança e represália, o sábio Andrada:

"Permitisse o céu que voltássemos (ao Brasil) e lá o encontrássemos (o jornalista) para lhe pagar com um pau os favores que lhe devemos (o epíteto de "Tartufos" atirado aos Andradas)".[14]

E saudoso do seu capanga, o mulatão Porto-Seguro, exclamava, em seguida:

- *"Não haverá um mulatão que lhe "tose" o espinhaço?*

[14] Carta de Bonifácio a Drumond em 27 de agosto de 1826 – Biblioteca Nacional

De outra feita, um deputado e jornalista criticou a política andradina, dizendo-a absolutista e retrógrada. Bramiu o "Patriarca", ex-redator do Tamoio:

- *"Este miserável merece, a meu ver, pau, e nada mais, por ora".* (Carta de 6 de outubro de 1826 – Biblioteca Nacional).

XIII – Prêmios para delatores

Numa eleição disputadíssima, derrotando o partido andradista, Gonçalves Ledo foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro. Que fez o ministro Andrada? Lavrou um decreto de prisão contra o adversário, por ser ele – "republicano e carbonário".

E no aviso "reservadíssimo", de 3 de novembro de 1822, ao intendente de polícia ordenava o ministro:

> "É de todo necessário que se ponha em segurança o sobredito réu Joaquim Gonçalves Ledo, mesmo que para isso se use de violências ou gastos extraordinários ou se contrarie representantes estrangeiros[15], protetores de republicanos e carbonários.
> E V. S. fará o impossível, se for preciso, para o apanhar de "qualquer forma". Disso fará

[15] Referia-se a Westine, cônsul da Suécia no Rio, pois constava que Ledo se escondera em sua casa na noite de 30 de outubro.

> conhecimento aos seus auxiliares, sendo que se gratificará quem o descobrir, pagando-se um conto de réis, se for homem livre, ou a carta de alforria, se for escravo".

Já na véspera (aviso de 2 de Novembro de 1822), ordenara uma arbitrária e rigorosa devassa, processando, à revelia, o digno deputado pelo Rio de Janeiro.

Com a data de 4 de outubro de 1822 expediu o decreto de confisco dos bens de Gonçalves Ledo.

Tendo Clemente Pereira grandes amizades na colônia portuguesa do Brasil de então, e sendo Clemente partidário de Ledo, Bonifácio lavrou o decreto de 11 de dezembro de 1822, mandando confiscar os bens de todos os súditos de Portugal. Mas o decreto só foi executado em relação aos amigos de Ledo e Clemente Pereira.

Para jogar às prisões todos os amigos de Ledo, prometeu a liberdade aos escravos que denunciassem os senhores, só aceitando, contudo, delações que visassem seus inimigos políticos.

Um negociante, denunciado por um escravo, de ter em casa a "Constituição Portuguesa", teve seu lar varejado pela polícia e sendo encontrada num armário a dita "Constituição", foi condenado a 30 anos de cárcere e multa de 100$000 (*Vide processo de Joaquim Garcês de Ávila, 1822).*

Fato idêntico é revelado até em decreto: o de 5 de Outubro de 1822, em que surge na cena política o pardo Felipe, escravo de João Coelho, delatando o seu senhor.

XIV – Absolutismo

Pelo decreto de 22 de abril de 1822 Bonifácio destituiu e nomeou em subscrição, exaltados políticos do seu partido.

Pelo decreto de 2 de outubro de 1822 estabeleceu a lei marcial em todo o país. São palavras textuais desse "ukase" bonifaciano: "SÓ DEVERÁ REINAR A LEI MARCIAL".

O Visconde de Porto Seguro, bem compreendendo o "caráter político" de Bonifácio, comenta na pág. 227 de sua "*História da Independência*" :

> "Inaugurava (Bonifácio) deste modo, logo no primeiro mês do Império, um sistema inquisitorial, que nem sequer tinha estado em vigor no Rio de Janeiro durante os treze anos do regime absoluto que findara em 23 de Fevereiro do ano precedente.
> E como se ainda não fosse bastante, quando a imprensa da oposição estava pelo próprio José Bonifácio agrilhoada, tinha este a debilidade e a falta de generosidade de insultar o seu adversário, com uma sátira em forma de

> vilancico de trinta e oito estrofes de líricos quebrados, que fazia publicar nesse mês de novembro, começando por esta:
>
> Com ar altivo, com rosto ledo,
> Já vi ao cume de alto penedo,
> Subir da lama um figurão,
> Gritando ao mundo – "Constituição"[16]

Referia-se a Gonçalves Ledo e ao seu partido que exigia uma Constituição Liberal modelada pela da Inglaterra.

Diante de tão grande sanha ministerial, Ledo, o chefe do partido que pugnava por uma "Constituição" modelada pela da Inglaterra, perseguido apesar de ser deputado pelo Rio, escondeu-se na fazenda de seu amigo Belarmino Ricardo de Sequeira (depois Barão de S. Gonçalo), em S. Gonçalo, província do Rio.

Diz o barão do Rio Branco, na "Revista do Instituto Histórico", nota do tomo 79, parte I, pág. 228:

> "O cônsul da Suécia, Lourenço Westine, facilitou-lhe (a ele, Ledo) o embarque para Buenos Aires em um navio mercante de sua nação. A vida de Gonçalves Ledo correu perigo naqueles dias. Os capangas (de José Bonifácio) José de Oliveira, Porto-Seguro, Miquelino e outros pediam em

[16] Esse insulto ao grande Ledo foi impresso no prelo oficial.

> altas vozes a sua cabeça, e um cônego, Thomaz José de Aquino, não duvidou em declarar, depondo na devassa, pondo-se de pé e em altas vozes, que se era necessária para a salvação de sua pátria e dos seus concidadãos a morte de Ledo, ele testemunha, naquele mesmo instante lhe ia romper as entranhas, uma vez que lhe perdoassem o assassinato".

Esse cônego temeroso e sanguinário era íntimo comensal de José Bonifácio.

As fortalezas de santa cruz, Ilha das Cobras, Conceição e Lage, foram atulhadas de presos políticos, partidários de Gonçalves Ledo. O General Luiz Pereira da Nóbrega, José Clemente Pereira, o cônego Januário da Cunha Barbosa, o Brigadeiro Domingos Alves Branco, protagonistas da Independência, foram presos e recolhidos à fortaleza de Santa Cruz.

No dia 20 de dezembro, no bergantim francês "La Cécile", foram expulsos do território nacional, deportados para o Havre.

Até diante de ministros estrangeiros, no Rio, Bonifácio explodia a sua cólera. Ouçamos o que diz um Ministro de Estado em 1833 (o Marquês de Sapucaí) na primeira página do órgão oficial do Império, o "Correio Oficial", de 28 de dezembro de 1833:

> *"Celebrando-se no dia 22 de maio o aniversário dos mártires da Bahia, com*

pomposo funeral na igreja de S. Francisco de Paula e movendo-se a conversação sobre a "representação do povo", que teria lugar no dia seguinte, disse o Sr. José Bonifácio, tratando-se dos seus agentes (representantes do povo, Ledo e outros), em uma tribuna do lado da Epístola da Capela-Mor daquela igreja:
- "Hei de dar um pontapé nestes revolucionários e atirar com eles no inferno!"

Deste dito temos testemunhas presenciais no Rio de Janeiro, pessoas de inteiro crédito.

Por essa ocasião, disse o Sr. José Bonifácio ao ministro encarregado dos Negócios de Áustria, na sua sala de visitas e em voz tão alta que foi ouvido pelos que se achavam na sala de espera:

"Hei de enforcar estes constitucionais na praça da Constituição!"

E 10 anos depois Bonifácio pregava e praticava a revolução, assentando-se por isso na banco dos réus, defendido pelo Dr. Ladislau Japiassú, mandante do assassinato de Libero Badaró, jornalista liberal.

XV – O patriarcado

José Bonifácio é o patriarca da Independência?

Diz a história oficial – "sim"; dizemos nós – "não".

Em primeiro lugar, essa denominação de patriarca é imprópria e ridícula no caso vertente.

Em história, diz um notável escritor moderno (Charles Marie, "L'Histoire", pág. 5), "*patriarche est le chef de famille, roi parmi les siens, que exerce les fonctions de juge et prête".*

Assim, chamar-se historicamente, José Bonifácio de patriarca da independência, é uma rematada tolice. Mas donde nasceu essa idéia?

Da asneira dum pintor. Ouçamos, a respeito, o que diz um ilustre brasileiro, contemporâneo dos Andradas:

> *"Sendo eu estudante de engenharia em 1832 e passando com outros pela rua do Ouvidor, vi, em uma loja, um quadro contendo vários bustos e no centro dele o do conselheiro Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, com uma inscrição (por sobre a cabeça de José Bonifácio), que dizia – "Patriarca da Independência".*
> *Até essa época nunca ouvira falar em patriarcado da independência, dado a José Bonifácio, mas espalhando-se a notícia da existência do quadro por entre os partidários dos Andradas, grassou a idéia, aceitando-a mesmo o Sr. José Bonifácio, até que os contemporâneos que acompanhavam os movimentos políticos de 1821 a 1833, aparecendo na imprensa da época, restabeleceram a verdade dos fatos e desmantelaram ou anularam o pretendido*

> *patriarcado do Sr. José Bonifácio".* (Marechal Henrique Baurepaire Rohan, ex-ministro de Estado, ex-conselheiro supremo da Guerra, membro do Instituto Histórico, in – "A Independência e Império,"M.M., pág. 138).

Suponha-se, e não vai disparate no símile, que amanhã um ilustre pintor do Rio resolva fazer um quadro dos protagonistas da República e no centro esboce a figura do conselheiro Rodrigues Alves, encimando-a com o dístico – "O Patriarca da República" – e exponha a obra prima em um mostruário na rua do Ouvidor

Os admiradores do conselheiro guaratinguetense soltariam o foguetório do aplauso; a e notícia correria vertiginosamente do Oiapoque ao Chuí, e o quadro ficaria célebre.

Mas, os protagonistas da república, ainda vivos, viriam à imprensa, provando documentalmente que o conselheiro, de fato, encheu a república com o seu nome, foi duas vezes presidente de S. Paulo e do Brasil, porém, combateu o republicanismo até 15 de novembro de 1889 e somente dois dias depois, já triunfante o movimento revolucionário, aderiu a ele.

Viria o Sr. Rodolfo Miranda, republicano histórico, provar que quando s. s. era vereador em S. Simão, e o conselheiro Rodrigues Alves presidente de S. Paulo, a Câmara san-simonense foi processada por ser republicana, justamente em vésperas da república, e pelo Sr. conselheiro Rodrigues Alves.

E as coisas ficariam assim explicadas. Mas a tradição popular, já impressionada pelo retumbância desse "patriarcado" republicano, não se esqueceria dele.

E daqui a 50 anos um historiador diria, tratando da figura empolgante do conselheiro Rodrigues Alves que ele foi o "patriarca da República" – e um jornalista acrescentaria – "o maior dos republicanos históricos" – pondo assim em plano secundário – Quintino, Rui, Benjamim Constant, Deodoro, Prudente, etc.

Então outros jornalistas e outros historiadores repetiriam a expressão. O governo mandaria fazer uma estátua do conselheiro, que seria colocada na praça da república, e a mocidade brasileira do século XXX, ou do ano 2000, diria reverente, indicando com o fura-bolo o bronze comemorativo: "eis ali o patriarca da república!" por toda a parte se veria então a efígie do conselheiro paulista encimada pelo dístico gracioso – "patriarca da República".

E ninguém mais lhe tiraria o patriarcado *"per omnia secula..."*

***

Em 1817 Antônio Carlos entrou para a revolução pernambucana e enquanto trabalhava pela independência, seu irmão José Bonifácio, fazia retumbantes discursos em Lisboa, elogiando os

tiranos, como, por exemplo, o panegírico da rainha D. Maria I.

Em carta de 14 de abril de 1817, dizia Antônio Carlos ao mano Bonifácio que sentia estar separado dele politicamente, militando em partido diverso: o de Antônio Carlos era o dos brasileiros; o de José o dos portugueses; o primeiro, o da liberdade; o segundo, o da escravidão do Brasil.

Em 1818 escrevia Bonifácio a Antônio Carlos lastimando que ele estivesse preso "por não ter tido juízo e discernimento nas coisas políticas".

Em 1819 obteve uma licença do governo português e veio ao Brasil. E convidado para tomar parte na Maçonaria carioca (Loja "Comércio e Artes", em franca conspiração), respondeu a José Joaquim da rocha: "*O entusiasmo do Brasil não passa de fogo de palha*". E não entrou no movimento.

Em 1820 os maçons trabalhavam sem descanso, ora na sede da loja, na rua Nova do Conde n° 4, ora na casa do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, na rua da Ajuda n° 64, ora no convento de Santo Antônio.

Eram os conspiradores – padres, generais, juízes, capitalistas, doutores. E entre eles não se achava José Bonifácio que, comodamente, espiava, em S. Paulo, a maré política. Entretanto, tinha um meio propício para agir, pois em todas as circunstâncias brasileiras latejava a revolução.

E somente em 24 de dezembro de 1821 é que se manifestou, quando já era triunfante a idéia da liberdade, e assim procedeu em virtude de um convite do Rio de Janeiro. Não foi um ato espontâneo.

Em meados de outubro de 1821 Antônio Carlos escreveu a seu irmão José, então vice-presidente de S. Paulo, contando que o governo português lhe suspenderia os vencimentos.

E, de fato, em sessão de 30 de outubro de 1821, o deputado Borges Carneiro, após um violento discurso, apresentou nas Cortes Portuguesas um projeto que autorizava o governo a sustar o pagamento dos diferentes vencimentos (mais de 12 contos de réis por ano), que José Bonifácio, apesar de estar ausente no Brasil, recebia como lente, como inspetor das minas e como diretor das obras do Mondego.

Eis os termos dessa proposta, publicada no "Diário das Cortes", n° 213, sessão de 30 de outubro de 1821:

> "Sou informado de que o Dr. José Bonifácio de Andrada, há muito tempo ausente no Brasil, recebe anualmente cousa de doze mil cruzados de ofícios públicos que tem neste Reino, como por exemplo, de inspetor do encanamento do Mondego, de inspetor geral das minas, de lente de metalurgia, etc., etc. Ter muitos ofícios e não servir a nenhum; tê-los em Portugal e estar no Brasil, e fazerem-se tais remessas de dinheiro

> para o país onde ele nasce, são coisas que não entendo. O dinheiro público é muito precioso para assim se desperdiçar. Ordenados são tributos impostos à nação: não sei que se possam impor tributos para semelhantes fins. Proponho, portanto, se diga ao governo que enquanto o dito Sr. Andrada não vier efetivamente para o Reino servir seus ofícios, mande suspender-lhe os pagamentos, à exceção dos que lhe tocarem por jubilação ou aposentadoria.
> Borges Carneiro".

O projeto passou, e em virtude disso Bonifácio deixou de receber dos cofres portugueses os milhares de cruzados que até então recebia, apesar de se achar ausente de Portugal. Esse ato das Cortes, aprovando o projeto Borges Carneiro, irritou sobremaneira José Bonifácio e atirou-o nos braços dos independencistas.

E só depois disso é que surgiu na cena política do Brasil o sábio paulista, trabalhando, contudo, muito fracamente.

Os laços que o prendiam a Portugal foram rotos com a suspensão dos vencimentos que indevidamente recebia do governo português. Que se diria de um homem que, residindo em S. Paulo, recebesse ordenados de três empregos rendosos em Portugal?

Não lecionava, não inspecionava as minas portuguesas, não dirigia as obras do Mondego... e ganhava como se tudo fizesse!

Estudemos o patriotismo de José Bonifácio através dos grandes acontecimentos políticos da independência.

A Maçonaria preparava movimentos subversivos em todas as províncias. O plano era derrubarem-se os governadores portugueses, elegerem-se juntas governativas compostas de brasileiros, organizarem-se por intermédio dessas juntas, milícias brasileiras e depois disso lançar-se o grito da independência com a república. Em diversas províncias os governadores foram derrubados.

Vejamos o que sucedeu em S. Paulo. Já vimos uma descrição, feita por uma testemunha ocular, e agora vejamos a do historiador Melo Moraes, na "História da Constituição", pág. 52:

"Os males provenientes de um sistema abusivo tinham de tal sorte indisposto os ânimos, que toda a interposição da parte do governador para consolidar a confiança dos povos, já abalada por anteriores comportamentos, era inteiramente baldada.

Ele mesmo, intimamente convencido da sua impossibilidade para obrar com energia, vendo-se despopularizado, sem força física nem moral para fazer executar as leis, pediu, por vezes, ao ministério a sua demissão... – alguns patriotas bem certos da

unanimidade de sentimentos que animavam a todos os cidadãos, determinaram aproveitar-se da ocasião que a fortuna parecia deparar na reunião dos corpos milicianos, convocados para a festividade do dia 21, e ajuntando-se na manhã de 23 na praça dos Paços do Conselho tocaram rebate no sino da câmara, e dando vivas à religião, a el-Rei e à constituição, proclamaram um governo provisório.

Esta notícia, levada rapidamente ao quartel do batalhão de caçadores, causou a mais forte sensação. Seu chefe, o Coronel Lázaro José Gonçalves, não hesitou um momento em atender aos votos dos seus soldados, que marcharam logo em auxílio do povo para a instalação do governo provisório.

O Coronel Inácio de Souza Queiroz que então se achava com o seu 1° regimento de infantaria miliciana, passando-lhe mostra, ouvindo tocar rebate e sabendo o que se passava na praça dos Paços do Conselho, não tardou em apresentar-se à frente do dito regimento.

O mesmo fez o Coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, aparecendo logo com o seu primeiro regimento de cavalaria miliciana, assim como todas as praças do 2º de cavalaria, todos milicianos, que se achavam na cidade. O sino tocava sempre a rebate, e cada vez se ajuntava mais povo.

Reunidos os corpos, uma deputação de três capitães foi mandada em nome do povo e tropa convidar para

presidente da eleição ao conselheiro José Bonifácio de Andrada. Outra deputação foi mandada ao ouvidor e à câmara para que se apresentassem nos paços do conselho.

Apenas a primeira deputação apareceu na praça, trazendo no meio ao ilustre sábio da nação, conhecido em toda a Europa pelo nome de Monsieur d'Andrade, os ares retumbaram com este grito muitas vezes repetido:
- Viva o Sr. conselheiro!

Ele subiu à sala da câmara, acompanhado de imenso povo, e disse:

- "Senhores, eu sou muito sensível à honra, que me fazeis em eleger-me para presidente da eleição do governo provisório que pretendeis instalar. Pela felicidade de minha pátria eu farei os mais custosos sacrifícios até derramar a última gota do meu sangue".

A resposta foi um grito geral:

- "Viva o Sr. conselheiro!"

E ele continuou:

- "Esta eleição só pode ser feita por aclamação unânime; descei, senhores, à praça e eu da janela vos proporei aquelas pessoas que por seus conhecimentos e opinião pública, já por vós manifestada, me parecem dignas de serem aceitas".

Alguns cidadãos lhe disseram:

- *"Sr. conselheiro, não queremos no governo aqueles que até agora têm sido nossos opressores"* e queriam personalizar; mas ele os atalhou, dizendo:

- *"Senhores, este deve ser o dia da reunião de todos os partidos, da reconciliação geral entre todos. Não nos lembremos mais do passado; desapareçam ódios, inimizades e paixões: a pátria seja a única mira nossa. Completemos a obra da nossa regeneração com sossego e tranqüilidade, imitando a honrada e gloriosa conduta de nossos irmãos de Portugal e Brasil. Persuadido de que haveis posto em mim vossa confiança, aceitei o vosso convite, e aqui estou pronto para dirigir-vos e para trabalhar pela causa pública. Se de fato confiais em mim e estais resolvidos a portar-vos como homens de bem, então me encarrego de procurar a vossa felicidade, expondo a minha própria vida; mas se outros são os vossos sentimentos, se o vosso intuito não se dirige somente ao bem da ordem, se pretendeis manchar a glória que vos pode resultar deste dia e projetais desatinos, então me retiro; ficai e fazei o que quiserdes".*

- *"Não senhor"*, responderam todos a uma só voz; "*nós temos toda a confiança em V. S., toda e toda".*

- *"Pois bem"*, disse ele, "*descei à praça e aprovareis daqueles que hei de nomear os que mais vos merecem".*

O povo se meteu no meio de um círculo formado pelas topas. O estandarte da Câmara foi colocado em uma

janela e na mesma se achava o ouvidor, juiz de fora e vereadores.

Em outra janela apareceu o conselheiro e depois de uma breve e eloqüente fala ao povo e tropa, exortando-as a que se portassem com honra e boa ordem, disse:

- *"Para presidente do governo provisório o Ilmo. Sr. João Carlos Augusto, que foi General desta província".*
(Brasil-Reino, pág. 52).

Eis aí o fato. Enquanto em outras províncias o governador português era posto fora do governo, em S. Paulo também o era, porém para ser reposto logo depois na chefia da província. E por quem? Por José Bonifácio, o patriota, o patriarca da Independência!

O povo revolta-se contra o governador de S. Paulo, consegue a adesão das tropas da cidade, depõe o capitão-General João Carlos Augusto Oyenhausen, governador português, fidalgo devotadíssimo aos Braganças, tirânico e reacionário contra os políticos liberais.

Esse mesmo povo quer fazer uma eleição, procura para presidente da mesma o conterrâneo ilustre, o sábio Andrada; aclama-o e deseja-o para seu presidente. E que faz ele nessa emergência?

Fala ao povo e tropas, convence-os com sua eloquência que se não deve fazer a eleição e sim uma aclamação; que se não devia reagir contra os portugueses; e fez uma indicação assombrosa:

Pede ao povo e tropa que seja presidente de S. Paulo o Capitão General João Carlos Augusto Oyenhausen, isto é, o governador português deposto pela revolução, esse mesmo que por seus atos arbitrários e reacionários determinara o movimento revoltoso!

Entretanto houve, diz o narrador acima citado, cidadãos que disseram: "*Sr. conselheiro, nós não queremos no governo aqueles que até agora têm sido nossos opressores*". E não valeu o protesto.

A eloquência de José Bonifácio repôs no governo o chefe português detestado perlo povo, e com isso granjeou a confiança de D. Pedro I e a amizade da princesa Leopoldina que, austríaca, via em Oyenhausen um fidalgo de linhagem austríaca. E isso mais tarde lhe valeu o ministério.

Que diferença do que aconteceu em Pernambuco e Alagoas, por exemplo!

Pois esse ato de Bonifácio não foi uma traição ao partido independencista, aos revolucionários paulistas, aos interesses da emancipação política do país?

O povo queria-o para presidente e ele fez presidente o governador deposto, sugestionando esse mesmo povo paulista.

Mas José Bonifácio foi o fautor da revolução paulista de 23 de junho de 1821, da qual resultou a junta governativa ?

Absolutamente não.

Quem fez o movimento foi a Maçonaria, que agiu em S. Paulo por intermédio dos irmãos Alvim, maçons e nacionalistas.

Eis o que nos conta o Brigadeiro Machado de Oliveira ("Obras escolhidas", vol. I, págs. 326-327):

> "Designado para esse fim o dia 23 de junho, e feitos os avisos para a reunião popular na praça de São Gonçalo, no que desempenhou sobre todos a maior diligência o benemérito cidadão José Inocêncio Alves Alvim, paulista de que só há recordações honrosas, começando então sua carreira de dedicações pelas liberdades públicas de que jamais se desviou, e se fez distinto pela nobreza de seu caráter e firmeza de suas convicções.
>
> Ao alvorecer desse dia (23 de Junho), ouviu-se o som de alarme, partido do sino da cadeia, tangido por José Inocêncio, tendo a seu lado seu irmão Joaquim Alvim; e era esse o sinal convencionado para a junção do povo e tropa. Esse cidadão, logo que se viu rodeado pelo povo e por ele vivamente vitoriado, e que a tropa se apresentara ali em formatura com seus chefes, levantou vivas à religião, ao sistema constitucional, às bases da constituição, ao

> príncipe regente e ao governo provisório que se ia instalar.
>
> Conheceu-se então na vontade geral a conveniência de se pedir a presença do conselheiro Andrada e para esse fim dirigiu-se-lhe uma deputação de oficiais, que com sua "anuência", a acompanhou ao paço da câmara".

Repare-se bem: COM SUA ANUÊNCIA. José Bonifácio, convidado, "anuiu", isto é, "aderiu" ao movimento. Não o fez, não o iniciou, não o preparou e vendo-o triunfante, "*anuiu, aderiu e o traiu*", repondo no governo o detestado governador português João Carlos Augusto de Oyenhausen! Belíssimo revolucionário!

Mas, não é tudo.

Sendo vice-presidente de S. Paulo, em fins de 1821, deu instruções particulares aos deputados paulistas para que evitassem a todo transe a separação do Brasil, de Portugal.

Essas instruções se encontram na Biblioteca Nacional. Assinadas por José Bonifácio, tendo a data de – S. Paulo, 9 de outubro de 1821 -, são divididas em três capítulos e subdivididas em artigos.

E o artigo 1° do capítulo I, diz que a deputação deve esforçar-se pela "*integridade e indivisibilidade do Reino Unido – Portugal e Brasil".*

Assim, em 9 de outubro de 1821, José Bonifácio, como vice-presidente de S. Paulo, dava ordens terminantes aos deputados paulistas nas cortes para que combatessem a idéia de independência do Brasil, pois a tanto equivalia a defesa da "integridade e INDIVISIBILIDADE" do Reino Unido de Portugal e Brasil".

É que o deputado português Borges Carneiro não tinha ainda feito o seu discurso contra os vencimentos indevidos de José Bonifácio e este ainda era comensal fidalgo do Tesouro português (*mais de um conto de réis por mês, por cargos que não exercia*).

Em dezembro de 1821, foi feito o último pagamento do Tesouro português. Bonifácio zangou-se.

Foi então que Pedro Dias foi a S. Paulo. Ouçamos o que diz um historiador:

> "Pedro Dias de Macedo Paes Leme foi até Sepetiba, e depois, embarcando em uma canoa, chegou a Santos, e de lá partiu para São Paulo, em cuja cidade entrou, na noite de 23 de dezembro.
>
> José Bonifácio estava doente de erisipela em uma cama, fora da cidade. Apesar da chuva copiosa que caía naquela noite, Pedro Dias foi à chácara onde estava José Bonifácio.

> A visita de Pedro Dias àquela hora da noite o surpreendeu. O conteúdo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias o puseram em agitação e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta, expôs o negócio e propôs que se escrevesse ao Príncipe, pedindo que não partisse para Portugal, enquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação, que a província de S. Paulo ia mandar para explicar a Sua Alteza os motivos do pedido".
> (Moraes, "Brasil Reino", págs. 87-88).

Eis aí.

Ainda o ato de 24 de dezembro de 1821, não foi espontâneo; convidado, por intermédio de Pedro Dias, pela Maçonaria e pelo Rio de Janeiro, para escrever ao príncipe D. Pedro em nome de S. Paulo, José Bonifácio "*aderiu à idéia, acedeu ao pedido*".

A carta de 24 de dezembro de 1821 não foi o resultado de uma explosão patriótica, mas sim o resultado de um pedido, duma sugestão!

José Bonifácio não foi escolhido para ir ao Rio falar com o príncipe em nome do governo de S. Paulo. Se o fez foi simples obra do acaso. O escolhido foi Martim Francisco que, adoecendo, mandou o irmão.

É o que nos conta o historiador citado, na página 92 do seu livro:

"Esperava-se com ansiedade perla resposta de S. Paulo. Às 8 horas da noite do dia 1° de janeiro de 1822, Pedro Dias entregou o ofício da junta provisória do governo de S. Paulo. José Bonifácio não escreveu; porém, Martim Francisco respondeu ao capitão-mor José Joaquim da Rocha por uma carta muito lacônica, na qual, sem entrar em outros pormenores, dizia tão somente estas memoráveis palavras:
- *"Nunca quis entrar em revolução, porque conhecia a pouca madureza dos meus patrícios, porém agora, como a necessidade insta, mostrarei para quanto pode em mim o amor da minha pátria".*

De Minas as notícias não foram tão satisfatórias, como eram de esperar. O portador que levou as cartas para o desembargador vice-presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcelos e para outras pessoas de Vila Rica e Mariana, conduziu-se de modo que fez suspeitar-se n capital daquela província, que não eram sinceras as propostas do Rio de Janeiro e que aí se aparentava uma cousa para se fazer outra.

Daí veio a demora em que se achou minas em relação a São Paulo para acudir ao reclamo do Rio de Janeiro; e daí veio também a perturbação que houve em se mandar mensageiro daquela província com aparências de republicanismo.

O governo de S. Paulo designou, para vir ao Rio de Janeiro pedir a "ficada" do Príncipe, a Martim Francisco,

mas como adoecesse, este encarregou de o substituir a José Bonifácio.
O governo de Minas designou para igual finalidade ao seu vice-presidente desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcelos".

Disso se conclui que só acidentalmente José Bonifácio foi representante de S. Paulo para ir ao Rio pedir ao príncipe que ficasse no Brasil.

Varnhagen, Visconde de Porto seguro, em sua "História da Independência", editada pelo Instituto Histórico do Brasil, diz na pág. 147, que a "ficada" do príncipe no Brasil (9 de janeiro de 1820), foi devida ao Rio de Janeiro que convidou Minas e S. Paulo, este por intermédio de Pedro Dias.

O mesmo historiador, na pág. 173 da citada obra, escreve:

> *- "Não agradou muito a idéia (o conselho de procuradores, decreto de 16 de fevereiro de 1822) ao ministério (presidido por Bonifácio), talvez por não ser de iniciativa sua".*

Assim, José Bonifácio se desagradou com o conselho dos procuradores, grande passo de nossa independência.

Ainda o mesmo historiador, na mesma obra citada, pág. 147:

> "Recorreu então a Câmara ao pedido de convocação de uma Constituinte (passo

> principal de nossa Independência) e José Bonifácio aconselhou ao príncipe uma resposta evasiva! E a Constituinte era a independência.
>
> Os procuradores dos Estados pediram ao príncipe D. Pedro a convocação da Constituinte. A representação de 3 de junho de 1822 foi feita por Gonçalves Ledo.
>
> Não podendo contrariá-la, Bonifácio conformou-se com ela:
>
> Estremeceram os ministros (entre os quais Bonifácio) com a audácia das proposições proferidas por Ledo que nenhuma leitura prévia lhes havia feito da mencionada representação; porém, reconhecendo o estado de efervescência popular e a impossibilidade de se opor no mais mínimo à torrente sem ser por ela derrubados, apressaram-se a escrever na própria representação de Ledo... que com ela se conformavam". (Varnhagen, "História da Independência").

Assim, não tendo forças para impedir a Assembléia Constituinte, pedida e decretada em 3 de junho de 1822, o ministro Bonifácio conformou-se com o caso para não ser derrubado do poder. E a Assembléia Constituinte equivalia à independência!

Em 20 de agosto de 1822 foi decidida a independência do Brasil em sessão da Maçonaria, presidida por Gonçalves Ledo, contra a vontade de Bonifácio que se recusou a comparecer ao ato.

Igualmente em 17 de setembro de 1822, na sessão em que D. Pedro foi proclamado imperador do Brasil.

E onde estaria o patriota Bonifácio?

Se José Bonifácio, em carta entregue ao príncipe D. Pedro em 7 de setembro de 1822, no Ipiranga, o incitou à independência, é porque nos ofícios vindos de Lisboa, as Cortes ordenavam a ida imediata do príncipe para Portugal e a prisão e processo do seu ministro José Bonifácio!

Assim, vimos que José Bonifácio não fez o movimento de 23 de junho de 1821 em S. Paulo; não fez de "motu proprio" a representação de 24 de dezembro de 1821; só foi ao Rio de Janeiro pedir ao príncipe que ficasse no Brasil, porque seu irmão Martim Francisco estava doente; opôs-se aos decretos de 16 de fevereiro e de 3 de junho de 1822, que constituíram, na verdade, a nossa independência; não foi à loja maçônica, de que fazia parte, na importantíssima reunião de 20 de agosto de 1822, em que se decidiu a nossa emancipação política...

Bonifácio era um oportunista. Ele mesmo o confessou em carta ao Conde de Funchal:

> *"É fado meu: quase nunca faço a tempo o que devo e o que quero, mas, sempre, "o que de mim exigem as circunstâncias".*

Em 1817 explodiu a revolução de Pernambuco, visando a emancipação política do país. José Bonifácio que era então um áulico perfeito, fazedor de panegíricos dos Braganças, poderia aderir ao movimento, o que não fez. Nem ele, nem Martim Francisco.

Entretanto, seu irmão Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, colocou-se imediatamente ao lado dos brasileiros, contra o domínio português, separando-se, assim, politicamente, de seus dois irmãos que se conservavam fiéis ao soberano de Portugal, e portanto, ao domínio português no Brasil.

Foi nessa ocasião que Antônio Carlos escreveu a José Bonifácio e a Martim Francisco, separados pela política, mas unidos pela amizade e pelo sangue. Eis as suas cartas:

"Carta de Antonio Carlos a José Bonifácio":
- "Meu bom irmão e amigo – Tendo recebido a última carta em vésperas de correição não respondi logo, guardando para quando viesse; mas como fui chamado antes de findar a correição, agora o faço. Eu contava de mandar alguma coisa à minha pobre amiga D. Luiza; mas a sorte, que é minha adversa, fez gorar todas as minhas idéias. Eis-me de novo sem meios certos de subsistência.

A revolução de Pernambuco distraiu o meu lugar e isto tendo eu só um ano a ocupá-lo, e não tendo podido nesse tempo fazer mais do que desempenhar-me. Foi um sucesso assombroso (a revolução); cinco ou seis homens destroem num instante um governo estabelecido, e todas as autoridades se lhes sujeitam sem duvidar. Eu fui chamado pelo novo governo provisório, e fui tratado com o maior respeito e distinção, pedindo-se-me que tivesse assento entre eles e assistisse às suas deliberações para os aconselhar, o que até agora tenho feito. As tropas mostram zelo, e todos tem jurado defender a causa da liberdade, e não se sujeitarem mais ao poder real; se alguns ânimos vacilam, o geral é aferrado à nova ordem.
Vai a ser convocada a assembléia constituinte, e interinamente há um governo de cinco membros e um conselho de governo.
Foram destituídos os juízes de fora e ouvidores, e ficou tudo devolvido aos juízes ordinários, e para última instância a um colégio supremo de justiça. Tem-se abolido alguns impostos dos mais onerosos e trabalha-se muito para colocarem-se num pé de defesa respeitável. Eis-me, portanto, separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados, o que me custa. A lista civil não tem sido paga, que é o mesmo que dizer-se que estou pobre. Adeus, recomenda-me à tua família, e recebe o coração de teu irmão e amigo. – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e
Silva. – Pernambuco, 14 de abril de 1817". ("Brasil-Reino", pág. 176).

Repare-se bem na frase: "*Eis-me portanto, separado dos meus, visto os dois partidos em que nos achamos alistados".*

Isso quer dizer que José Bonifácio e Martim Francisco ficaram ao lado do domínio português, enquanto Antônio Carlos se punha ao serviço dos brasileiros, que tentavam sacudir o jugo de Portugal, arvorando o estandarte da independência no território pernambucano, em 1817.

E enquanto Antônio Carlos passava necessidades em Pernambuco por servir à causa da independência, não tendo dinheiro para mandar à sua amiga Luiza, José Bonifácio e Martim Francisco, ao lado dos portugueses, gozavam os favores do aulicismo.

Eis a carta dirigida a Martim Francisco:

"Martim".
Já sabes a estas horas o sucesso de Pernambuco. No dia 5 do corrente, estando eu de correição, levantou Pernambuco a bandeira da independência e o conseguiu, tendo nisto grande parte a fraqueza do General Caetano Pinto. Fui chamado pelo novo governo e cheguei no dia 9, e tenho assistido a maior parte dos conselhos. Este sucesso tem sido muito aplaudido por todo o povo; eu tenho, porém, um grande desgosto com ele, "que é nos vermos separados, talvez para sempre". O destino assim o quer, que remédio!

Particulares e autoridades, tudo tem reconhecido o novo governo e a forma republicana. Participa à nossa mãe estas notícias; tem, porém, cuidado em tranquilizá-la a meu respeito. Tu bem sabes quanto jeito é preciso para que estas novas não a acabem, visto a sua grande idade. Adeus. Saudades aos amigos Mariano, Belchior e Rodrigues. Pernambuco, 29 de março de 1817. Sou teu irmão e amigo – Antônio Carlos".

P.S. – Acabo de vir do conselho, assombrado de ver a imensa tropa que baixa do interior; há já mais de 6.000 homens de tropa regular, e deve montar a dez, o que com as milícias e ordenanças formará um exército de 30.000. O sistema de administração e justiça está se reformando; as ouvidorias vão abaixo; eu... perdendo o meu lugar, além do risco de perder o ofício que tenho em S. Paulo. Sinto, mas tenho paciência. Dá-me notícias tuas. – Antonio Carlos. ("Brasil-Reino", pág. 176).

Aí está: Antônio Carlos arriscou a perder o seu ofício, o seu emprego em S. Paulo, colocando-se ao lado dos brasileiros contra o domínio português.

E quase ao mesmo tempo, em Portugal, em sessão solene da Academia de Ciências, José Bonifácio proferia os elogios da Rainha Maria I, aquela mesma que mandara enforcar Tiradentes e desterrar para a África os gloriosos inconfidentes.

XVI – Bonifácio e o Brasil

Em carta a João de Mendonça, Reitor da Universidade de Coimbra, em 14 de novembro de 1809, José Bonifácio declarou que somente seguiria para o Brasil se em Portugal não pudesse ficar, ou segundo suas próprias palavras: "*se não pudesse servir de alguma utilidade...*"

Vejamos tal documento:

> "Exmo. Amigo e senhor:
> Pedindo a mulher de José Bonifácio licença para seu marido passar ao Brasil, para o que já tinha passaporte pela secretaria da Marinha, respondi-lhe que sem ele me falar, e designar pessoas capazes de o substituírem, eu não concorreria para a dita licença.
>
> Veio e falamos largamente, concluindo que, apesar do interesse que tinha de ir à sua pátria, não o faria se aqui pudesse servir de alguma utilidade. Louvei a sua honra e patriotismo, e lhe pedi que apontasse o modo de trabalharem as minas, conforme a falta de meios em que infelizmente nos achamos. Já me remeteu duas memórias: uma que levou o Marquês das Minas, sem eu a ver, porque desejei interessá-lo, e que ainda não restituiu; e outra que acabo de examinar para propor ao Governo, desejando fazer todos os esforços para trabalharem as minas de ferro.

> Agradeço muito a V. Excia. a sua zelosa advertência; porque toda a minha intenção é acertar e concorrer para a salvação da pátria, que está no maior risco, mas minha saúde está arruinada; e pouco, ou nada, posso fazer. V. Excia. acudirá. O mesmo Sr. G. a V. Excia. m. a. – Portas do Sol, 14 de novembro de 1809.
> Exmo. E Am. Sr. – Principal Souza.
> De V. Excia. maior venerador e atento cativo – João Antonio Salter de Mendonça".

Documento inédito, e que esteve em mãos do Dr. José Carlos de Macedo Soares, esta carta por certo esclarece um ponto curioso de nossa história, qual seja a ausência de José Bonifácio da terra que o viu nascer, justamente num tempo em que o Brasil necessitava dos grandes espíritos, como o dele.

Regressando de sua peregrinação pelas capitais européias, onde fora haurir os ensinamentos dos grandes mestres, o paulista ilustre pensou em sua pátria, e, de passaporte tomado, já imaginava desembarcar no Brasil, quando Portugal exigiu os seus serviços, "para a salvação do país em risco", diz o documento nas entrelinhas.

Realmente, José Bonifácio ficou em Portugal e aí prestou os mais assinalados serviços, ora com as vibrações de sua inteligência privilegiada, ora com o seu prestígio pessoal, grande e requestado.

Assim, se viu o Brasil privado dos seus serviços, justamente no período mais necessário, na

preparação do Brasil Reino, no primeiro passo da nossa independência, ou seja na instalação definitiva da Corte no Rio de Janeiro.

Se José Bonifácio aqui estivesse em 1808 e 1809, e se pusesse de lado de Silva Lisboa (Visconde de Cairu), certamente grandes iniciativas se realizariam desde logo, e possivelmente outra teria sido a marcha dos acontecimentos políticos da segunda década brasileira do século passado.

XVII – Os Serviços de José Bonifácio

Em 1816, novamente o grande sábio quis sair de Portugal. É o que revela este documento, cujo original pertenceu ao General Rondon:

> "Senhor,
> Representa a V.A.R. o desor. José Bonifácio de Andrada e Silva que ele suplicante se acha muito falto de saúde e forças, como é de notoriedade pública e já ter atestação do médico que o mostrara perante o governo de Portugal, e sem esperança alguma de completo restabelecimento, por serem as moléstias que padece de natureza crônica e já envelhecidas, que a medicina não sabe curar, mas só quando muito paliar com dieta e sossego, que não pode ele ter no exercício ativo que requerem os empregos e comissões com que V.A.R. progressivamente se tem dignado de o honrar. Vê-se pois o suplicante na triste necessidade de

ir implorar segunda vez de a graça de o mandar aposentar pelo modo que mais convier à Bondade e Alta Magnanimidade do Real Coração de V.A.R. lembrando-se que o suplicante tem mulher e duas filhas e que em todo o tempo do seu longo serviço nunca o suplicante pôde ou soube fazer casa para lhes deixar, mas apenas sustentá-las honradamente sem empenho e dívidas, com os ordenados que recebia.

Para merecer de V.A.R. esta graça que implora humildemente, permita V.A.R. que o suplicante exponha em breve quadro os pequenos serviços que tem feito ou procurado fazer ao Estado em todo o tempo do exercício de seus empregos e ocupações.

O suplicante depois de se ter habilitado na Universidade de Coimbra, formando-se nas Faculdades de Leis e Filosofia para servir nos lugares da magistratura, deixou a sua carreira em obediência às ordens da Rainha Nossa Senhora, Augusta Mãe de V.A.R., que o nomeara para viajar pela maior parte dos países da Europa e visitar todos os estabelecimentos montanísticos e metalúrgicos, a fim de se instruir prática e teoricamente na administração e economia pública e particular deste ramo; no que empregou dez anos e três meses com bastantes sacrifícios e incômodos seus, mas teve a ventura de merecer de estrangeiros de estimação e nome, como se mostra na escolha que dele fizeram para seu

sócio várias academias e sociedades literárias da Europa.

Voltando a Portugal em setembro de 1800 se dignou V.A.R. acolhê-lo com aquela Régia Benignidade que é tão própria ao Generoso Coração de V.A.R. e imediatamente o fez viajar em companhia do cavalheiro Carlos Antônio Napion pela Estremadura e parte da Beira em várias diligências do real Serviço. Voltou em janeiro de 1801 e foi mandado imediatamente a examinar os Pinhais Reais dos Medos e das Virtudes, sitos nos termos de Almada e Sesimbra.

Pela carta Régia de 15 de abril de 1801 foi V.A.R. servido de despachá-lo para ir criar a cadeira de metalurgia na Universidade de Coimbra, por proposta do Reitor-Reformador; ao que obedeceu como vassalo fiel, bem que não fosse este lugar de gosto e vontade sua.

Por outra carta Régia de 18 de maio do mesmo ano foi V.A.R. servido nomeá-lo para membro do novo Tribunal de Minas, que se propunha criar para direção das Casas da Moeda, Minas e Bosques de seus vastos domínios com o cargo e título de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino; mas, aquele Tribunal não se criou até hoje e até hoje não se verificou a dita nomeação e mercê no suplicante.

Pelo decreto de 8 de julho do mesmo ano, determinou V.A.R. que o suplicante fosse tomar posse das antigas minas de carvão de pedra de

Buarcos, cuja administração tinha vagado pela morte do Tenente-General Bartolomeu da Costa; e ordenou outrossim que o suplicante fizesse logo restabelecer as antigas ferrarias de Figueiró dos Vinhos e Avelar, que tinha criado o Senhor Rei D. João I.

Por outro decreto de 12 de novembro do mesmo ano foi o suplicante nomeado Diretor do real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa que devia criar de novo para ali se darem lições e se fazerem as experiências em química e docimazia: estabelecimento este que, apesar de não estar inteiramente acabado pelas circunstâncias desastrosas do tempo, é todavia um dos melhores laboratórios que tem a Europa.

Pelo Alvará de Minas de 30 de janeiro de 1802 dignou-se V.A.R. dar regimento aos estabelecimentos metálicos que em Portugal mandara criar; em cujo desempenho apesar de ter o suplicante lutado constantemente até hoje com mil embaraços, falta de cabedais precisos, e mil trabalhos e aflições, já tem conseguido criar de novo e por em atividade duas ricas minas de carvão de pedra, uma grande fábrica de ferro, uma mina de ouro e outras mais que se vão começar.

Pela Carta Régia de 1° de julho de 1802 foi novamente encarregado o suplicante de dirigir e ativar a sementeira de pinhais nos areais das costas marítimas começando pela sementeira do Couto de Lavos a que só pôde dar princípio em

janeiro de 1805, mas que findou desgraçadamente em 28 de março de 1806 pela falta dos dinheiros consignados, pela usurpação pérfida dos franceses e guerra devastadora que se seguiu.

No desempenho desta comissão fez também arrecadar e entrar no Real Erário perto de nove contos de réis, que andavam distraídos e perdidos por mãos particulares; assim como pôs em ordem a cobrança da dízima nova do pescado de Lavos, que monta uns anos por outros, em 600$000 até 700$000.

Pelo alvará de 13 de julho de 1807 se dignou V.A.R. honrar o suplicante com mais um testemunho da sua Real Contemplação e Benignidade, nomeando-o para os lugares de superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas da cidade de Coimbra, que servira o desor. José de Magalhães Castelo Branco, e para diretor hidráulico das obras de encanamento que servira o Dr. Estevão Cabral; e como não havia então Provedor dos Maralhões que arrecadasse a finta que pagam as terras do campo de Coimbra para as obras dos reparos, desde esse tempo até hoje tem servido o suplicante de Provedor dos Maralhões.

As obras hidráulicas do Mondego apesar de faltas de dinheiro, da invasão do inimigo e falta de meios e socorros, durante a última longa guerra, já vão em grande aumento e têm

merecido a aprovação e agradecimentos sinceros de todos os povos daqueles campos.

De todos estes lugares e empregos com que V.A.R. quis honrar o suplicante, só tem recebido os ordenados dos seguintes: do de lente da Universidade pelo cofre da mesma, do de intendente geral das minas e metais desde 1803 por diante, pelo Real Erário a princípio, e depois pelo cofre da direção da Fabrica de Seda e Águas Livres, com interrupção porém de dois anos que foram 1808 e 1809; e de superintendente do Rio Mondego, a 2$400 por dia, pelo cofre particular do Real d'Água de Coimbra de que se lhe estão ainda devendo mais de nove mil cruzados.

Todos os mais lugares têm servido gratuitamente assim como desde 1805 em que V.A.R. o nomeou desembargador ordinário e efetivo da relação e Casa do Porto, de que pagou os novos direitos, nunca até hoje recebeu ordenado algum.

Em 1808 sacudindo Coimbra o jugo detestável dos franceses e aclamando de novo V.A.R., o suplicante imediatamente se pôs à testa da revolução e procurou com intrepidez e fidelidade ajudar o vice-Reitor da Universidade, então governador civil e militar, com os seus conselhos, exemplo e atividade, como é constante e de notoriedade pública.

Em 1809, formando-se por ordem superior. O Corpo Militar Acadêmico, foi o suplicante

nomeado Major e depois no posto de Tenente-Coronel fez a campanha do Vouga e Douro, servindo também de presidente do conselho de polícia de segurança da divisão comandada pelo General Nicolau Trant.

Neste arriscado mas glorioso serviço mereceu os elogios mais lisonjeiros do seu General, que constam do seu ofício de 22 de agosto de 1809 e os do Marechal-General Marquês de Campo Maior, como se vê da ordem do dia ao exército de 4 do mesmo mês e ano, que anda impressa.

Conquistando o Porto e tendo fugido a maior parte dos magistrados daquela cidade, foi o suplicante nomeado intendente interino de polícia, superintendente da Alfândega e da Marinha, em que serviu gratuitamente e foi também encarregado de arrecadar e tomar posse dos armazéns do inimigo, e de restituir aos donos legítimos o que se lhes tinha roubado e se achava sonegado em diferentes mãos particulares; e só para o Real Erário remeteu o suplicante mil e trezentas sacas de algodão, salvo erro, que livrou do descaminho que haveriam em tais circunstâncias.

Além disto desempenhou muitas outras comissões civis e militares, de que era quase diariamente encarregado.

Em 1810, quando os franceses ameaçavam Lisboa, reuniu de novo o Corpo Militar Acadêmico de que tinha sido nomeado comandante e o fez

marchar para se opor ao inimigo no posto militar de Peniche e suas vizinhanças, onde existiu até a retirada do inimigo.

Tudo isto consta das numerosas ordens e avisos do governo, que param nas suas mãos e se acharão registrados na secretaria dos Negócios da Guerra.

No mesmo tempo por ordem do governo, escolheu os objetos e produtos de maior valia do Real Museu da Ajuda, os quais classificou, inventariou e fez embarcar com a maior diligência possível e sem a menor gratificação pecuniária para as despesas que fez.

Deu também o suplicante e dirigiu o fabrico da nova moeda de bronze, de que já se tem seguido grande utilidade ao Erário Régio.

Além de todos estes pequenos mas numerosos serviços desde 1800 para cá, procurou sempre o suplicante desempenhar com o acerto que lhe permitiam suas fracas luzes, os objetos do governo e economia pública e particular em que mui repetidas vezes fora mandado ouvir e consultar pelas secretarias de Estado e Tribunais.

Estas são em breve, Augusto senhor, as razões em que se funda o suplicante para ir agora implorar humildemente da Alta Piedade e Magnanimidade de V.A.R. a mercê de que se digne, visto a falta de forças e de saúde do suplicante, mandá-lo aposentar, de modo a que sua família possa subsistir, para o futuro, pobre,

> mas honradamente, de cuja graça não duvida um só momento o suplicante porque está certo que o Generoso e Augusto Coração de V.A.R. nunca foi escasso e insensível aos rogos dos vassalos amados e fiéis que têm procurado servir a V.A.R. e à Pátria com zelo e probidade; e mais agora que temos a ventura de ver a V. Majestade sentado no trono de seus augustos antepassados para felicidade de seus bons vassalos de ambos os mundos.
> Coimbra, 26 de agosto de 1816.
> José Bonifácio de Andrada".

Ainda dessa feita José Bonifácio não conseguira o seu desejo: "aposentar-se e fixar-se na pátria".

XIV – José Bonifácio merece a gratidão do Brasil ?

Somente em 1819 é que, aposentado, regressou ao Brasil. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, de regresso de sua longa permanência em terras estranhas, José Bonifácio explicou a um amigo, em carta íntima, o motivo por que permanecera tanto tempo ausente da pátria:

> *"Meu amigo, recebi do erário público português os recursos pecuniários para estudar Mineralogia com os grandes mestres europeus. Fui um pensionista do Tesouro de Portugal. A este devia, pois, o pagamento, com a minha dedicação profissional, do que*

> *despendera comigo. Paguei-lhe generosamente, dando-lhe o melhor tempo da minha vida. Agora, quero descansar em terra brasileira, dedicando a esta, se for necessário, o melhor da minha experiência de velho..."*

O padre Belchior Pinheiro de Oliveira, que fora o destinatário desta carta, conta que, mais tarde, procurou o notável patrício e com ele manteve prolongada palestra sobre assuntos patrióticos.

E ao se despedir de Bonifácio, este lhe dissera:

> *"A independência do Brasil é fatal e far-se-á dentro de pouco tempo. A mim não compete iniciar movimentos revolucionários. Entretanto, no momento oportuno, meu patriotismo se revelará. E verão o que fará um Andrada..."*

José Bonifácio não foi o patriarca da Independência, se patriarca quer dizer agente iniciador; não foi um político tolerante e liberal; porém, incontestavelmente, foi um grande brasileiro, um sábio e honrado estadista, a quem a Pátria deve a gratidão de sua homenagem e respeito, pois sem a sua poderosa atuação de Ministro de D. Pedro, o Brasil estaria hoje fragmentado em várias republiquetas sem importância.

Se o partido liberal avançado tivesse vencido em 1821 ou 1822, por certo teríamos então a República e com ela a fragmentação nacional.

Fizemos o libelo contra José Bonifácio. Provamos que ele não iniciou o movimento da Independência e por isso não foi o "patriarca"; apontamos as suas violências e as suas arbitrariedades.

Mas, apesar de tudo isso, nele afinal reconhecemos uma glória legítima da nacionalidade brasileira.

Enquanto houver Brasil e brasileiros, o seu nome será venerado...

A sua sabedoria e também "as suas violências e arbitrariedades", salvaram o Brasil em 1822 das garras da anarquia.

APÊNDICE

Pelo Editor

O Quadro da Proclamação da Independência de Pedro Américo

Para ilustrar a maneira como é tratada a verdade histórica, veja-se apenas um exemplo: o quadro de Pedro Américo pintado em 1888.

Indagado sobre a realidade que ele representava, Pedro Américo disse que "*ouvira versões sobre D.Pedro estar montando uma mula e vestindo um guarda pó de viagem. Entre pintar isso ou D. Pedro em um cavalo com uma farda brilhante, o que vocês acham o que eu devia escolher?*"

Poder-se-ia então elogiar o talento do pintor por imaginar tão apoteótica cena. Mas a coisa não foi bem assim.

Ele foi "buscar inspiração" no quadro de Ernest Ernest Meissonier – Friedland, pintado em 1875, que mostra a vitória dos franceses sobre os russos na Batalha de Friedland em 14 de junho de 1807.

O leitor deve julgar se houve ou não plágio.